



**ENERAREA**

Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior

# Proposta de oigP AIGP do Rio Seia



Janeiro de 2024

**enerarea.pt**

**TRANSIÇÃO ENERGÉTICA //// EFICIÊNCIA ENERGÉTICA //// MOBILIDADE SUSTENTÁVEL  
//// INOVAÇÃO TECNOLÓGICA //// ENERGIAS RENOVÁVEIS //// DESCARBONIZAÇÃO ////  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL //// ENTIDADE GESTORA FLORESTAL ////**





**ENERAREA**

Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior

DOCUMENTOS PRODUZIDOS NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO DA  
oigP - OPERAÇÕES INTEGRADAS DA GESTÃO DA PAISAGEM DA  
aigP – ÁREA INTEGRADA DA GESTÃO DA PAISAGEM DO RIO SEIA



**oigP**

Operações Integradas  
de Gestão da Paisagem



## Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	Documento “Proposta de OIGP para a AIGP Rio Seia”
<b>Objetivos:</b>	<p>Aumentar a resiliência e valorizar economia da floresta</p> <p>As AIGP são dirigidas a contextos microterritórios com escala adequada para uma gestão florestal ativa e racional e os trabalhos a desenvolver conduzirão à elaboração de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), que definem no espaço e no tempo as intervenções de transformação da paisagem de reconversão de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros e o sistema de gestão e de monitorização a implementar.</p>
<b>Entidade promotora e gestora:</b>	ENERAREA
<b>Coordenação:</b>	Carlos Santos   Licenciatura em Economia
<b>Equipa técnica da ENERAREA:</b>	<p>Hélder Pinto   Licenciado em Engenharia Florestal</p> <p>Marta Inês Fernandes Craveiro da Silva Joia   Licenciatura em Eng.<sup>a</sup> Florestal e Pós-Graduação em Eng.<sup>a</sup> dos Recursos Florestais</p> <p>Jorge Antunes   Licenciatura em Ordenamento dos Recursos Naturais: Pós-Graduação em Sistemas de informação Geográfica</p> <p>Márcio Gomes   Licenciatura em Geografia / Área de especialização em Estudos Ambientais</p> <p>Susana Gaspar   Licenciada em Proteção Civil; Mestrado em Sistema de Informação Geográfica</p>

## INDICE

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO A - TRANSFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM .....	12
<b>A.1 PROJECTO DA PAISAGEM FUTURA .....</b>	<b>12</b>
a. Planta da ocupação do solo atual (POSA) .....	12
b. Planta da ocupação do solo proposta (POSP).....	13
b.1 Unidades de Ocupação do Solo proposta que cobrem toda a área da OIGP ao nível de desagregação 4 da COS 2018.....	13
b.2 Estrutura de resiliência .....	15
b.3 Estrutura ecológica .....	18
b.4 Elementos Estruturais.....	19
c. Matriz de Transformação da Paisagem.....	19
<b>A 2. FUNDAMENTAÇÃO DAS SOLUÇÕES ADOTADAS NA PROPOSTA .....</b>	<b>20</b>
<b>A 2.1 SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>20</b>
a. Localização e enquadramento .....	20
b. Características biofísicas e edafoclimáticas .....	22
b.1 Parâmetros climáticos .....	22
b.1.3 Precipitação .....	23
b.1.4 Vento .....	25
b.1.5 Geadas:.....	26
b.1.6 Solo e respetivas aptidões .....	30
c. Ocupação do solo .....	34
d. Área edificada e infraestruturas .....	40
e. Elementos patrimoniais e culturais .....	41
f. Fogos rurais.....	43
i.2 Atividades económicas relevantes e complementares (caça, pesca, recreação e lazer, turismo).56	
j.1 Ocupar a totalidade .....	57
j.2 Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão .....	57
<b>A2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS EFEITOS DA PROPOSTA .....</b>	<b>58</b>
a. Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo .....	58



b. Valorização da biodiversidade e identificação dos serviços dos ecossistemas .....	58
c. Conectividade ecológica.....	59
d. Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água.....	60
e. Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais .....	60
f. Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais .....	64
g. Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais .....	65
h. Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes .....	66
i. Fomento da agricultura, da silvo pastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem .....	67
j. Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor .....	68
<b>A2.3. ARTICULAÇÃO COM O QUADRO LEGAL .....</b>	<b>69</b>
a. Instrumentos de Gestão Territorial: .....	69
b. Instrumentos de gestão integrada de fogos rurais:.....	71
Assim é possível estabelecer que a estratégia definida nesta OIGP está em linha com as grandes orientações estratégicas do PNA em especial a OE1 - Valorizar os Espaços Rurais, OE2 - Cuidar dos Espaços Rurais e com os princípios prioritários apresentados pelos projetos chave do PRA centro nomeadamente: a Implementação de Sistema de informação cadastral simplificada, a gestão agregada .....	71
de territórios rurais, gestão da paisagem e potencialmente a remuneração dos serviços dos ecossistemas.....	71
c. Servidões e restrições de utilidade pública:.....	72
<b>A2.4 AÇÕES DE DIVULGAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO JUNTO DOS ATORES LOCAIS E PROPRIETÁRIOS .....</b>	<b>76</b>
<b>CAPÍTULO B - PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO.....</b>	<b>77</b>
<b>B1. UNIDADES DE INTERVENÇÃO (UI).....</b>	<b>77</b>
<b>B2. MODELO DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL .....</b>	<b>87</b>
<b>B3. MODELO DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS AGRÍCOLAS .....</b>	<b>93</b>
<b>CAPÍTULO C- INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO .....</b>	<b>94</b>
<b>C1. AÇÕES DE RECONVERSÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM .....</b>	<b>94</b>
a. Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem.....	95
b. Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem .....	97
<b>C2. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos serviços de ecossistemas.....</b>	<b>98</b>
a. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas .....	98

<b>C3. DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA PROPOSTA .....</b>	<b>99</b>
<b>CAPÍTULO D – GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO .....</b>	<b>100</b>
<b>D1. LEVANTAMENTO CADASTRAL E DA SITUAÇÃO DE ADESÃO .....</b>	<b>100</b>
<b>D2. MODELO DE GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO .....</b>	<b>101</b>
a. Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora.....	101
b. Modelo de acesso e execução dos financiamentos .....	103
c. Modelo de contratualização de compromissos .....	104
d. Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado	105
e. Modalidades de adesão (QUADRO n.º9) .....	105
<b>CAPÍTULO E – MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.....</b>	<b>105</b>

## Índice de figuras

Figura 1- Planta da ocupação do solo atual (POSA) .....	13
Figura 2- Planta da ocupação do solo proposta (POSP) .....	14
Figura 3- Estrutura de resiliência.....	18
Figura 4- Enquadramento da área da AIGP Rio Seia .....	21
Figura 5- Carta da Variação da Temperatura média anual AIGP Rio Seia .....	22
Figura 6- Carta da Humidade relativa do ar AIGP Rio Seia .....	23
Figura 7- Carta da Variação da Precipitação na AIGP Rio Seia .....	25
Figura 8- Carta de Declives .....	27
Figura 9- Carta de declives superiores a 25%.....	28
Figura 10- Carta de Exposição .....	29
Figura 11 - Carta da hipsometria .....	30
Figura 12- Carta de litologia e geologia da AIGP Rio Seia .....	31
Figura 13- Regime Florestal (Parque Natural da Serra da Estrela).....	32
Figura 14- Ocupação do solo (1995).....	36
Figura 15- Ocupação do solo (2007).....	37
Figura 16 - Ocupação do solo (2010).....	38
Figura 17 - Ocupação do solo (2015).....	39
Figura 18- Ocupação do solo (2018).....	40
Figura 19 - Área edificada e infraestruturais.....	41
Figura 20- Pontos de interesse histórico e cultural ao longo do percurso pedestre e ciclável no Rio Seia .....	42
Figura 21- Elementos patrimoniais e culturais.....	42
Figura 22 - Carta das áreas ardidas (2017-2022) na AIGP .....	43
Figura 23 - Carta de Perigosidade .....	45
Figura 24 - Fire Risk Map .....	46
Figura 25- Índice meteorológico de perigo de incendio florestal (FWI) .....	47
Figura 26- Índice meteorológico de perigo de incêndios florestais (FWI percentis) .....	48
Figura 27- Estrutura de Resiliência.....	50
Figura 28 - Situação Cadastral .....	54
Figura 29 - Unidades de Intervenção .....	77
Figura 30 - Serviços dos Ecossistemas.....	99

## Índice de Tabelas:

Tabela 1- Matriz de transformação da Paisagem (Quadro 1 do QR - Matriz de Transformação da Paisagem) .....	19
Tabela 2- Área das freguesias que integram a AIGP Rio Seia.....	21
Tabela 3- Área em hectares e percentagem por orientação da encosta .....	29
Tabela 4- Complexos litológicos na área de estudo.....	31
Tabela 5- Fauna frequente na área .....	32



Tabela 6- Espécies botânicas.....	34
Tabela 7- Evolução anual da área ardida na AIGP (área e percentagem).....	44
Tabela 8- risco de incêndio (RCM), por distrito (IPMA).....	47
Tabela 9 - área abrangida com contrato e estrutura de resiliência e ecológica .....	54
Tabela 10 - T1.3 Espécies principais .....	66
Tabela 11 - Quadro das Unidades de Intervenção (Quadro 2 do QR - Quadro das Unidades de Intervenção) .....	79
Tabela 12 - T1.1. Dados de Referência para Localização .....	88
Tabela 13 - T1.2. Usos de Solo.....	88
Tabela 14 - T 1.3 - Espécies principais .....	88
Tabela 15 - T 2.1 - Descrição da componente florestal.....	89
Tabela 16 - T 2.2 - Descrição da componente matos e pastagens .....	89
Tabela 17 - T 2.3 - Descrição da componente arbórea (UI a reverter).....	89
Tabela 18 - T.3 - Organização e zonamento funcional .....	90
Tabela 19 - T 4.1 - Programa de gestão e intervenção na componente florestal .....	91
Tabela 20 - T 4.2 - Programa de gestão e intervenções na componente matos e pastagens .....	91
Tabela 21 - T 4.3 - Programa de Gestão da Biodiversidade .....	92
Tabela 22 - T 4.4 - Outros Programas relevantes (cinegética, recreio, biomassa...) .....	92
Tabela 23 - T 5 - Programa de Infraestruturas DFCI e rede viária .....	93
Tabela 24 - Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem (Quadro 3 do QR - Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem) .....	96
Tabela 25 - Investimento global estimado em ações de transformação e valorização da paisagem (Quadro 4 do QR - Investimento global estimado em ações de transformação e valorização da paisagem) .....	97
Tabela 26 - Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas (Quadro 5 do QR Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas).....	98
Tabela 27- O Quadro Seguinte representa o número de proprietários inscritos na AIGP.....	100

## LISTA DE ACRÓNIMOS

<b>AIGP</b>	Área Integrada de Gestão da Paisagem
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>COS</b>	Carta de Ocupação do Solo
<b>DGT</b>	Direção Geral do Território
<b>DH</b>	Domínio Hídrico
<b>EE</b>	Estrutura Ecológica
<b>EG</b>	Entidade Gestora
<b>ER</b>	Estrutura de Resiliência
<b>FGC</b>	Faixa de Gestão de Combustível
<b>ICNF</b>	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
<b>MPGC</b>	Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível
<b>OIGP</b>	Operações Integradas de Gestão da Paisagem
<b>OT</b>	Orientação Técnica
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PGF</b>	Plano de Gestão Florestal
<b>PMDFCI</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
<b>PME</b>	Programa Municipal de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais
<b>POSA</b>	Planta de Ocupação de Solo Atual
<b>POSP</b>	Planta de Ocupação de Solo Proposta
<b>PRA</b>	Plano Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais
<b>PRGP AM</b>	Plano de Reordenamento e Gestão da Paisagem Alva e Mondego
<b>PROF CL</b>	Plano Regional de Ordenamento Florestal Centro Litoral
<b>PSA</b>	Plano Sub-Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais
<b>RAN</b>	Rede Agrícola Nacional
<b>REN</b>	Rede Ecológica Nacional
<b>RGN</b>	Rede Geodésica Nacional
<b>RJAAR</b>	Regime Jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização
<b>RJREN</b>	Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional
<b>RNGAP</b>	Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão
<b>RP</b>	Rede Primária
<b>RPA</b>	Rede de Pontos de Água
<b>RVF</b>	Rede Viária Florestal
<b>UI</b>	Unidade de Intervenção
<b>ZEC</b>	Zona Especial de Conservação
<b>ZPE</b>	Zona de Proteção Especial

## INTRODUÇÃO

As Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) visam uma abordagem territorial integrada para dar resposta à necessidade de ordenamento e gestão da paisagem e de aumento de área florestal gerida a uma escala que promova a resiliência aos incêndios, a valorização do capital natural e a promoção da economia rural.

A AIGP Rio Seia foi constituída por Despacho n.º 12447-D/2021 de 21 de dezembro, por iniciativa do Município de Seia, que se constitui Entidade Gestora da mesma a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior.

Nesta área serão criadas as condições necessárias para o desenvolvimento de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) a executar num modelo de gestão agrupada da responsabilidade de uma entidade gestora e suportada por um programa multifundos de longo prazo que disponibiliza apoios ao investimento inicial, às ações de manutenção e gestão ao longo do tempo e à remuneração dos serviços dos ecossistemas.

Desta forma, a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, como Entidade Gestora, propõe-se a:

- ✓ Elaborar a proposta de OIGP, promover a participação e adesão voluntária dos proprietários à OIGP.
- ✓ Promover a divulgação e prestar os esclarecimentos necessários relativos às medidas e apoios existentes para a concretização das ações previstas na OIGP.
- ✓ Executar as OIGP, desenvolvendo as ações necessárias à sua concretização, prestar apoio técnico aos proprietários abrangidos.
- ✓ Contratar e capacitar recursos humanos e técnicos e celebrar os demais contratos necessários à execução da OIGP.
- ✓ Instruindo e submetendo candidaturas aos apoios disponibilizados.
- ✓ Monitorizar a execução da OIGP e prestar informação à DGT, nomeadamente sobre o desenvolvimento das ações inseridas na OIGP.
- ✓ Identificação das ações e intervenções relativas as áreas florestais a valorizar e reverter, e ainda as ações associadas a agricultura, enquanto atividade económica e com função de mosaico e diversificação da paisagem, tendo uma estimativa do aumento da área agrícola e pastorícia em terrenos florestais;

- ✓ Identificação de ações e intervenções a considerar para revitalização económica e desenvolvimento rural;
- ✓ No quadro da ecologia do fogo, definição das áreas e ações estratégicas, para aumentar a resiliência da área a fogos rurais, considerando as linhas de água, áreas ripícolas, zonas de cumeada, FGC, mosaicos de espécies e condução florestal;
- ✓ A OIGP deve observar as orientações previstas no Programa de Reordenamento e Gestão da paisagem, nos Programas de Áreas Protegidas, nos Programas Regionais de Ordenamento Florestal; nos Planos Territoriais Intermunicipais e Municipais e nos Planos Nacionais de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

É importante realçar que o documento da OIGP, deve ser um documento flexível, no âmbito em que as Unidades de Intervenção que vão ser definidas, principalmente as que ainda não tem dono conhecido, podem a qualquer momento sofrer alteração nesta classificação.

## CAPÍTULO A - TRANSFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM

### A.1 PROJECTO DA PAISAGEM FUTURA

#### a. Planta da ocupação do solo atual (POSA)

A Planta da ocupação do solo atual (POSA) elaborada tendo por base a COS 2018 V2. As unidades de ocupação do solo consideram o nível de desagregação 4 da nomenclatura da mesma. Dar nota que da paisagem atual está essencialmente ocupada por floresta de pinheiro-bravo, eucalipto, castanheiro, olival, outras folhosas e matos.

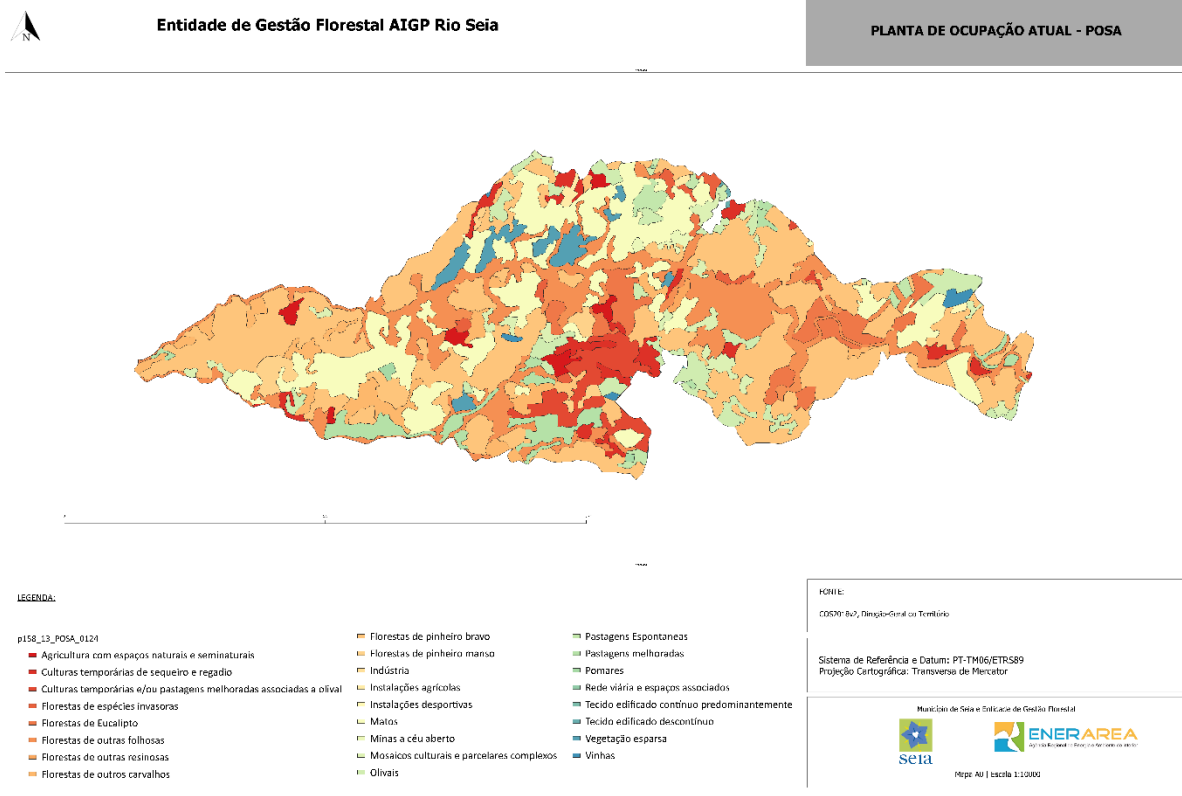


Figura 1- Planta da ocupação do solo atual (POSA)

## b. Planta da ocupação do solo proposta (POSP)

A Planta da ocupação do solo proposta (POSP) tendo em conta as orientações para o projeto de paisagem e a utilização a COSsim (2020 e 2021) para apoio à decisão desdobrou-se a informação.

### b.1 Unidades de Ocupação do Solo proposta que cobrem toda a área da OIGP ao nível de desagregação 4 da COS 2018

A paisagem proposta vai essencialmente estar ocupada por floresta, privilegiando-se o aproveitamento da regeneração natural de pinheiro-bravo, pinheiro manso, medronheiro e outras folhosas, sendo que alguns desses povoamentos serão transformados e/ou adensados com medronheiro, sobreiro e carvalhos. O objetivo é gradualmente, ao longo dos anos, transformar os povoamentos mistos de pinheiro-bravo com outras folhosas em povoamentos apenas com folhosas.

Na generalidade, prevê-se a redução da área de eucalipto, de pinheiro-bravo, de invasoras lenhosas e de matos. Esta redução é compensada pelo aumento de outras folhosas, pastagens, sistemas agro-florestais e agricultura.

As unidades de intervenção que correspondem a Estruturas de Paisagem foram identificadas.

As Estruturas de Paisagem (estrutura ecológica e estrutura de resiliência) foram definidas tendo em conta a bacia hidrográfica principal e as respetivas sub-bacias e o sistema de festos e talvegues que será a estrutura de suporte do modelo da paisagem na área da AIGP.

Os usos/ocupações do solo nas Estruturas de Paisagem foram mantidos e em algumas situações alterados, privilegiando espécies e tipos de vegetação que garantam as funções ecológicas e redução da vulnerabilidade ao fogo.

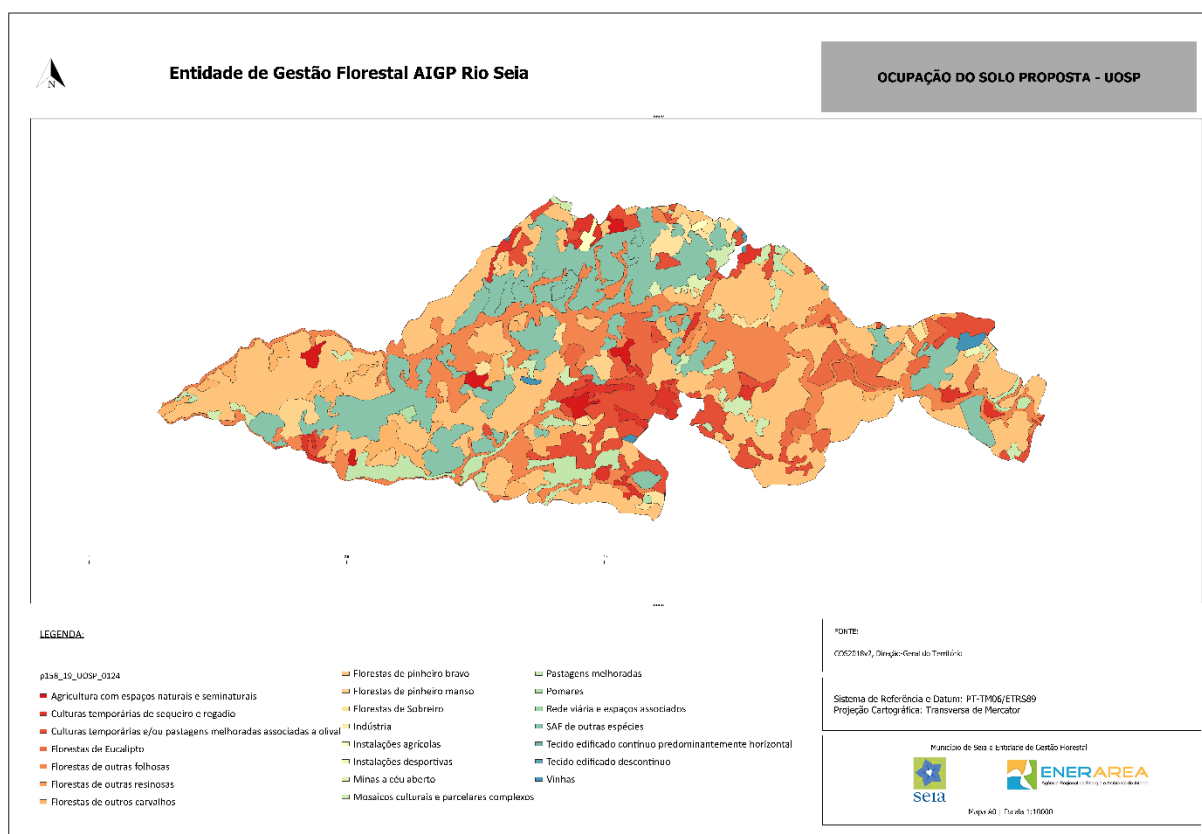


Figura 2- Planta da ocupação do solo proposta (POSP)



## b.2 Estrutura de resiliência

A estrutura de resiliência aos fogos rurais garante a criação de descontinuidades na paisagem e de redução da velocidade e intensidade dos fogos, sendo, em parte, coincidente com a estrutura ecológica e, em parte, associada a faixas de gestão de combustível e a áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, constituindo áreas de diversidade na ocupação e no uso do solo.

É nestas zonas onde devem ser implementadas medidas de gestão de combustível e de alteração da composição, com o objetivo de limitar a progressão de incêndios florestais, reduzir os seus efeitos, permitir e facilitar a sua supressão, protegendo o património natural construído, material e a população.

A estrutura de resiliência foi definida em articulação com os instrumentos de gestão integrada de fogos rurais, tendo em conta o regime de fogo e a sua causalidade e a respetiva legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º82/2021, de 13 de outubro.

As faixas de gestão de combustível constituem redes primárias e secundárias tendo em consideração as funções que podem desempenhar, atendendo-se ao seguinte:

- A rede primária de faixas de gestão de combustível, da responsabilidade do ICNF, I.P., delimitada ao nível regional, cumprindo largura padrão de 126m (nos moldes definidos pelo ICNF), ocupa aproximadamente 121,5 ha. A rede primária de faixas de gestão de combustível é definida nos programas regionais de ação e obrigatoriamente integrada nos programas sub-regionais de ação.

- A rede secundária de faixas de gestão de combustível desenvolve-se:

Na envolvente da rede rodoviária, da responsabilidade do Município de Seia e Infraestruturas de Portugal, ocupa 0,01 ha;

Nas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão, da responsabilidade da REN, cumprindo uma largura não inferior a 10 m para cada um dos lados, ocupa 8,54 ha de área ocupada;

Nas áreas dos aglomerados populacionais, da responsabilidade dos proprietários, cumprindo uma largura padrão de 100 m a partir da interface das áreas edificadas, ocupando 1,0 ha;

Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis, com uma dimensão variável correspondem aos locais onde os tratamentos têm o maior efeito na redução da progressão do incêndio na paisagem, ocupando 488,43 ha.

Estas infraestruturas têm de ter usos compatíveis com o estabelecido no sistema integrado de fogos rurais. A gestão do combustível situa-se em locais que potenciam a prossecução de determinadas funções, onde se procede à modificação da estrutura vertical ou horizontal e à remoção total ou parcial da biomassa.

O planeamento, a instalação e a manutenção da rede primária de faixas de gestão de combustível deve ter em consideração, designadamente:

- A sua eficácia na supressão de incêndios de grande dimensão;
- A segurança das forças em operação;
- O valor socioeconómico, paisagístico e ecológico dos territórios rurais;
- As características fisiográficas e as particularidades da paisagem local;
- O histórico dos grandes incêndios na região e o seu comportamento previsível em situações de meteorologia favorável à progressão do fogo;
- As atividades que nelas se possam desenvolver e contribuir para a sua sustentabilidade técnica e financeira.

As faixas de gestão de combustível desempenham as seguintes funções:

A função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;

A função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e formações florestais e agrícolas de valor especial;

A função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

As áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, possuem uma dimensão variável e correspondem aos locais onde os tratamentos têm o maior efeito na redução da progressão de incêndio na paisagem, devendo o seu planeamento, instalação e manutenção ter em consideração:

O histórico e tipologia dos grandes incêndios e o seu comportamento previsível em situações de meteorologia que favorece a progressão do fogo,

A localização de pontos críticos de abertura do fogo na paisagem;

As características fisiográficas e as particularidades da paisagem local.

A localização e dimensão das áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível é definida nos programas sub-regionais de ação e obrigatoriamente integradas nos programas municipais de execução.

A remoção de combustível nas faixas de gestão de combustível e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível pode ser substituída por ocupação compatível que garanta a gestão do sub-coberto e o cumprimento das funções previstas anteriormente.

O reconhecimento de ocupação compatível em substituição da remoção de combustível carece de inscrição dessa ocupação nos programas sub-regionais de ação.

As ações de arborização devem respeitar as faixas de gestão de combustível e as áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível.

Os critérios nas faixas de gestão de combustível, nomeadamente as distâncias a respeitar na vegetação presente na envolvente aos edifícios e aglomerados populacionais devem ser respeitados. Como por exemplo:

As copas das árvores e dos arbustos têm de estar no mínimo a 5 metros dos edifícios, admitindo-se exceções no caso de arvoredos de especial valor patrimonial ou paisagístico.

A distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 metros no caso do pinheiro-bravo e do eucalipto, e no mínimo de 4 metros no caso das outras espécies.

As árvores (de qualquer espécie) têm de ser desramadas em 50% da sua altura até que atinjam os 8 metros, altura a partir da qual o tronco deve estar limpo de ramos no mínimo 4 metros acima do solo. Em árvores com altura inferior a 8 metros, a desramação no tronco acima do solo deve ser até metade da sua altura.

A altura máxima do estrato arbustivo (arbustos) não pode exceder os 50 cm.

A altura máxima do estrato herbáceo subarbustivo (vegetação mais rasteira, sem caule lenhoso, como as ervas) não pode exceder os 20 cm.

Não obstante, os cumprimentos obrigatórios dos critérios de gestão nas FGC devem ter em conta a legislação em vigor.

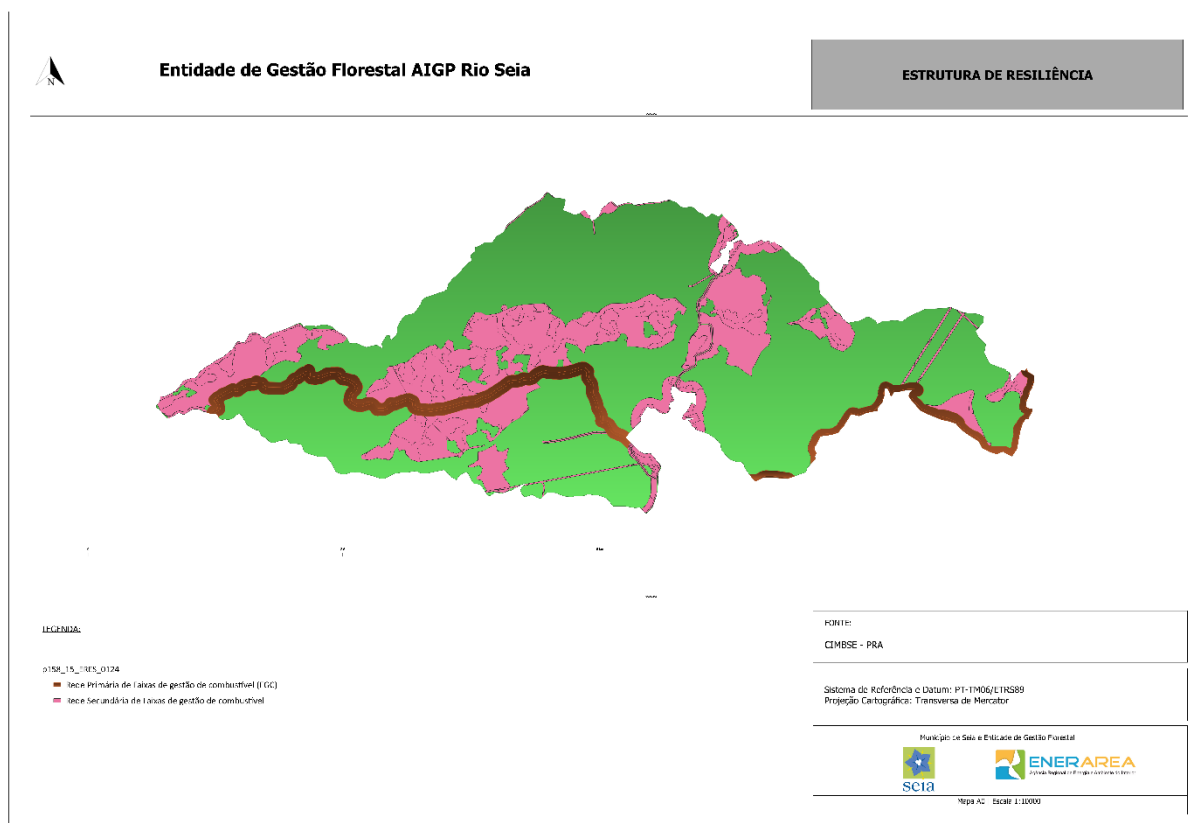


Figura 3- Estrutura de resiliência

### b.3 Estrutura ecológica

A estrutura ecológica assegura o funcionamento ecológico da paisagem e a conservação dos recursos naturais de acordo com a Portaria n.º 15-A/2018 de 12 de janeiro são ainda estabelecidas as faixas de proteção das linhas de água, definidas como as faixas de terreno contíguas ou sobranceiras à linha de água que limitam o leito das águas

Nesta estrutura incluem-se:

Sistema húmido, constituído por cursos de água permanentes e temporários, massas de água e fundos de vales que ocupa aproximadamente 118.02 há com um Buffer de 10 metros;

Sistema seco, constituído por cumeadas com cabeços e cabeceiras associadas, as quais constituem a estrutura de carácter linear principal que, para além das funções ecológicas, cria obstáculo à

progressão do fogo perpendicularmente à vertente, apresentando-se com uma área de 0,63 há com um Buffer de 3 metros ;

#### **b.4 Elementos Estruturais**

No capítulo dos Elementos Estruturais, verifica-se que na AIGP em questão existem zonas de lazer e balneares, parques de merendas, percursos pedestres. Pretende-se que estas áreas tenham um planeamento específico nas operações da POSP, de forma a salvaguardar todo o património existente.

Caminhos pedestres, elementos patrimoniais e culturais, como os elementos arqueológicos, parques de merendas, baloiços, turismo rural, zonas de lazer e outras estruturas como muros, sebes, socalcos, açudes, tanques ou represas, regadios do Rio Seia.

Elementos patrimoniais e culturais, nomeadamente o caminho Romano de Sameice, pontos de interesse histórico (Santuário, capelas, solares, cruzeiros ) e outros locais.

Pretendem-se efetuar, em alguns elementos estruturais, as seguintes intervenções, utilizando técnicas e materiais tradicionais locais, de forma a promover a salvaguarda e a valorização da paisagem cultural nos vários aspetos que lhe conferem identidade:

#### **c. Matriz de Transformação da Paisagem**

A matriz de transformação de paisagem resultou da comparação da POSA com a POSP, deu origem à tabela que se segue, com os valores de variação operados.

*Tabela 1- Matriz de transformação da Paisagem (Quadro 1 do QR - Matriz de Transformação da Paisagem)*

Ocupação do Solo (COS)		Atual (POSA)		Proposta (POSP)	
		há	%	há	%
<b>1.4.1.1</b>	Rede viária e espaços associados	0,01	0,00	0,01	0
<b>6.1.1.1</b>	Matos	232,99	16,95	0	0
<b>2.2.1.1</b>	Vinhas	5,31	0,39	5,31	0,358
<b>2.2.2.1</b>	Pomares	2,39	0,17	2,39	0,153
<b>2.2.3.1</b>	Olivais	67,66	4,92	0	0
<b>1.6.1.2</b>	Instalações desportivas	1,03	0,08	1,03	0,075
<b>2.3.3.1</b>	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	15,87	1,15	15,87	1,154
<b>1.2.3.1</b>	Instalações agrícolas	3,66	0,27	3,66	0,266
<b>2.1.1.1</b>	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	38,78	2,36	38,78	2,359
<b>5.1.1.7</b>	Florestas de outras folhosas	223,54	16,26	223,54	16,257
<b>5.1.1.6</b>	Florestas de espécies invasoras	12,10	0,88	0	0

<b>5.1.1.5</b>	Florestas de Eucalipto	59,24	4,31	59,24	4,308
<b>5.1.1.3</b>	Florestas de outros carvalhos	52,67	3,83	52,67	3,831
<b>3.1.1.1</b>	Pastagens melhoradas	45,82	3,33	45,82	3,332
<b>5.1.2.3</b>	Florestas de outras resinosas	2,53	0,18	2,53	0,184
<b>3.1.2.1</b>	Pastagens Espontâneas	12,61	0,92	0	0
<b>5.1.2.2</b>	Florestas de pinheiro manso	18,17	1,32	18,17	1,322
<b>5.1.2.1</b>	Florestas de pinheiro-bravo	467,49	34,00	467,49	33,998
<b>2.3.1.3</b>	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	45,21	3,29	112,88	8,209
<b>1.5.1.1</b>	Minas a céu aberto	4,45	0,32	4,45	0,323
<b>1.1.2.1</b>	Tecido edificado descontínuo	0,93	0,07	0,93	0,067
<b>7.1.3.1</b>	Vegetação esparsa	30,79	2,24	0	0
<b>2.3.2.1</b>	Mosaicos culturais e parcelares complexos	31,72	2,31	31,72	2,307
<b>1.1.1.2</b>	Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	0,07	0,01	0,07	0,005
<b>1.2.1.1</b>	Indústria	0,00	0,00	0	0
<b>4.1.1.5</b>	SAF de outras espécies	0,00	0,00	263,79	19,19
<b>5.1.1.1</b>	Florestas de Sobreiro	0,00	0,00	24,71	1,802
	<b>TOTAL</b>	<b>1 375,02</b>	<b>100</b>	<b>1375,02</b>	<b>100</b>

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI), as espécies contempladas são privilegiadas e com aptidão produtiva. As metas previsionais estão cumpridas, destacando a redução das florestas de invasoras e aumentando do SAFT de outras espécies.

Na generalidade, prevê-se a manutenção da área de eucalipto, de pinheiro-bravo, a diminuição e irradicação de invasoras lenhosas, vegetação esparsa e pastagens espontâneas de matos. Esta redução é compensada pelo aumento de outras folhosas, pastagens, sistemas agro-florestais e agricultura de acordo com o quadro matriz de transformação da paisagem seguinte.

## A 2. FUNDAMENTAÇÃO DAS SOLUÇÕES ADOTADAS NA PROPOSTA

### A 2.1 SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO

Apresenta-se uma breve descrição da situação atual do território, nas suas várias componentes com interesse direto para os objetivos de transformação e gestão da paisagem:

#### a. Localização e enquadramento

Esta AIGP abrange o concelho de Seia, e a União de Freguesias Sameice e Santa Eulália, Freguesia de Travancinha, União de Freguesias de Tourais e Lajes, Freguesia de Santa Comba e na Freguesia de



Santiago 1375,02 ha (figura4). A área de representação de cada freguesia pode ser observada na Tabela 2.

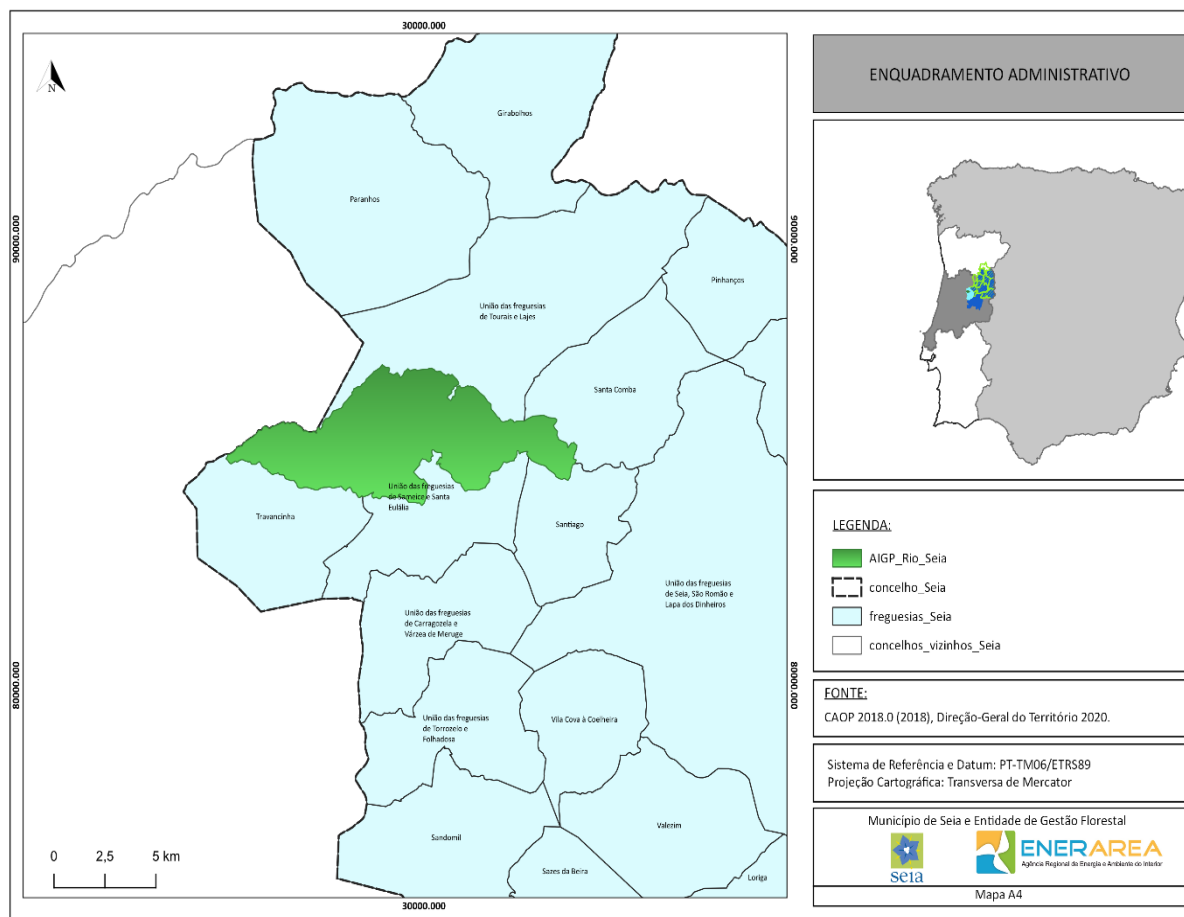


Figura 4- Enquadramento da área da AIGP Rio Seia

Tabela 2- Área das freguesias que integram a AIGP Rio Seia

Freguesia	Área (ha)
Santa Comba	91,98
Santiago	39,35
Travancinha	247,19
União das freguesias de Sameice e Santa Eulália	614,75
União das freguesias de Tourais e Lajes	381,76
<b>Total</b>	<b>1375,02</b>

## b. Características biofísicas e edafoclimáticas

### b.1 Parâmetros climáticos

Para se proceder à caracterização climática área abrangida pela AIGP Rio Seia, foram tidos como base os valores do Atlas do ambiente e das Normais Climatológicas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), relativos à estação da Guarda (latitude: 40° 32' N; longitude: 07° 16' W; altitude: 1.019 metros). Para os parâmetros “temperatura” e “precipitação” foram tidos em consideração os dados das normais climatológicas para o período 1981 – 2010 (dados provisórios), enquanto para os parâmetros “humidade relativa” foram tidos em conta os dados das normais climatológicas para o período 1971 – 2000.

#### b.1.1 Temperatura

A temperatura média anual - varia entre os 7,5 °C e 15 °C, de acordo com imagem que se segue.

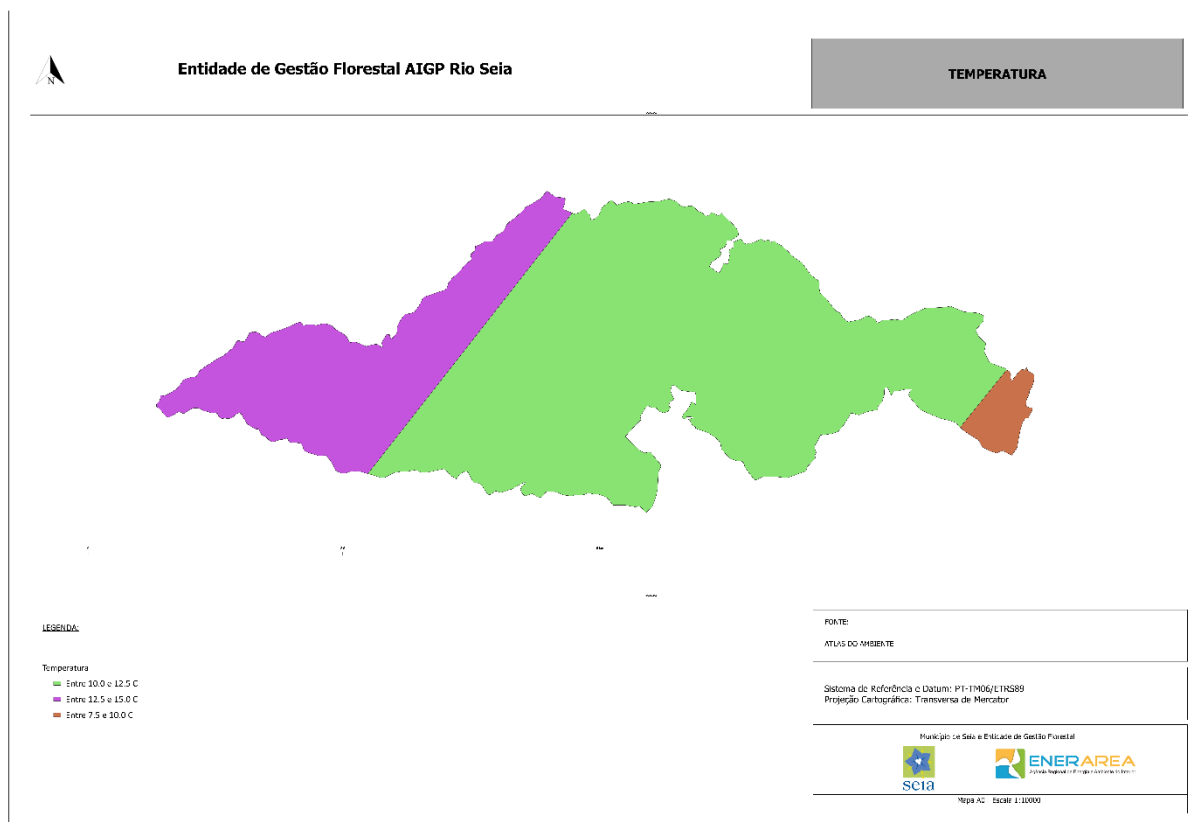


Figura 5- Carta da Variação da Temperatura média anual AIGP Rio Seia

### b.1.2 Humidade

O teor de humidade média relativa do ar divide-se em duas classes - entre os 70% e os 75%;

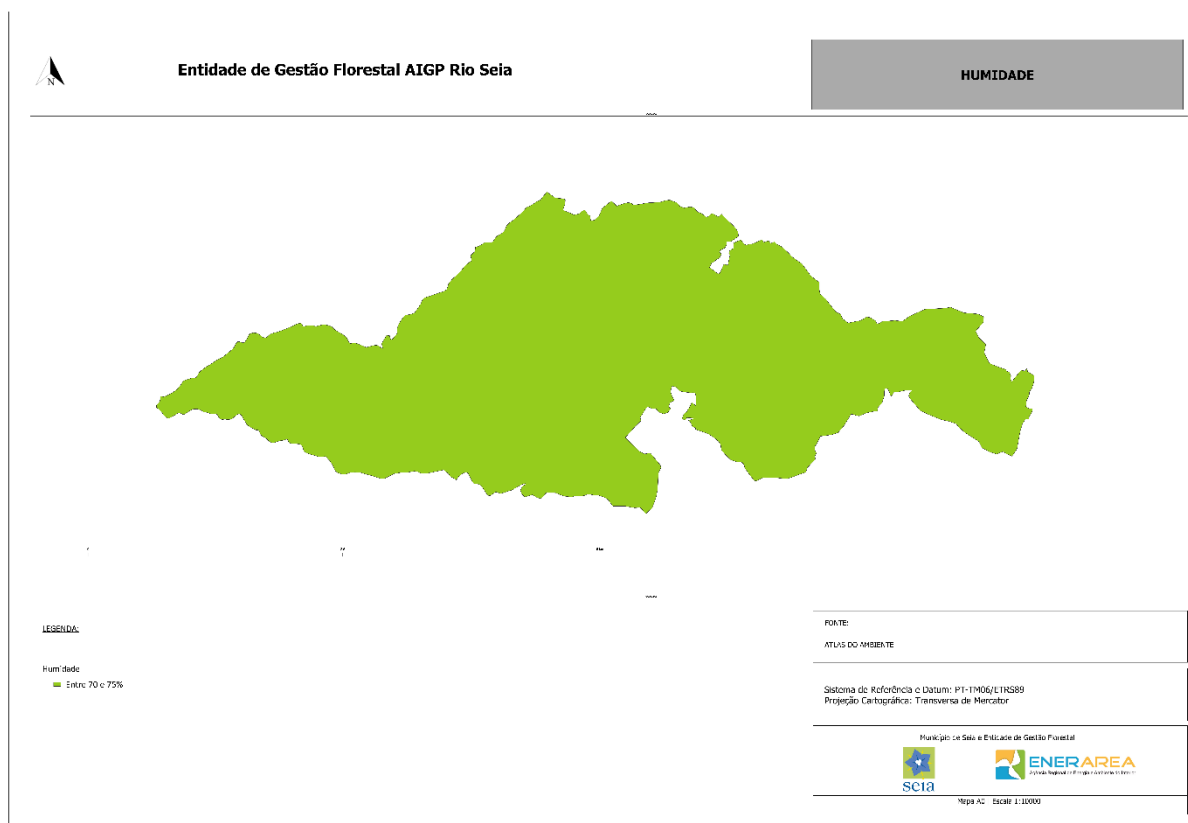


Figura 6- Carta da Humidade relativa do ar AIGP Rio Seia

### b.1.3 Precipitação

A precipitação constitui um dos elementos do clima e um dos principais controladores do ciclo hidrológico.

Quanto à sua distribuição, constata-se que os totais anuais e sazonais da precipitação, ao longo do território nacional, registam um decréscimo de Noroeste para Sudeste, observando-se que é nos meses de verão que ocorre o período seco, ou seja, o período estival, onde se registam quantitativos pluviométricos reduzidos e irregulares, a par com as temperaturas máximas bastante elevadas e com níveis de insolação muito expressivos.

Face ao disposto, é fundamental que os meses que apresentam valores de precipitação menos expressivos, sejam alvo de uma maior atenção em termos de DFCI.

A AIGP Rio Seia apresenta uma precipitação média anual com os valores mais expressivos nos meses de dezembro (150,6mm) e de novembro (127,1mm). Por sua vez, é nos meses de verão que se verificam os valores de precipitação menos significativos, sendo de destacar os meses de agosto (10,4mm) e julho (18,2mm).

No que concerne à precipitação máxima diária, constata-se que os meses que registam os valores mais expressivos são os meses de fevereiro (83,0mm) e dezembro (81,2mm), enquanto, por outro lado, os meses mais secos verificam-se na estação estival, de agosto (30,2mm) e maio (38,0mm).

É fundamentalmente nos meses de outono/inverno, que ocorrem os valores mais elevados de máxima diária. Embora o valor anual de precipitação seja alto, a sua distribuição irregular ao longo do ano, associada à ocorrência das temperaturas mais elevadas nesses mesmos meses, origina períodos de carência hídrica no verão. No entanto, a precipitação, embora em menor escala, caída no trimestre mais seco, permite ainda assim o desenvolvimento de matas de espécies folhosas, designadamente carvalhos (de folha caduca) e castanheiros.

Em relação à precipitação média anual - diferença entre os 800 mm e os 1200 mm.

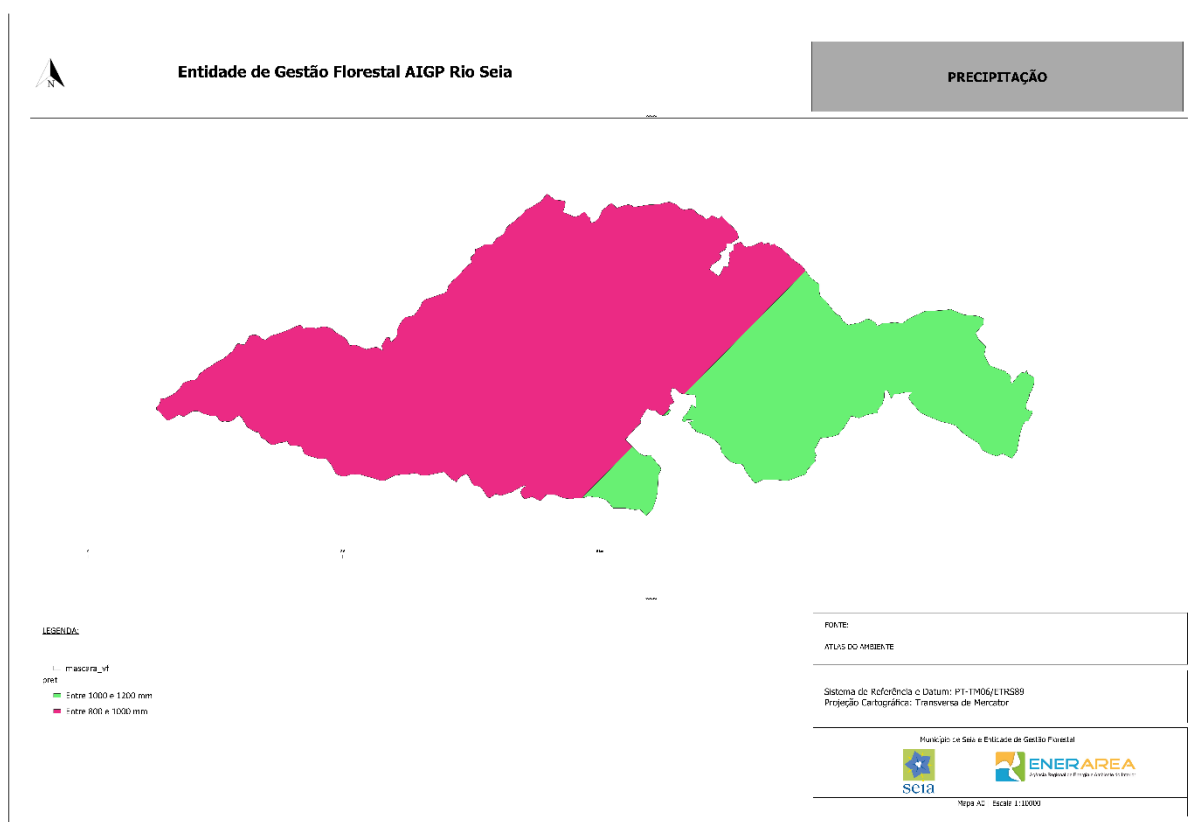


Figura 7- Carta da Variação da Precipitação na AIGP Rio Seia

### b.1.4 Vento

O vento corresponde ao movimento do ar, com uma determinada direção e intensidade, sendo que o movimento do ar se dá através de quatro forças, nomeadamente a força de atrito, a força de *Coriolis*, a força gravitacional e o gradiente de pressão.

Relativamente à velocidade média do vento (km/h), constata-se que ao longo de todos os meses do ano os valores mantêm-se estáveis, não apresentando variações muito significativas. Neste sentido, os meses que registam os valores mais expressivos são os meses de fevereiro (19,3 km/h) e de dezembro (18,4 km/h), enquanto, por outro lado, os meses que registam os valores menos significativos são setembro (14,4 km/h) e junho e julho (14,5 km/h, respetivamente).

Quanto à velocidade média do vento máximo em 10 minutos (km/h), constata-se que os meses que registam os valores mais significativos são os meses de fevereiro (33,6 km/h) e janeiro (33,1 km/h). Por seu turno, os meses que registam os valores menos expressivos são julho (26,3 km/h) e junho (26,6 km/h).

No que concerne à maior velocidade máxima instantânea do vento, em média, verifica-se que os meses que registam valores da rajada mais elevados são os meses de fevereiro (140,0 km/h) e de janeiro (120,0 km/h), enquanto, no sentido inverso, os meses que registam os valores da rajada menos significativos são agosto (73,0 km/h) e junho (83,0 km/h). No entanto, nas zonas de maior altitude, existe um sistema de circulação atmosférica típico das regiões montanhosas, com alternância das brisas do vale e da montanha, ocorrendo por vezes algumas rajadas de vento, principalmente no Inverno.

#### **b.1.5 Geadas:**

Os meses com maior n.º de dias com geada são de dezembro a fevereiro e correspondendo aos meses mais frios e com maior humidade, dando-se desta forma a condensação das partículas.

#### **b.2 Declives**

Da análise da respetiva carta de declives verifica-se que a AIGP Rio Seia, apresenta uma orografia predominantemente no intervalo de declive de 0%-5%. Verifica-se que as zonas com declives suaves se localizam sobretudo nas zonas próximas ao Rio Seia das freguesias União de Freguesias Sameice e Santa Eulália, Freguesia de Travancinha, União de Freguesias de Tourais e Lajes, Freguesia de Santa Comba e na Freguesia de Santiago, que por sua vez estão afetas aos usos agrícolas.



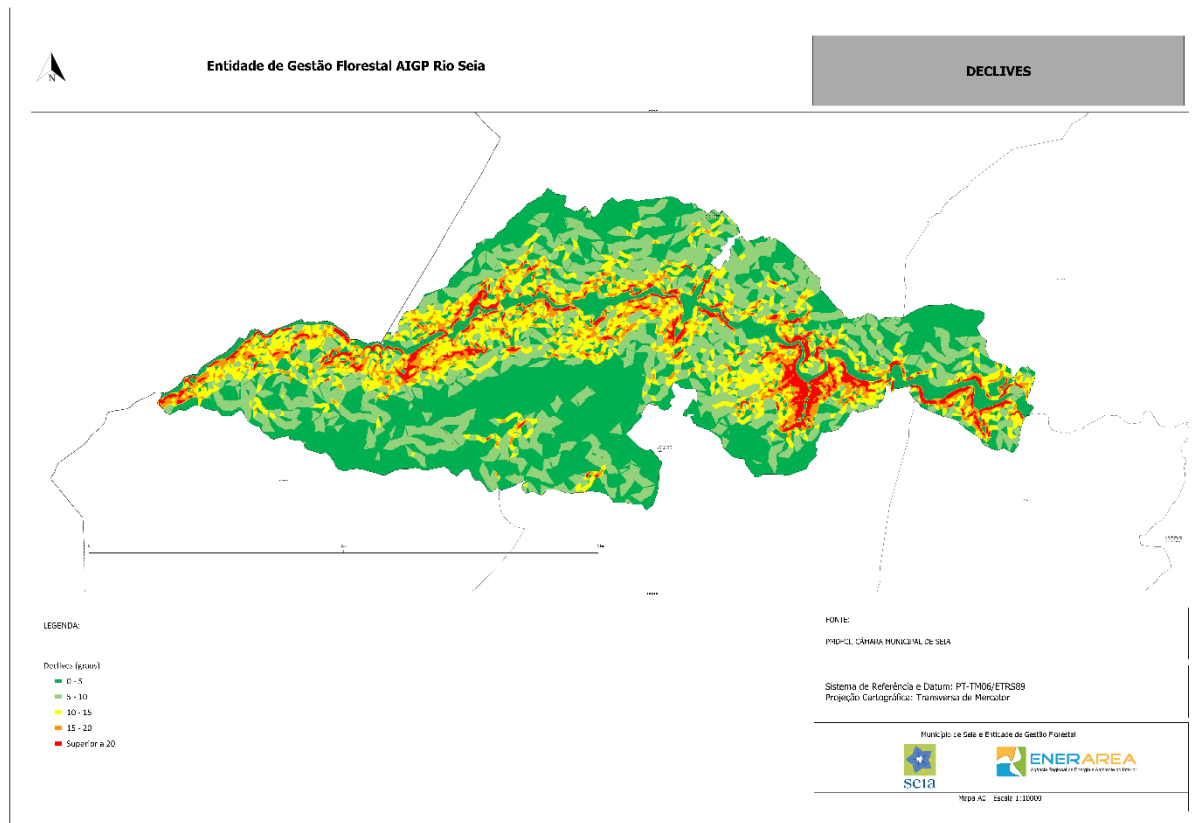


Figura 8- Carta de Declives

Relativamente à majoração do projeto, não foram quantificadas as áreas que apresentam declives superiores a 25 %, atendendo que apenas representa uma pequena área de acordo com a figura que se segue.

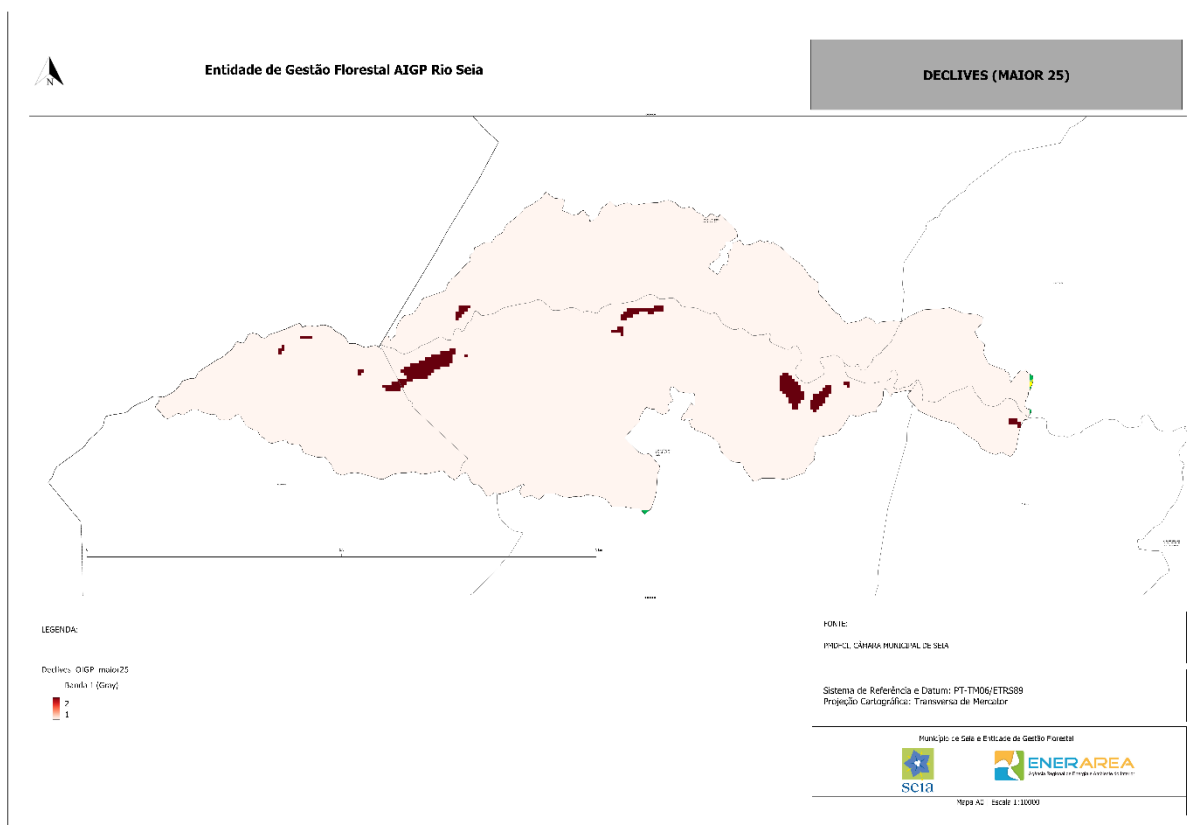


Figura 9- Carta de declives superiores a 25%

### b.3 Orientação das vertentes

A carta de exposição, foi realizada com a finalidade de determinar a orientação das encostas, tendo sido determinadas cinco classes: a Norte, Sul, Este, Oeste e Plano.

Analisando a figura, verifica-se que as exposições predominantes são a Sul e a Norte, 36% e 35% respetivamente, as áreas planas a representam 16% e as exposições a Oeste e Este correspondem a 9% e 4% respetivamente.

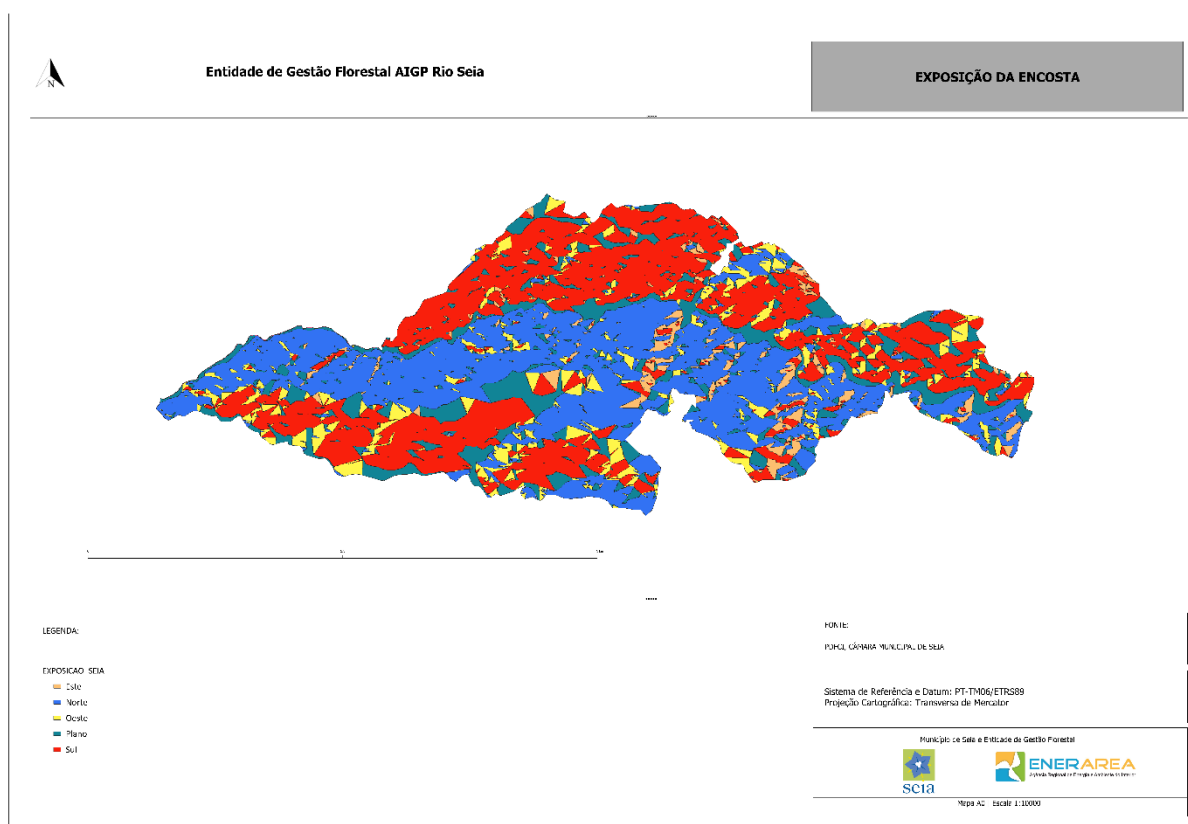


Figura 10- Carta de Exposição

Tabela 3- Área em hectares e percentagem por orientação da encosta

Id	Classe	Área (ha)
1	Plano	216,12
2	Norte	485,51
3	Este	55,02
4	Sul	496,73
5	Oeste	120,62

#### b.4 Altitude

A carta de hipsometria representa a variação de altitude da AIGP Rio Seia, na figura que se segue apresenta as diferentes classes, destacando a classe 320 - 470 (metros) como a representativa.

No mesmo mapa foram ainda integradas a rede hidrográfica e a linha de cumeada.

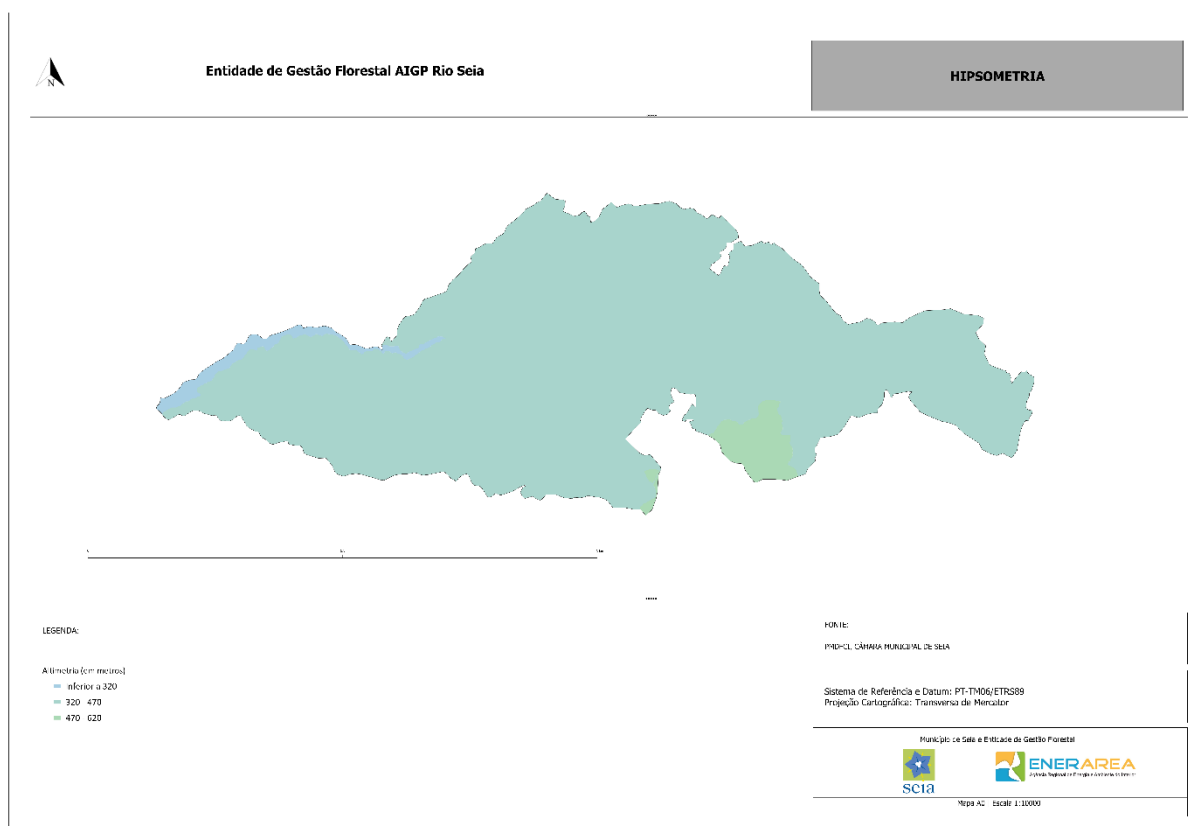


Figura 11 - Carta da hipsometria

A rede hidrográfica nesta área é dominada pela bacia hidrográfica do curso de água dominante, o Rio Seia, que delimita área a Norte numa extensão de 10.81 Km. Existem ainda por toda a área alguns cursos de água permanentes numa extensão de 37.43 Km e temporários, ou seja, têm água em pelo menos metade do ano, com leito definido e rodeado por vegetação ribeirinha ou apenas após grandes chuvadas. Estes últimos são os predominantes numa extensão de 8.7 Km.

### b.1.6 Solo e respetivas aptidões

A nível litológico a área integrada na AIGP Rio Seia, divide-se em duas designações conforme exposto no quadro seguinte. A primeira de rochas Eruptivas Plutónicas ocupando a maior parte da superfície e o segundo complexo litológico – Formações sedimentares e metamórficas, ocupa uma área menos significativa de Xistos grauvaques (complexo xisto-grauváquico).

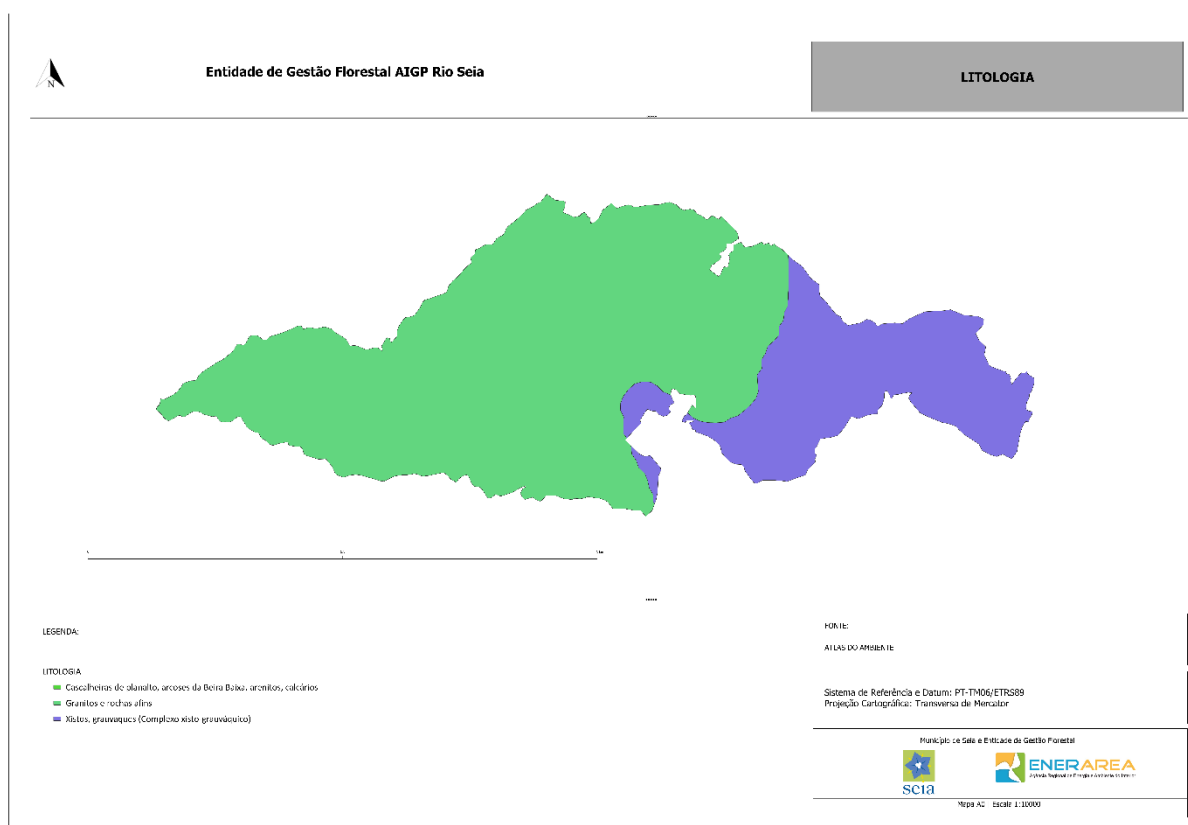


Figura 12- Carta de litologia e geologia da AIGP Rio Seia

Tabela 4- Complexos litológicos na área de estudo

Complexo litológico	Designação	Area (ha)
<b>ROCHAS ERUPTIVAS Plutónicas</b>	Granitos e rochas afins	1031,546
<b>FORM. SEDIMENTARES E METAMORFICAS</b>	Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico)	343,48

## b.6 Fauna, flora e habitats

### b.6.1 Fauna

Na AIGP Rio Seia não existem dados que identifiquem ou quantifiquem todas as espécies faunísticas, no entanto atendendo à imediação com o Parque Natural da Serra da Estrela assume-se a existência das espécies consideradas na tabela 5.

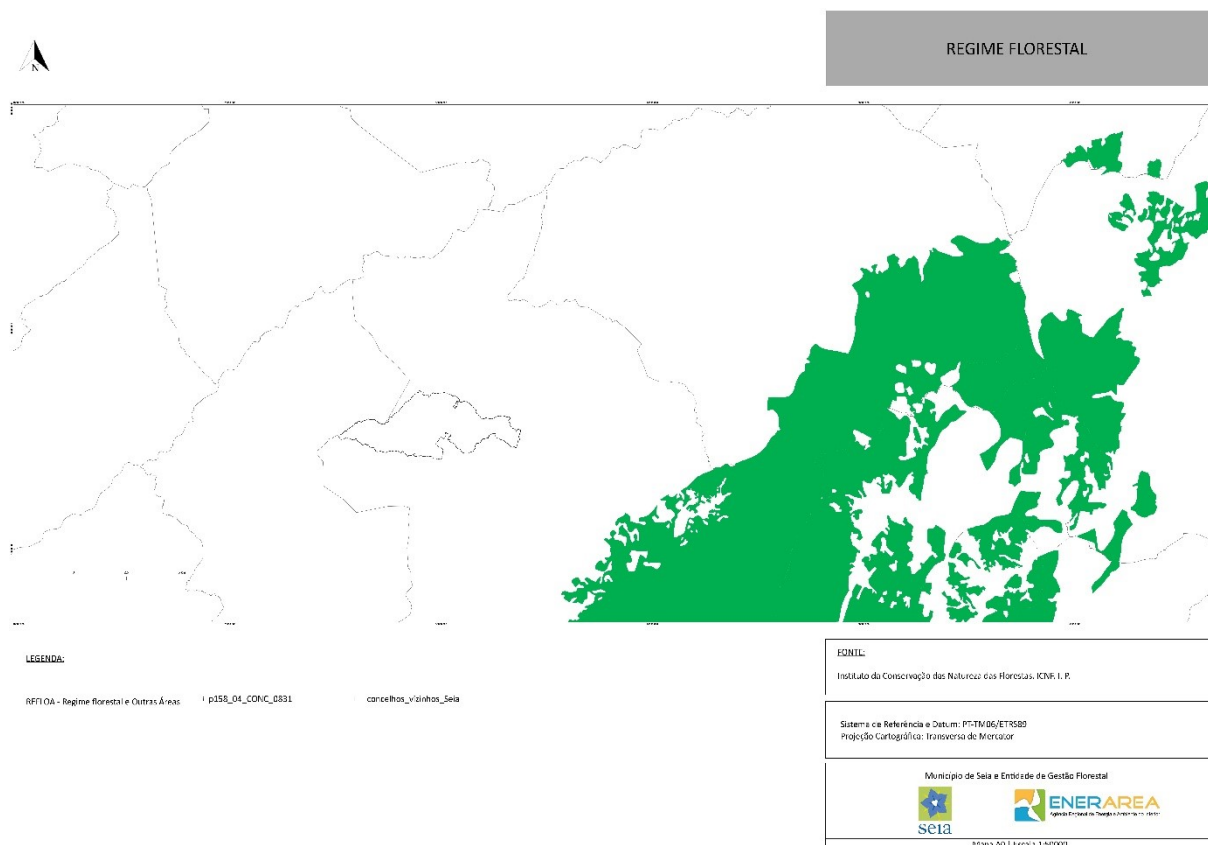


Figura 13- Regime Florestal (Parque Natural da Serra da Estrela)

Tabela 5- Fauna frequente na área

	Nome vulgar	Nome científico
<b>Mamíferos</b>	Coelho	<i>Oryctolagus cuniculus</i>
	Doninha	<i>Mustela nivalis</i>
	Fuinha	<i>Martes foina</i>
	Geneta	<i>Genetta genetta</i>
	Javali	<i>Sus scrofa</i>
	Lebre	<i>Lepus capensis</i>
	Lontra	<i>Lutra lutra</i>
	Raposa	<i>Vulpus vulpus</i>
	Sacarrabos	<i>Herpestes ichneumon</i>
	Texugo	<i>Meles meles</i>
	Toupeira	<i>Talpa occidentalis</i>
	Rato do campo	<i>Apodemus sylvaticus</i>
	Musaranho-dentes-brancos	<i>Crocidura russula</i>
	Morcego-orelhudo-cinzento	<i>Plecotus austriacus</i>
	Morcego-arborícola-pequeno	<i>Nyctalus leisleri</i>

	Ouriço-cacheiro	<i>Erinaceus europaeus</i>
<b>Aves</b>	Águia-de-asa-redonda	<i>Buteo búteo</i>
	Coruja-das-torres	<i>Tyto alba</i>
	Coruja-do-mato	<i>Strix aluco</i>
	Guarda-rios	<i>Alcedo atthis</i>
	Pardal-francês	<i>Petronia petronia</i>
	Pisco-peito-ruivo	<i>Erithacus rubecula</i>
	Poupa	<i>Upupa epops</i>
	Pega-rabuda	<i>Pica pica</i>
	Gaio-comum	<i>Garrulus glandarius</i>
	Cuco-canoro	<i>Cuculus canorus</i>
	Perdiz-comum	<i>Alectoris rufa</i>
	Pombo-torcaz	<i>Columba palumbus</i>
	Corvo	<i>Corvus corax</i>
	Rouxinol	<i>Luscinia megarhynchos</i>
	Rola-comum	<i>Streptopelia turtur</i>
<b>Répteis e anfíbios</b>	Tritão-marmorado	<i>Triturus marmoratus</i>
	Lagartixa do mato	<i>Psammotromus algirus</i>
	Sapo-parteiro	<i>Alytes obstetricans</i>
	Sapo-comum	<i>Bufo bufo</i>
	Salamandra-de-pintas-amarelas	<i>Salamandra salamandra</i>
	Rã ibérica	<i>Rana ibérica</i>
	Lagartixa ibérica	<i>Podarcis hispânica</i>
	Cobra-de-água-viperina	<i>Natrix maura</i>
	Sardão	<i>Lacerta lépida</i>
	Cobra-rateira	<i>Malpolon monspessulanus</i>
<b>Peixes</b>	Truta-comum	<i>Salmo truttafarrio</i>
	Boga-comum	<i>Chondrostoma polylepis polylepis</i>
	Truta-arco-íris	<i>Oncorhynchus mykiss</i>

### b.6.2 Flora e habitats

A espécie florestal dominante em toda a área é o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), bem como, espécies arbóreas e arbustivas como o eucalipto (*Eucalipto Globulus*), a acácia (*Acacia dealbata*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), os carvalhos (*Quercus pyrenaica, rubra, robur*), o pinheiro manso (*Pinus pinea*), o



sobreiro (*Quercus suber*), o castanheiro (*Castanea sativa*), o choupo (*Populus sp.*), o amieiro (*Alnus glutinosa*), o salgueiro (*Salix spp.*) e o freixo (*Fraxinus*).

Relativamente a espécies botânicas, encontra-se com dominância os tojos, a urze, os sargaços, o rosmaninho e a giesta, entanto existem outras representadas na tabela que se segue.

Tabela 6- Espécies botânicas

Nome Comum	Nome Científico
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>
Erva-leiteira	<i>Polygala vulgaris</i>
Pilriteiro ou espinheiro	<i>Crataegus laevigata</i>
Feto ordinário	<i>Pteridium aquilinum</i>
Feto real	<i>Osmunda regalis</i>
Funcho	<i>Foeniculum officinale</i>
Giesta das vassouras	<i>Cytisus scoparius</i>
Hera	<i>Hedera helix</i>
Musgo	<i>Selaginella denticulata</i>
Rosmaninho	<i>Lavandula stoechas</i>
Sargaço ou roselha	<i>Cistus crispus</i>
Silva	<i>Rubus fruticosus</i>
Trovisco	<i>Daphne gnidium</i>
Urtiga	<i>Urtiga dioica</i>
Urze	<i>Calluna vulgaris</i>
Tojo arnal	<i>Ulex europaeus</i>

### c. Ocupação do solo

A principal ocupação do solo da AIGP Rio Seia corresponde a povoamentos florestais de pinheiro-bravo, encontrando-se com menor expressão outras resinosas como o Pinheiro radiata, o pinheiro manso e o cipreste. Quanto às espécies folhosas as mais frequentes são os carvalhos, o castanheiro, o medronheiro, o salgueiro, o freixo, o choupo, o eucalipto, o amieiro, o sobreiro, entre outras. A par, podem encontrar-se ainda espécies invasoras como a *Acácia dealbata* e *ailanthus altissima*.

Os **povoamentos de pinheiro-bravo e pinheiro manso**, são provenientes de regeneração natural ou de plantação, conduzidos em alto fuste, com densidades que variam entre escassa, normal e excessiva

e em que a vegetação espontânea é mediana. No entanto, esses povoamentos são acompanhados de exemplares de sobreiros dispersos.

Os **povoamentos de folhosas** diversas caracterizam-se por possuírem uma estrutura irregular, em regime de alto fuste, provenientes de plantação ou regeneração natural, acompanhados de vegetação espontânea é geralmente excessiva. De um modo geral, o estado sanitário das folhosas é satisfatório.

Os **povoamentos mistos de pinheiro-bravo com folhosas** diversas apresentam uma estrutura irregular e são conduzidos quer em regime de alto fuste quer em talhadia. São compostos por várias espécies, sendo mais frequente a mistura de Pinheiro bravo com carvalho alvarinho, negral, eucalipto, medronheiro, sobreiro, entre outras folhosas.

Os **povoamentos de resinosas diversas**, apresentam uma estrutura irregular, conduzidos em regime de alto fuste, provenientes de plantação e onde a vegetação espontânea tem uma densidade normal. Estes povoamentos caracterizam-se por englobarem espécies como o pinheiro-bravo, o pinheiro manso e o pinheiro radiata.

Os **povoamentos puros de eucaliptos**, apresentam estrutura irregular ou regular, conduzidos em alto fuste e provenientes quer de plantação, quer de rebentamento de toíça.

A **vegetação ripícola**, com maior expressão nas margens das linhas de água do Rio Seia é essencialmente composta por salgueiros, amieiros, freixos, carvalhos, choupos.

A presença de afloramentos rochosos é uma constante ao longo da área da AIGP Rio Seia, bem como a quantidade de área ocupada por matos, os quais apresentam duas modalidades:

- Prevalece a regeneração natural de Pinheiro bravo e Pinheiro Manso, e/ou folhosas diversas, em que a vegetação esparsa permanece devido a ocorrência sucessiva de incêndios florestais;
- Apenas subsiste a vegetação arbustiva composta por urze, fetos, tojo, esteva, rosmaninho, giestas, silvas entre outras.

Através da análise das figuras seguintes, podemos verificar a evolução da ocupação do solo,

COS entre 1995 e 2018 (anos 1995, 2007, 2010, 2015 e 2018), nível 4, destacam-se as seguintes situações:

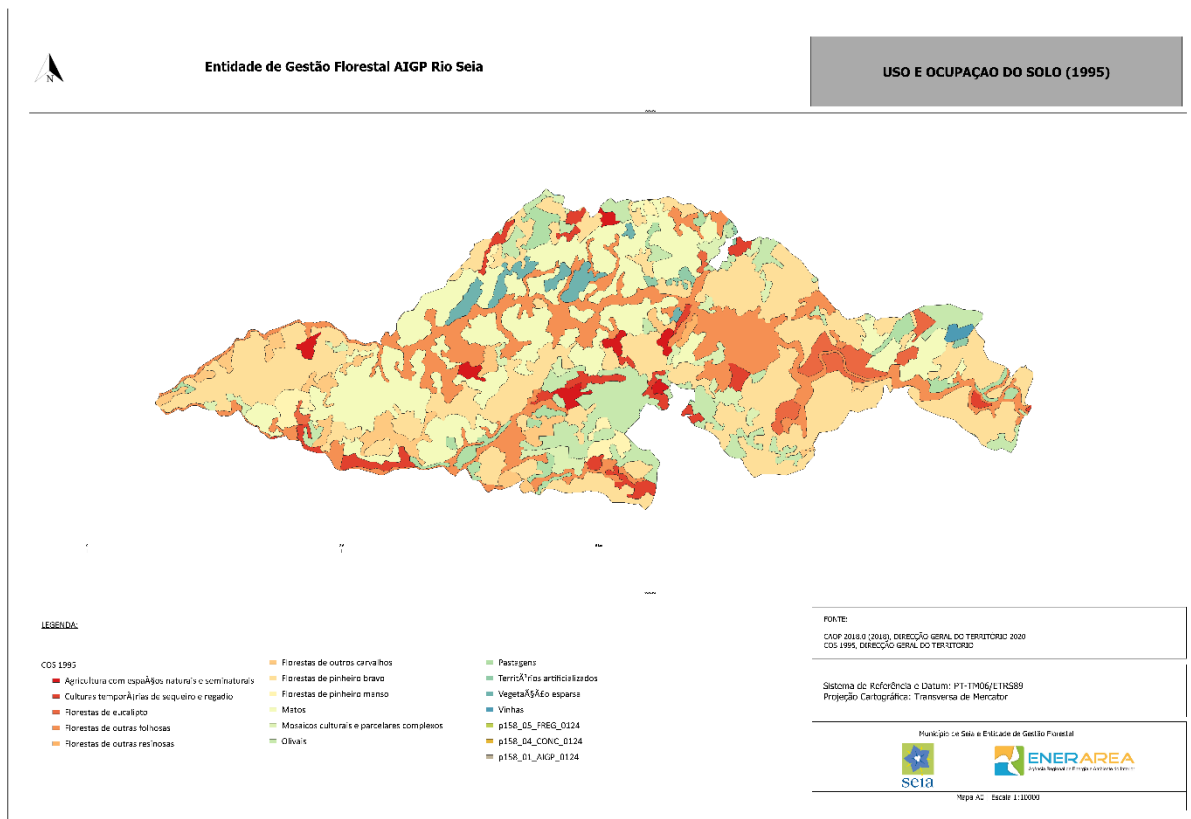


Figura 14- Ocupação do solo (1995)

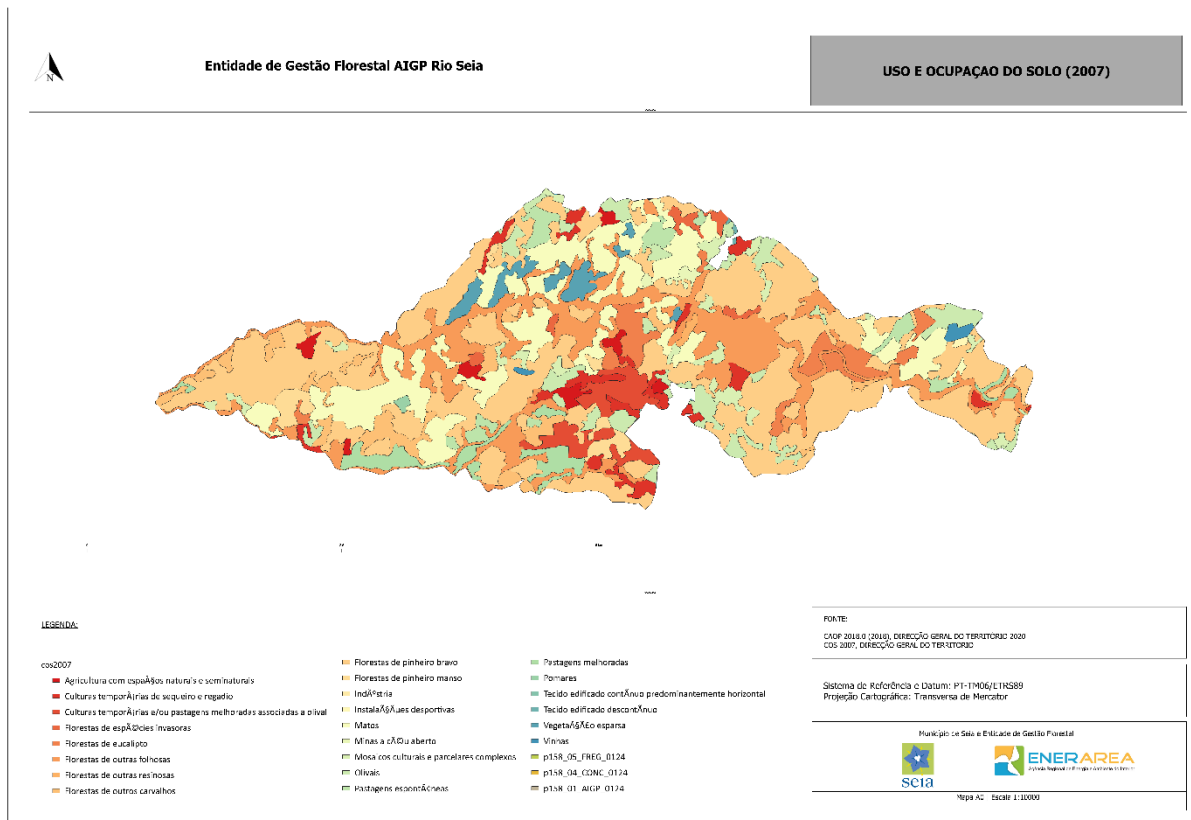


Figura 15- Ocupação do solo (2007)

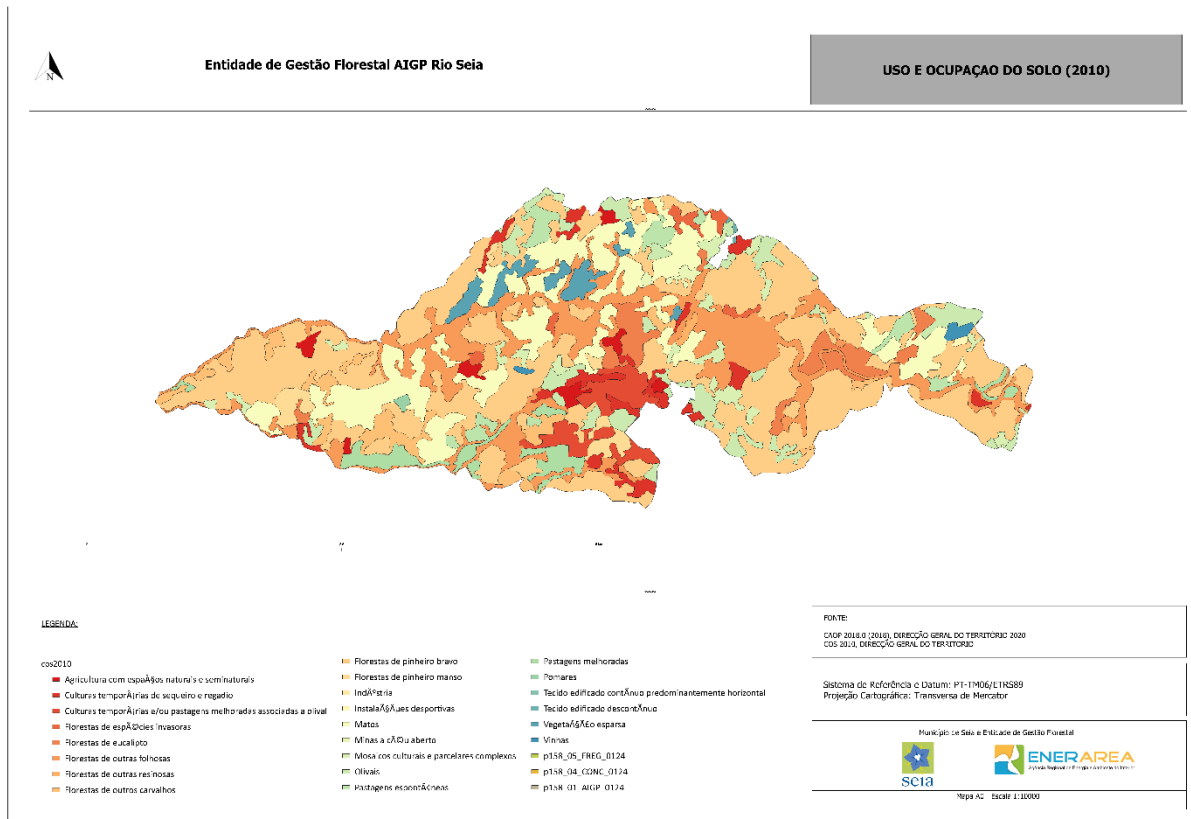


Figura 16 - Ocupação do solo (2010)

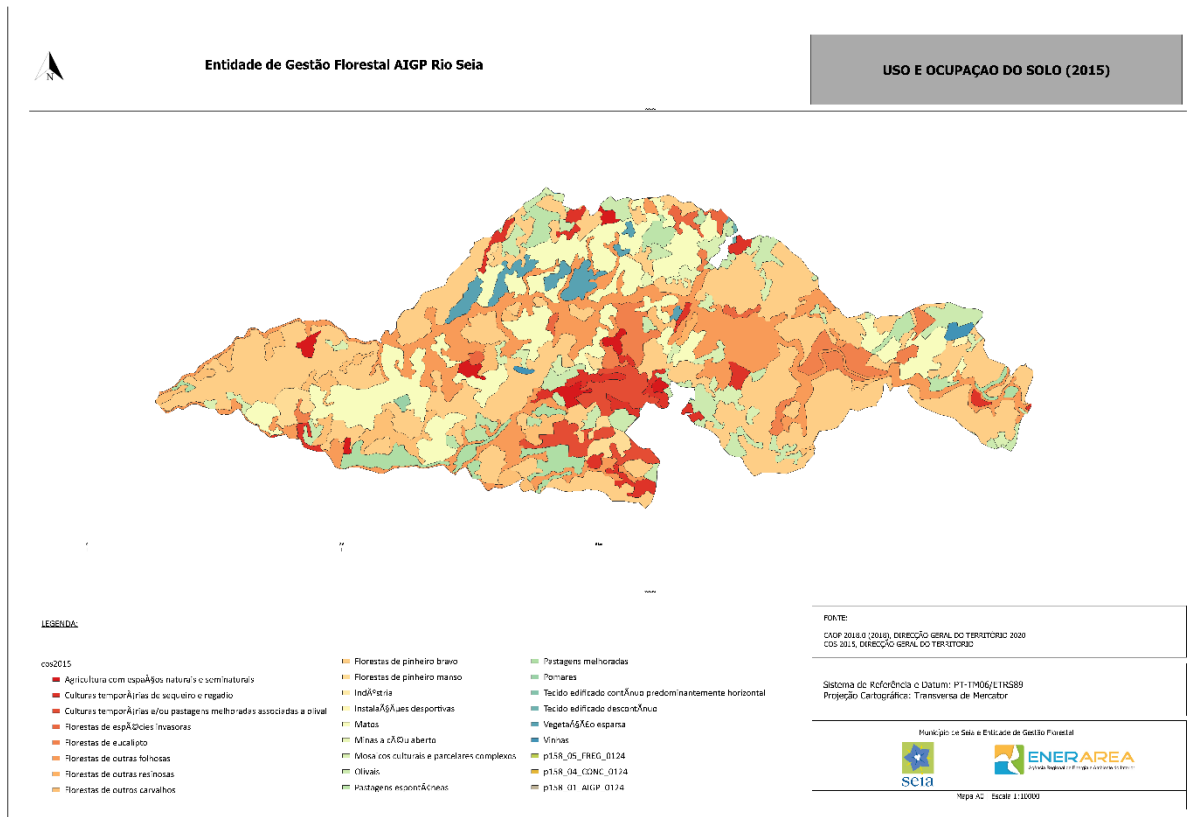


Figura 17 - Ocupação do solo (2015)

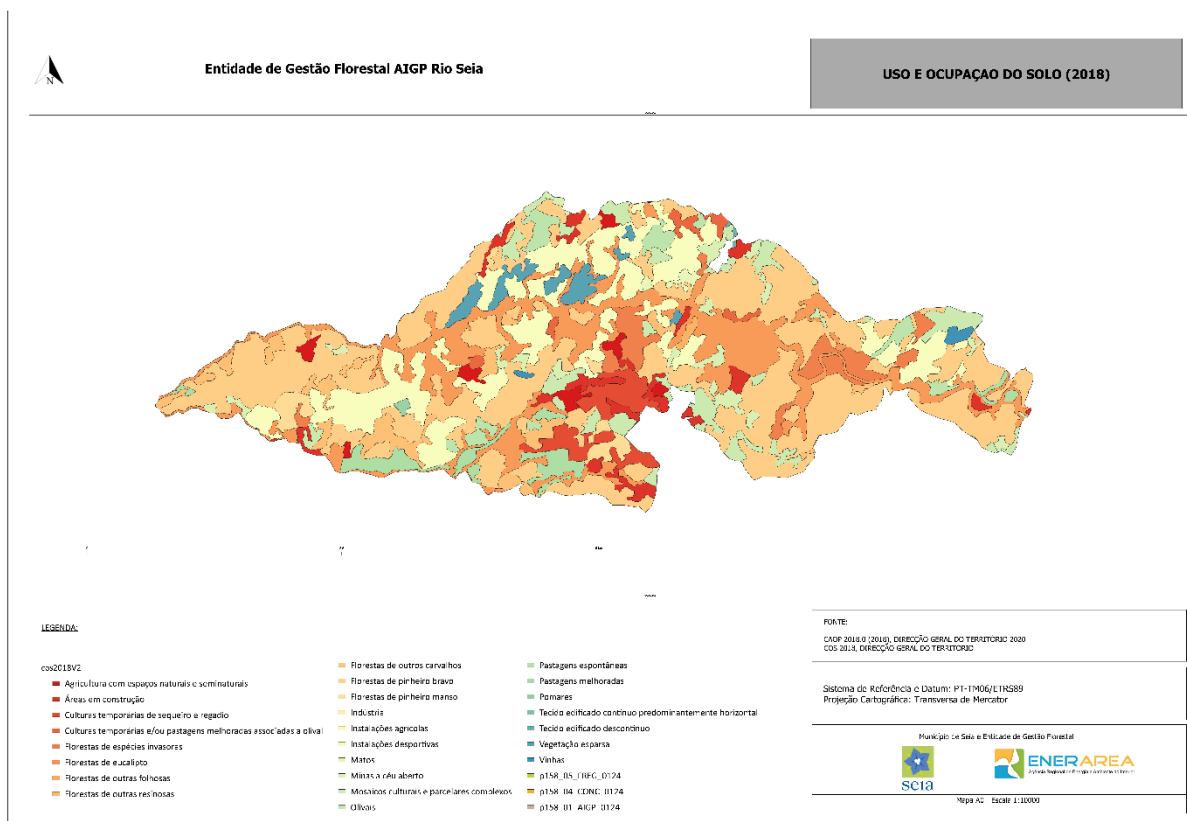


Figura 18- Ocupação do solo (2018)

#### d. Área edificada e infraestruturas

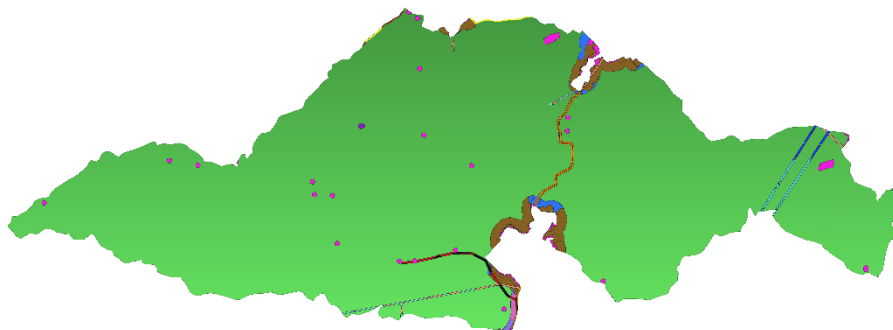
Considerando as áreas edificadas constantes na Carta de Áreas Edificadas 2018, encontram-se as áreas de proteção aos aglomerados populacionais dentro da AIGP nomeadamente nas freguesias de Sameice e Pereiro, linhas de transporte de energia de média tensão e as rodovias municipais nacionais, municipais e florestais.





Entidade de Gestão Florestal AIGP Rio Seia

Áreas edificadas e infraestruturas

**LEGENDA:**

p15R_07_1.DIF_0831	Rede Elétrica ME;
p15R_08_ACTS_0831	Rede Elétrica ME, F, RDDES;
Rede secundária de Faixas de gestão de combustível	Rede Elétrica MAT;
Aglomerados Popacionais	Rede Elétrica MAT; REN;
Aglomerados Popacionais, Pr.zonais	Rede Primária
CA1118	Rede Primária; Acafeir
CA1119	RPS Proprietários
EN504	IVI
	AIGP_Rio_Seia

**FONTES:**Rede secundária de Faixas de gestão de combustível, Câmara Municipal de Seia  
PMDFCI (Área edificada), Câmara Municipal de SeiaSistema de Referência e Datum: PT-TM/06/ETRS89  
Projeção Cartográfica: Transversa de Mercator

Município de Seia e Entidade de Gestão Floresta



Mapa AG | Escala 1:10000

Figura 19 - Área edificada e infraestruturas

No que respeita, à rede de caminhos florestais, apenas são considerados dois caminhos, com uma Totalidade de 1,8 Km.

### e. Elementos patrimoniais e culturais

Os pontos de interesse histórico e cultural são integrados no percurso pedestre e ciclável no Rio Seia, nomeadamente: Largo da Capela (Vila verde), Açude do pífaro, Ponte de Ferro, Poço dos Búzios, capela do divino salvador (Pereiro), Azenha do Pessegueiro, Igreja paroquial de Sameice, Açude do Pombal, Terreiro de São Sebastião, Centro BTT, Ponte Filipina, Ponte Românica da Folgosa do Salvador Capela de São Marcos (Folgosa do Salvador), Mirante de Santo Amaro (Santiago) e a Porta da Estrela (Seia).

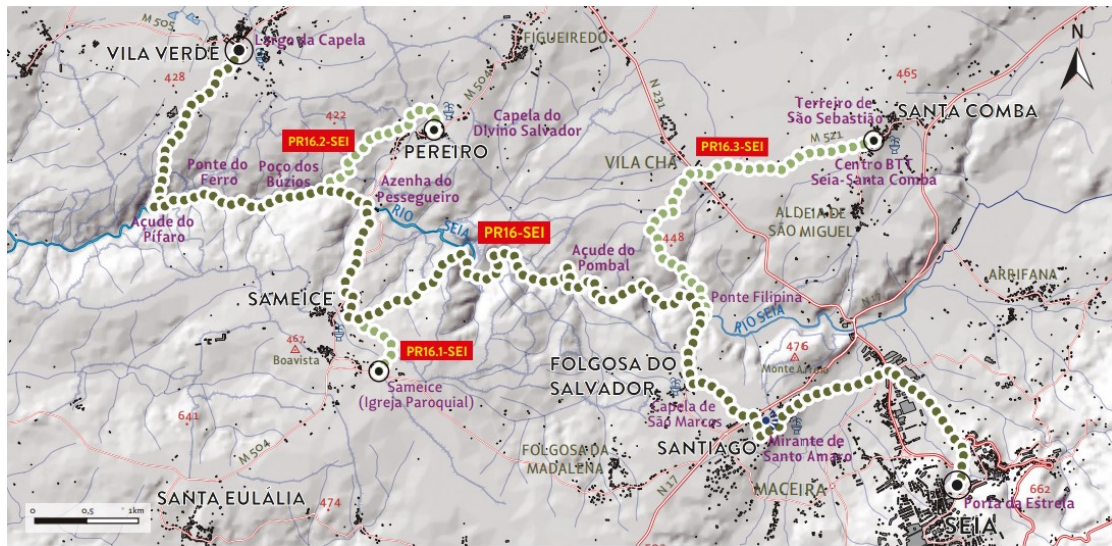


Figura 20- Pontos de interesse histórico e cultural ao longo do percurso pedestre e ciclável no Rio Seia



**Entidade de Gestão Florestal AIGP Rio Seia**

**Elementos patrimoniais e culturais**



**LEGENDA**

- p158\_17\_LUL\_9/12
- p158\_16\_FFP\_0712
- AIGP\_Rio\_Seia
- p158\_05\_FREG\_0831
- p158\_04\_CONC\_0831

**EDITE**

Câmara Municipal de Seia

Sistema de Referência e Datum: PT-TM06/ETRS89  
Projeção Cartográfica: Trazenosa de Marçoso

Município de Seia e Entidade de Gestão Florestal



Mapa A0 Escala 1:10000

Figura 21- Elementos patrimoniais e culturais

## f. Fogos rurais

Os incêndios constituem um dos problemas mais graves que afetam a floresta portuguesa. A área de estudo não é exceção, tendo sido atingida por diversos incêndios nos últimos anos.

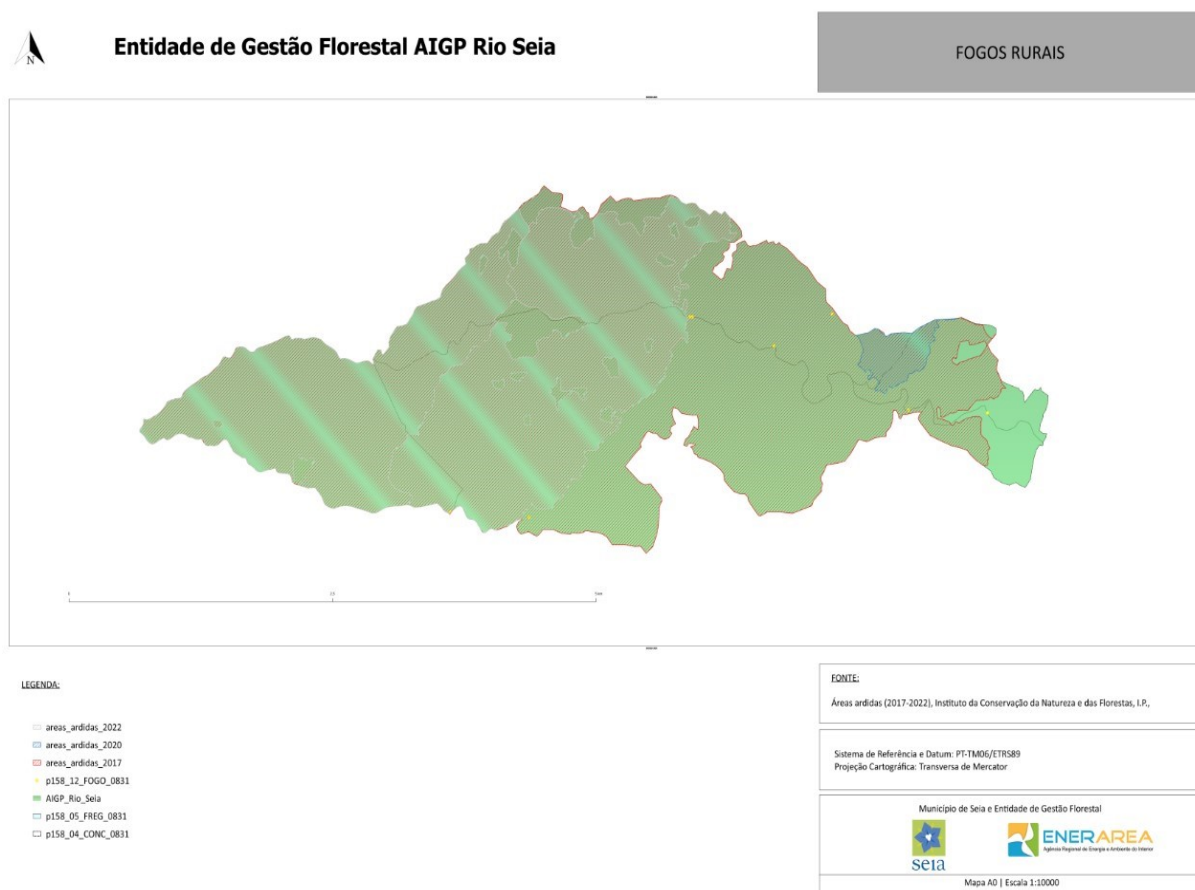


Figura 22 - Carta das áreas ardidas (2017-2022) na AIGP

### f.1 Incidência do fogo na área da AIGP (% área ardida/ano)

A área ardida no período considerado (2017-2022) dentro da AIGP Rio Seia, apresenta uma variação anual que é espelhada na tabela que se segue, bem como, a percentagem correspondente que varia entre os 96,4% a 54,2% dados que se encontram descritos na tabela que se segue.

Tabela 7- Evolução anual da área ardida na AIGP (área e percentagem)

Ano do incêndio	Área em ha	Percentagem da área ardida (%)
<b>2017</b>	1326,14	96,4
<b>2018</b>	0	0
<b>2019</b>	0	0
<b>2020</b>	27,36	1,9
<b>2021</b>	0	0
<b>2022</b>	745,4	54,2

### f.2 Registo do ponto de início conhecidos

No período de 2014-2019 verifica-se a existência de diversos pontos de início na área envolvente da AIGP.

### f.3 Perigosidade

Na AIGP Rio Seia, de acordo com a informação do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, a perigosidade de incêndio rural encontra-se dividida de acordo com os dados que se seguem:

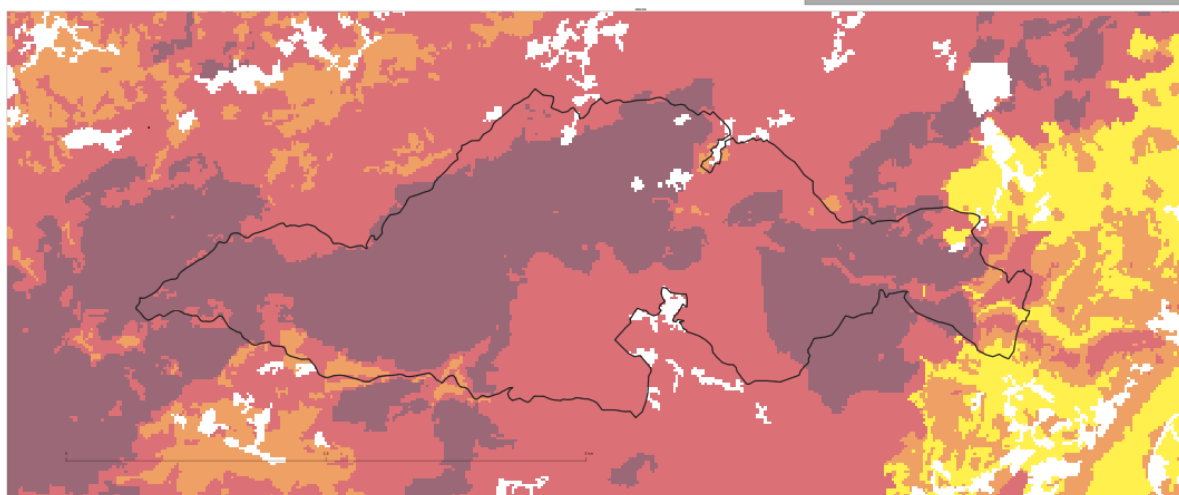
- a) Classe Muito Baixa = 25,6%;
- b) Classe Baixa = 14,6%
- c) Classe Média = 1,9%
- d) Classe Alta = 52,8%
- e) Classe Muito Alta = 5%

No entanto, fomos também verificar de acordo com a informação disponível por Serviços WMS do ICNF a carta de perigosidade, de acordo com estatuído no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, a área de estudo encontra-se maioritariamente nas duas últimas classes «alta» e «muito alta» perigosidade de incêndio, daí a necessidade de intervenção na gestão dessa área.



Entidade de Gestão Florestal AIGP Rio Seia

SRUP - Carta de Perigosidade de Incêndio Rural series



LEGENDA:

 AIGP, Rio, Seia  
 Carta de perigosidade de incêndio rural  
 Baixa  
 Média  
 Alta  
 Muito alta  
 p158\_04\_CONC\_0831

FONTE:

SRUP - Carta de Perigosidade de Incêndio Rural, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

 Sistema de Referência e Datum: PT-TM06/ETRS89  
 Projeção Cartográfica: Transversa de Mercator

Município de Seia e Entidade de Gestão Florestal



Mapa A0 | Escala 1:10000

Figura 23 - Carta de Perigosidade

A AIGP deve ser considerada uma prioridade de defesa devido a tratar-se de uma área densamente florestada com declives suaves e aglomerados populacionais confinantes ou inseridos em áreas florestais.

#### f.4 Histórico de FWI (Canadian Forest Fire Weather Index System)

O Índice Meteorológico de Incêndio do Sistema Canadano (*Canadian Forest Fire Weather Index System, CFFWIS*), designado genericamente como índice FWI (*Fire Weather Index*) integra seis índices que quantificam os efeitos da humidade do combustível e do vento no comportamento do fogo.

O Fire Risk Map (FRM) agrega os valores das previsões de parâmetros meteorológicos de 24h, 48h, 72h, 96h e 120h do ECMWF (temperatura a 2m, humidade relativa do ar, velocidade do vento a 10m e precipitação acumulada em 24h) para calcular o conjunto de seis índices de incêndio que constituem CFFWIS. Esses valores são calculados para cada pixel na resolução espacial do Meteosat Second Generation (MSG) à escala da Europa Mediterrânea e são divulgados todos os dias às 12 UTC. As classes de perigo de incêndio são obtidas pela combinação, em cada pixel MSG, dos valores diários do índice

FWI para as classes de vegetação derivadas do GLC2000. O perigo de incêndio (para níveis especificados de gravidade) está associado a cada classe de perigo de incêndio cruzando o FWI e informações de cobertura vegetal com o histórico de incêndios ativos detetados pelo MSG durante os meses julho e agosto no histórico de dados do produto (IPMA,2024).

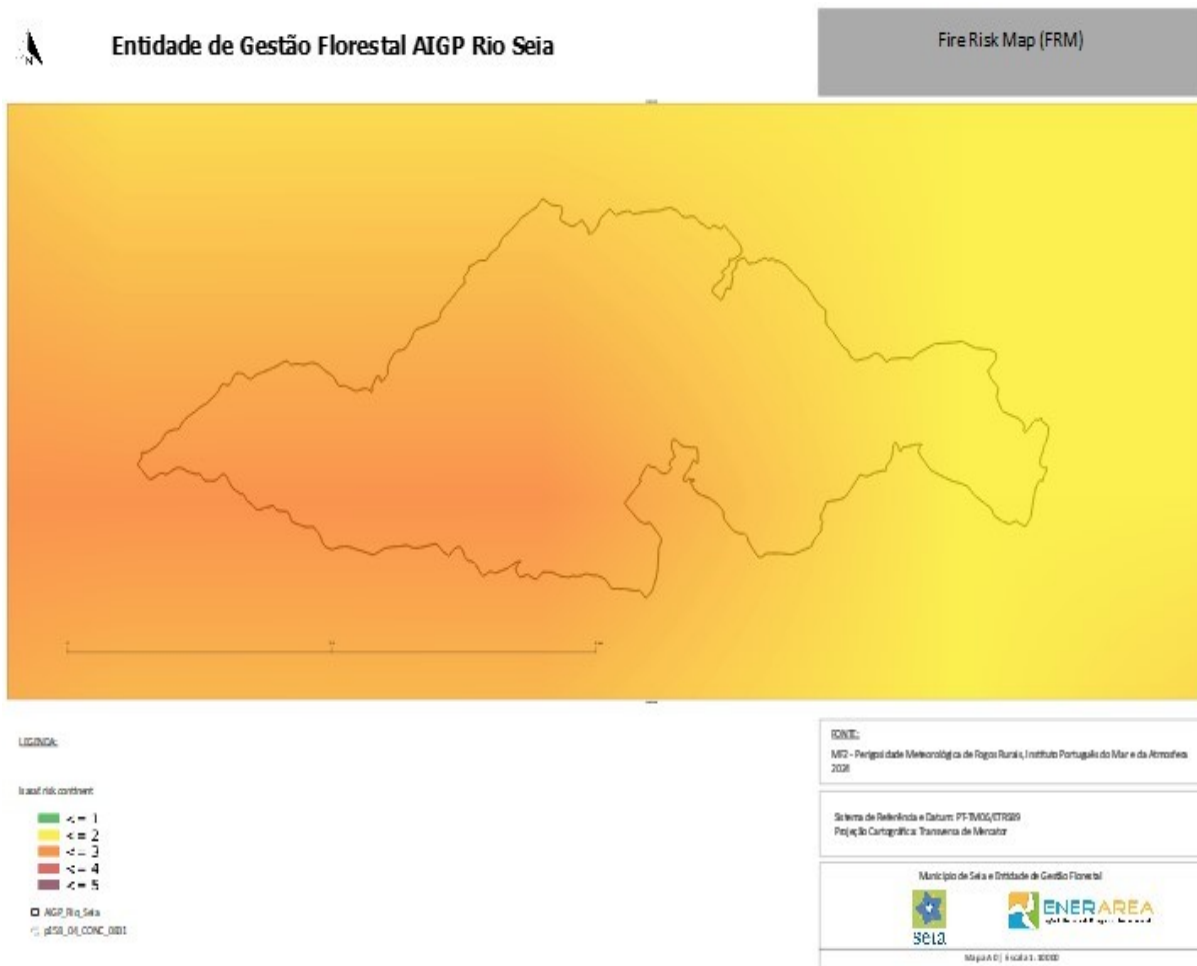


Figura 24 - Fire Risk Map

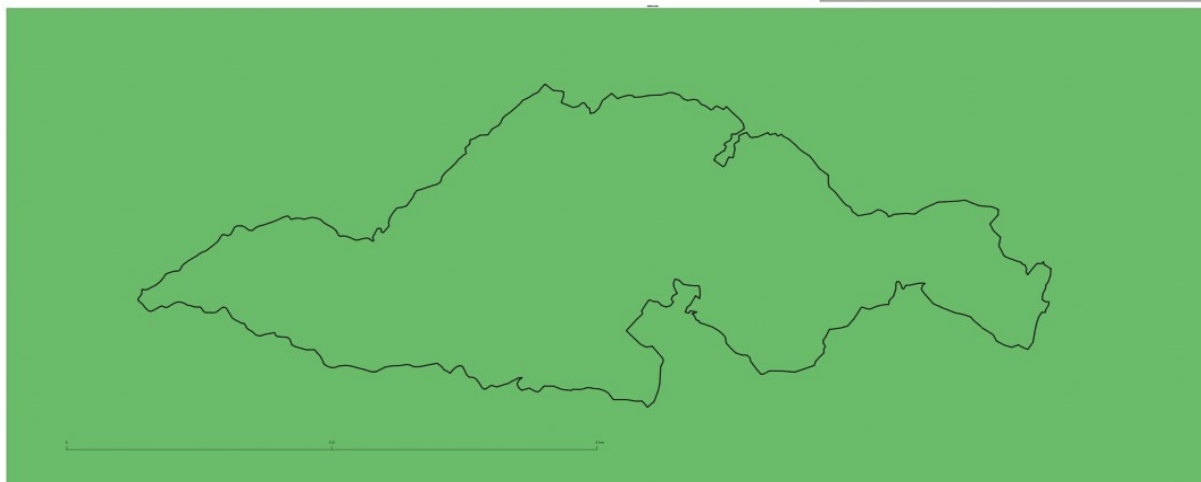
FWI- Índice Meteorológico de Perigo de Incêndio Florestal (Fire Weather Index) é um indicador da intensidade da frente de fogo, definida como a libertação de energia por unidade de comprimento da frente de chamas, segue o mapa com recurso ao serviço wms (FWI) à data.





Entidade de Gestão Florestal AIGP Rio Seia

ÍNDICE METEOROLÓGICO DE PERIGO DE  
INCÊNDIO FLORESTAL – FWI



LEGENDA:

ipma\_fwi\_contincont

- 0, 8-11
- 13-5, 17-21
- 17-2, 24-61
- 24-0, 38-78
- 38-3, 59-21
- 50-3, 64
- 64

ip158\_04\_C0NC\_0831

Fonte:

o índice meteorológico de perigo de incêndio florestal – FWI, Instituto Português do Mar e da Atmosfera 2024

Sistema de Referência e Datum: P.T. TM06/ETR389  
Projeção Cartográfica: Transversa de Mercator

Município de Seia e Entidade de Gestão Florestal



Mapa A0 | Escala 1:10000

Figura 25- Índice meteorológico de perigo de incêndio florestal (FWI)

No entanto, a área de estudo encontra-se com o índice de risco de incêndio florestal – RCM (Risco Conjuntural e Meteorológico), disponibilizado diariamente pelo IPMA resulta da combinação de dois índices: o índice meteorológico de perigo de incêndio florestal – FWI e a Perigosidade de Incêndio Florestal, a partir da matriz de ponderação de risco, na qual o a área de estudo se integra na classe de risco 5 e com um desvio padrão de 0,84 de acordo com a tabela 8, com a indicação para o distrito da Guarda.

Tabela 8- risco de incêndio (RCM), por distrito (IPMA)

MIN	MAX	Ampli_tude	Média	Desvio padrão	Moda	Mediana (Classe risco)	DI	DISTRITO
3	5	2	3.88	0.91	3	4	01	AVEIRO
3	5	2	3.62	0.86	3	3	02	BEJA
3	5	2	4.14	0.92	5	5	03	BRAGA
3	5	2	4.31	0.83	5	5	04	BRAGANCA
3	5	2	4.23	0.88	5	5	05	CASTELO BRANCO
3	5	2	4.08	0.89	5	4	06	COIMBRA
3	5	2	3.29	0.63	3	3	07	EVORA
3	5	2	4.30	0.87	5	5	08	FARO
3	5	2	4.35	0.84	5	5	09	GUARDA
3	5	2	3.86	0.86	3	4	10	LEIRIA
3	5	2	3.66	0.82	3	3	11	LISBOA
3	5	2	3.61	0.83	3	3	12	PORTALEGRE
3	5	2	3.98	0.92	3	4	13	PORTO
3	5	2	3.83	0.87	3	4	14	SANTAREM
3	5	2	3.39	0.67	3	3	15	SETUBAL
3	5	2	4.37	0.84	5	5	16	VIANA DO CASTELO
3	5	2	4.41	0.79	5	5	17	VILA REAL

O IPMA dispõe de uma base de dados com os valores históricos dos índices do sistema de CFFWIS para o período 2000-2019 (20 anos), para um conjunto de 67 estações que continuamente têm sido utilizadas para o cálculo dos componentes do índice FWI no território do Continente. O percentil diário do índice FWI é calculado numa janela de 11 dias em torno do dia para o qual é efetuada a previsão, para permitir uma comparação com a atual época do ano e desta feita, podemos observar que em janeiro de 2024 encontramos-nos na segunda classe como representado na imagem que se segue.

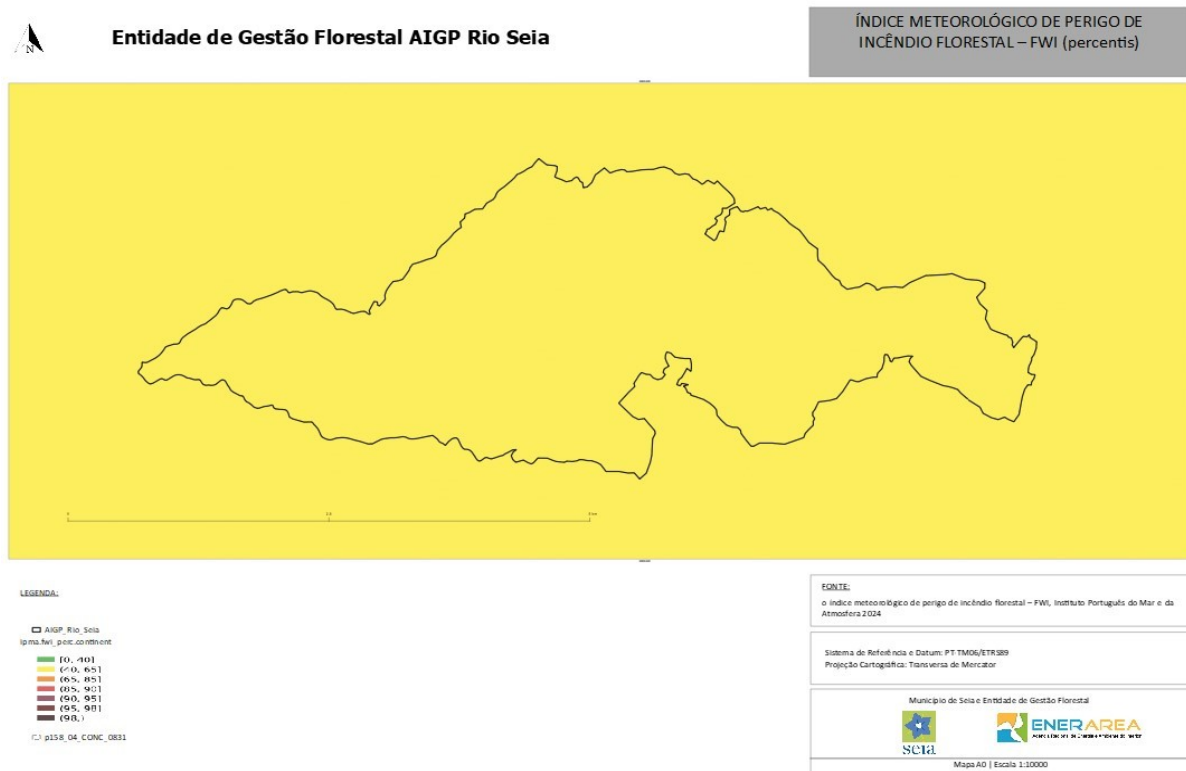


Figura 26- Índice meteorológico de perigo de incêndios florestais (FWI percentis)

Relativamente às simulações do comportamento do fogo, foi desenvolvido um documento que se anexa - Simulação de comportamento do fogo - AIGP Rio Seia.

## f.5 Interfaces diretas das áreas edificadas com o território florestal

Para análise deste item usou-se a Carta de Interface de Áreas Edificadas Conjuntural 2021 que é um produto do Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS), uma iniciativa inovadora, concebida e desenvolvida pela Direção-Geral do Território, com o objetivo de produzir de forma contínua informação cartográfica sobre o uso e ocupação do solo. Representa os segmentos que



integram o perímetro (interface) da Carta de Áreas edificadas (2018), classificados em função da sua proximidade a manchas de combustível e da área de tais manchas (2021).

O coberto combustível foi identificado a partir da Cartografia de Ocupação do Solo Conjuntural (COSc2021), que é um produto raster com pixels de 10 metros. A análise espacial desenvolvida sobre classes predefinidas da COSc (isoladas ou agrupadas) possibilitou a identificação de quatro tipos/categorias de coberto combustível: Floresta Densa; Floresta Aberta; Matos; Vegetação herbácea espontânea.

Após subdivisão do perímetro de cada área edificada 2018 em segmentos de dimensão regular (25 metros), cada segmento foi classificado em função da sua proximidade a manchas de combustível e da área de tais manchas, num dos seguintes tipos de interface conjuntural:

- Direta: segmentos que possuem mancha(s) de coberto combustível de dimensão igual ou superior a 0.1 ha a uma distância igual ou inferior a 10 metros. Na AIGP corresponde a 18.823 metros.
- Indireta 1: segmentos que não são interface direta e possuem mancha(s) de coberto combustível de dimensão igual ou superior a 0.1 ha a uma distância superior a 10 metros, mas igual ou inferior a 100 metros. Na AIGP corresponde a 1247 metros.

Tendo em conta o regime de fogo e a sua causalidade e a respetiva legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º82/2021, de 13 de outubro, as faixas de gestão de combustível são consideradas uma rede de defesa porque obrigam à gestão dos combustíveis existentes nos espaços rurais, situadas em locais estratégicos para a prossecução de determinadas funções, onde se procede à modificação e à remoção total ou parcial da biomassa presente. Estas infraestruturas florestais de defesa da floresta ocupam uma área significativa do território.

As faixas de gestão de combustível constituem redes primárias e secundárias, tendo em consideração as funções que podem desempenhar.

A rede primária de interesse regional ocupa 4,6%, correspondendo a 58,99 ha. As redes secundárias de faixas de gestão de combustível de interesse municipal ou local, e no âmbito da proteção civil de populações e infraestruturas e desenvolvem-se sobre:

- a) A rede rodoviária que ocupa 2,8%, correspondendo a 34,44 ha;
- b) A linha de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão que ocupa 0,4%, correspondendo a 5,05 ha;

- c) As envolventes aos aglomerados populacionais que ocupam 2,98%, correspondendo 36,98 ha.
- d) Os pontos de água que ocupam 0,63 ha, correspondendo a 0,05%.

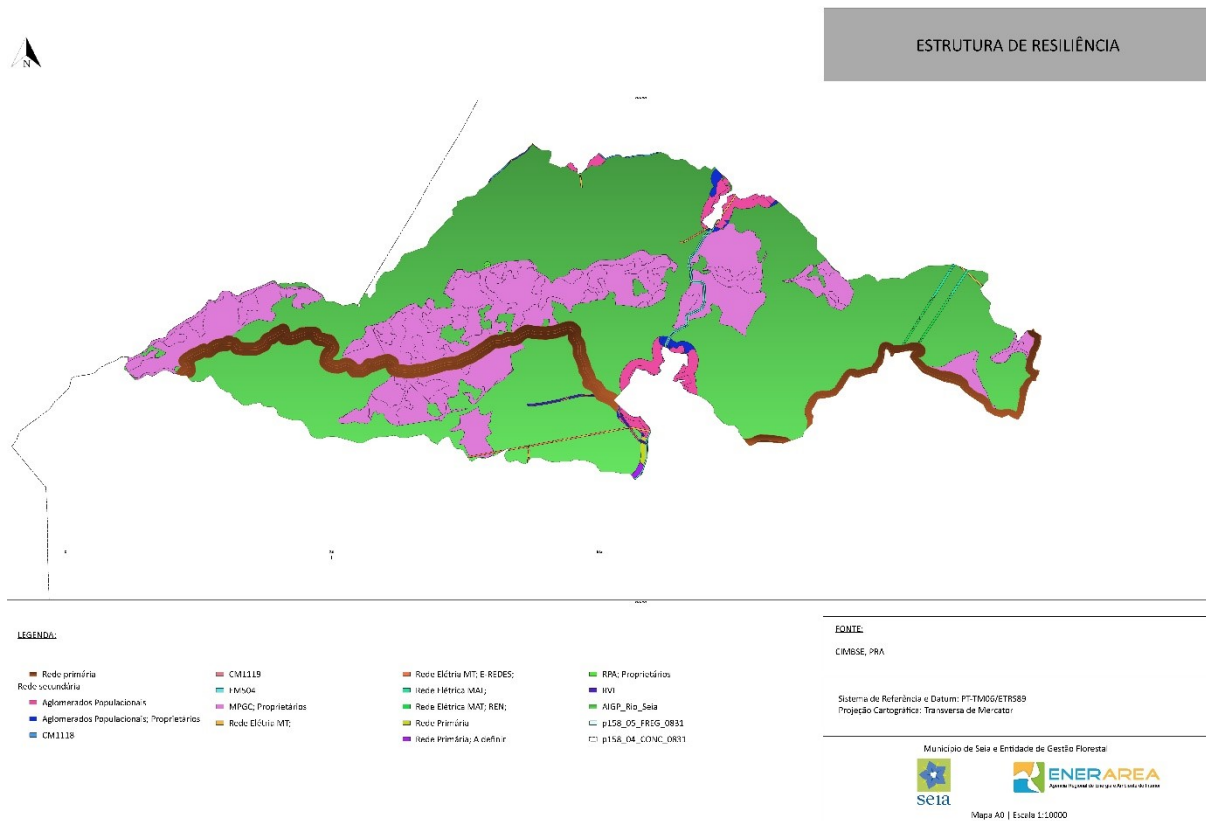


Figura 27- Estrutura de Resiliência

Dever-se-á então promover a gestão florestal e intervenção preventiva em áreas estratégicas, protegendo as zonas de interface urbano/floresta e implementando um programa de redução de combustíveis.

As faixas de gestão de combustíveis nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 100 m, na rede rodoviária numa faixa lateral de terreno confinante de largura não inferior a 10 m, nas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados.

Estas infraestruturas têm de ter usos compatíveis com o estabelecido no sistema integrado de fogos rurais. A gestão do combustível situa-se em locais que potenciam a prossecução de determinadas funções, onde se procede à modificação da estrutura vertical ou horizontal e à remoção total ou parcial da biomassa.

O planeamento, a instalação e a manutenção da rede primária de faixas de gestão de combustível deve ter em consideração, designadamente:

- a) A sua eficácia na supressão de incêndios de grande dimensão;
- b) A segurança das forças em operação;
- c) O valor socioeconómico, paisagístico e ecológico dos territórios rurais;
- d) As características fisiográficas e as particularidades da paisagem local;
- e) O histórico dos grandes incêndios na região e o seu comportamento previsível em situações de meteorologia favorável à progressão do fogo;
- f) As atividades que nelas se possam desenvolver e contribuir para a sua sustentabilidade técnica e financeira.

As **faixas de gestão de combustível** desempenham as seguintes funções:

- a) A função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;
- b) A função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e formações florestais e agrícolas de valor especial;
- c) A função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

A **rede de pontos de água** também faz parte da rede de defesa, constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, naturais ou artificiais acessíveis aos meios de combate ao fogo, resumindo-se as suas funções a:

- a) Possibilitar o reabastecimento dos meios terrestres e aéreos;
- b) Permitir o funcionamento de faixas de humedecimento.

A AIGP beneficia da existência do ponto de água natural, o Rio Seia com uma vasta rede hidrográfica de linhas de água permanentes e temporárias.

Existem também um conjunto de estruturas de armazenamento de água, nomeadamente reservatórios, poços, piscinas e tanques de rega.

Dar nota que maioritariamente, a **Rede Viária Florestal** existente está em bom estado de conservação e com grande densidade de estradas e caminhos florestais com uma largura superior a 5 metros, onde se podem cruzar 2 veículos e com zonas de inversão de marcha a cada 1000 metros.

Em relação à rede de defesa, a grande parte da área da AIGP é visível por Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE) ou por posto de vigia.

### **g. Outros riscos e vulnerabilidades**

#### **g.1 Invasoras, pragas, habitats e espécies ameaçados**

A introdução de espécies não indígenas na natureza pode originar situações de predação ou competição com espécies nativas, a transmissão de agentes patogénicos ou de parasitas e afetar seriamente a diversidade biológica, as atividades económicas ou a saúde pública. Acresce ainda o facto, dado o seu carácter dispersivo, se tornarem onerosas e morosas quaisquer tentativas de controlo ou erradicação destas espécies. Conscientes deste facto, pretende-se então condicionar ao máximo a introdução destas espécies na natureza. Define-se então espécie invasora como “espécie suscetível de, por si própria, ocupar o território de uma forma excessiva, em área ou em número de indivíduos, provocando uma modificação significativa nos ecossistemas”. Da mesma forma define espécie não indígena como “qualquer espécie, da flora ou da fauna, não originária de um determinado território e nunca aí registada como ocorrendo naturalmente e com populações auto-sustentadas durante os tempos históricos”.

No território do Rio Seia estão fortemente presentes espécies invasoras, que em muitos locais representam já uma área muito considerável. Essa espécie é a *Acácia spp.*

Com os últimos incêndios e o contínuo abandono da população nestes locais, esta espécie têm ganho uma forte expansão territorial estando presente em todos os ecossistemas do concelho e em particular desta AIGP. A forte inflamabilidade desta espécie e o facto de sere espécie pirófito revela-se como fatores críticos para a gestão e sustentabilidade destes territórios.

Ao sobrepor as classificações presentes na REN, constata-se as seguintes ocupações na área da AIGP:

- a) Leitões e margens dos cursos de água: 10 ha
- b) Áreas com risco de erosão: 16,5 ha
- c) Zonas ameaçadas pelas cheias: 190,2 ha

As mesmas possuem riscos e vulnerabilidades associadas, salientando-se o seguinte para as respetivas classificações identificadas:

Nos leitões e margens dos cursos de água:

- a) Elementos que ponham em causa o normal funcionamento hidrológico;
- b) Destrução da galeria ripícola;
- c) Destrução dos habitats naturais, fauna e flora.

Nas áreas com risco de erosão:

- a) Perda de solo fértil;
- b) Deslizamentos de terra;
- c) Assoreamento dos cursos de água.

Nas zonas ameaçadas pelas cheias:

- a) Segurança de pessoas e bens;
- b) Destabilização morfológica do terreno;
- c) Diminuição da capacidade produtiva dos solos inundáveis.

## **g.2 Parâmetros climáticos extremos (precipitação, temperatura, geada)**

A AIGP Rio Seia possui alguns parâmetros climáticos extremos que carecem de alguma atenção, tais como a precipitação, a temperatura e a geada.

- a) A média anual de precipitação são entre 75 e 100 dias.
- b) A média anual de geadas são entre 40 e 50 dias.
- c) As temperaturas variam entre 10°C e 12,5°C, 7,5°C e 10°C e inferior a 7,5°C.

## h. Estrutura Fundiária

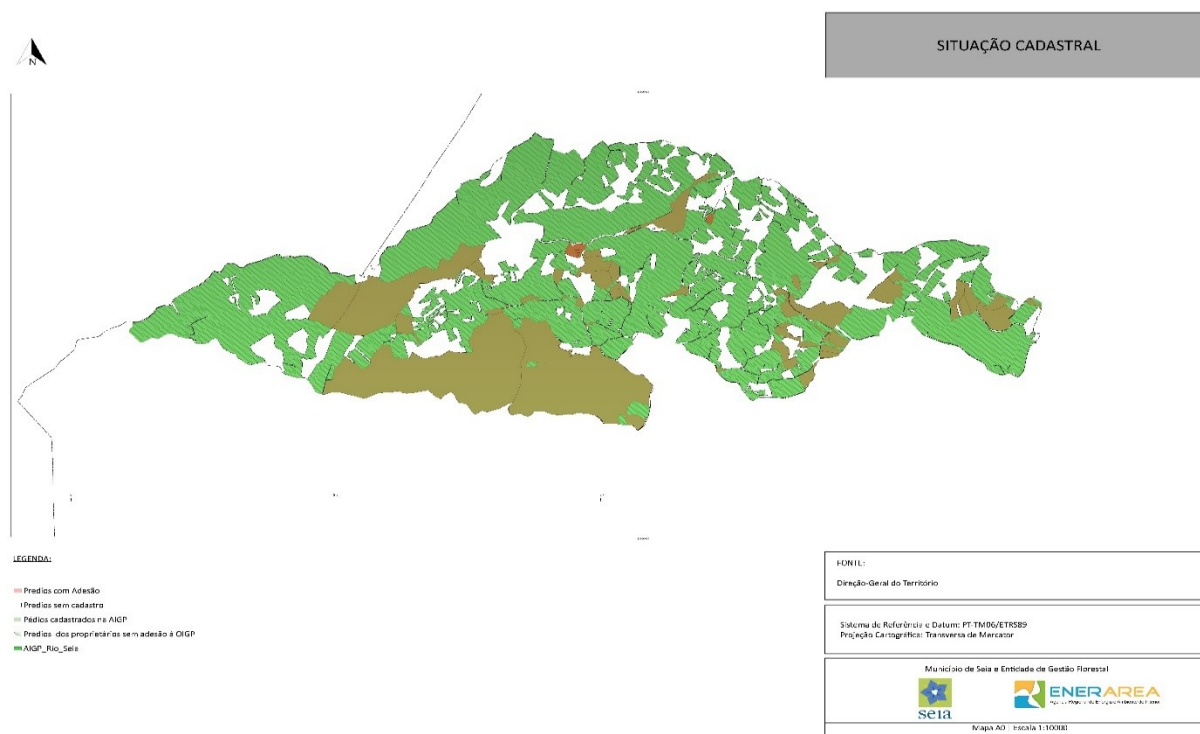


Figura 28 - Situação Cadastral

A AIGP Rio Seia tem uma estrutura fundiária considerada de minifúndio, registando à data no sistema cadastral 1178 prédios que perfazem uma área de 1375.02 ha.

Atendendo que a área com acordo dos proprietários e a área integrada nas estruturas de resiliência ecológica - faixas e áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível aprovadas e leitos e margens de cursos de água, ultrapassamos os 50% exigidos como obrigatoriedade para celebração do contrato entre o FA e a Entidade Gestora da OIGP.

Tabela 9 - área abrangida com contrato e estrutura de resiliência e ecológica

	Área (ha)	Percentagem (%)
<b>Estrutura Ecológica</b>	118,64	8,63
<b>Estrutura de Resiliência sem a área de adesão</b>	468,10	34,04
<b>Acordo dos proprietários</b>	426,06	30,98

<b>TOTAL</b>	<b>1012,8</b>	<b>73,65</b>
--------------	---------------	--------------

## **i. Socio economia relevante para a valorização e revitalização territorial**

### **i.1 Perfil demográfico, tipo, dimensão e orientação produtiva das explorações agrícolas e florestais;**

A população residente das freguesias de União de Freguesias Sameice e Santa Eulália, Freguesia de Travancinha, União de Freguesias de Tourais e Lajes, Freguesia de Santa Comba e na Freguesia de Santiago que constituem a AIGP tem vindo a diminuir desde 1981, revelando uma evolução regressiva e desequilíbrio humano.

Os agentes que contribuíram foram claramente o êxodo rural, que levou entre muitas coisas à falta de manutenção dos socalcos, à deterioração paisagística e levou a profundas modificações nas estruturas socioeconómica, etária e profissional dos residentes, tendo consequências negativas na floresta e na agricultura.

O abandono dos campos, quer por êxodo rural, emigração ou envelhecimento populacional é uma realidade significativa que levou a consequências na intervenção dos espaços florestais:

- a) Diminuição ou quase extinção da dependência dos habitantes da atividade primária – agricultura;
- b) Diminuição na atividade pastoril, que já teve um peso relevante devido à produção de Queijo Serra da Estrela;
- c) Abandono de práticas ancestrais, nas quais a floresta servia de local de recolha de lenha e mato, levando ao aumento da carga de combustível e falta de ordenamento e gestão florestal;
- d) Desconfiança e desacreditação dos proprietários e produtores florestais em relação a investimentos na floresta devido ao risco de incêndio.
- e) A população idosa tem vindo a assumir um papel cada vez mais importante no território da AIGP, apresentando índices de envelhecimento muito elevados.
- f) A atividade agrícola e principalmente as atividades florestais apresentam taxas muito baixas, sendo estas sobretudo realizadas fora do horário laboral.



- g) A população da AIGP tem uma grande especialização no sector primário predominantemente florestal, apresentando em grande parte uma agricultura tradicional, com inexistentes áreas de agricultura intensiva.

De um modo geral, poder-se-á afirmar que as explorações agrícolas tradicionais se localizam nas áreas envolventes aos aglomerados populacionais e o seu principal recurso natural é sem dúvida a floresta, as explorações florestais de pinheiro-bravo e Pinheiro Manso, outras folhosas.

No entanto, trata-se de um território com potencialidade para a pastorícia, prática essa que tem vindo a diminuir ao longo dos anos devido ao envelhecimento da população e ao êxodo rural. Apesar disso, ainda existem algumas pequenas explorações agropecuárias com alguns ovinos e caprinos. O objetivo da OIGP é aumentar a área de pastagem de forma a aumentar as explorações e os efetivos pecuários.

## **i.2 Atividades económicas relevantes e complementares (caça, pesca, recreação e lazer, turismo)**

As principais atividades económicas desenvolvidas nas freguesias que constituem a AIGP Rio Seia são o turismo rural, com diversas unidades de alojamento instaladas, as empresas de silvicultura/exploração florestal e uma de agricultura e produção combinadas.

Em relação à cinegética maioritariamente a área da AIGP está inserida na zona de caça, do Clube de Caça e Pesca de Sameice, Zona de Caça de Vila Chã e Zona de Caça de Paranhos.

No que se refere aos recursos aquícolas, estes constituem um valioso recurso natural renovável, do ponto de vista económico, ambiental, social e cultural. Na AIGP existe o Rio Seia classificado como águas piscícolas, no entanto pouco utilizadas para a pesca. Associado ao recreio e lazer existe o parque de lazer do açude do pífaro, localizado Vila Verde

O Regime Florestal é Parcial quando, subordinando a existência da floresta a determinados fins de utilidade pública, (baseado nos Decretos de 24 de dezembro de 1901, de 24 de dezembro de 1903 e de 11 de julho de 1905), permitindo que na sua exploração sejam atendidos os interesses imediatos do seu possuidor. A submissão ao Regime Florestal, bem como a sua exclusão, são feitas através de diploma legislativo próprio.



## **j. Estrutura organizativa**

Para a implementação da AIGP Rio Seia Identificamos várias Entidades que podem contribuir para o seu sucesso entre as quais: Município de Seia, Associação de Municípios, Juntas de Freguesia, Cooperativas de Agricultores e associações de caça e pesca. Neste âmbito, da AIGP a mesma espelha as metas das Fichas projeto, pretendendo-se contribuir para a preservação dos valores ecológicos presentes e do solo ao mesmo tempo que se estimula o potencial produtivo da área quer através do aproveitamento de regeneração natural existente, quer através de ações de arborização.

### **j.1 Ocupar a totalidade dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bom potencial produtivo**

Apoiar a diversificação de espécies florestais que correspondam à proporção do potencial produtivo na sub-região, através de arborizações e do aproveitamento da regeneração natural de espécies florestais de crescimento lento, nomeadamente de Quercíneas, adequando a composição florestal às outras funções dos espaços florestais.

Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a atividade silvopastoril e incentivar a elaboração e a implementação de planos de gestão dos recursos silvopastoris (pastagens naturais, matos, frutos e ramagens).

### **j.2 Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão**

- Delimitar perímetros de proteção nas zonas de cabeceira das bacias hidrográficas e preservar as galerias ripícolas ao longo das linhas de água;
- Apoiar a arborização e a beneficiação do coberto vegetal nas zonas de maior risco com espécies adequadas ao controlo da erosão e ao fomento da pedogénese.
- Regulamentar as práticas silvícolas, de mobilização do solo e de exploração florestal com vista à proteção do solo.

## **i. Projetos em curso ou aprovados**

Na AIGP Rio Seia, os projetos em curso são a Operação 8.1.4 estabilização de emergência após incêndio e a Operação 8.1.3 Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos.

## A2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS EFEITOS DA PROPOSTA

### a. Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo

O objetivo central da implementação das AIGP é a construção de paisagens mais sustentáveis e equilibradas.

A escolha das atividades a desenvolver estará sempre firmemente alicerçada na vontade de contribuir positivamente para este objetivo, assim como da necessidade de construir um processo sociológico de envolvimento e participação com os proprietários, que exigirá elevados níveis de confiança.

As características biofísicas e edafoclimáticas locais bem como a aptidão do solo serão os fatores enquadradores de todas as decisões e opções sobre o território.

Considera-se de primordial importância:

Proteger e requalificar áreas florestais;

Aumentar a resiliência do território a fatores bióticos e abióticos;

Promover o restauro da paisagem e dos ecossistemas;

Reforçar a dinamização do turismo e as atividades de recreio e lazer;

Promover a dinamização e modernização das indústrias agroflorestais locais;

Promover a instalação de espécies autóctones.

### b. Valorização da biodiversidade e identificação dos serviços dos ecossistemas

Com o presente projeto, pretende-se apoiar a mitigação da degradação ecológica deste território através da criação de um sistema agro-silvo-pastoril, em que manchas de floresta nativa contribuam para aumentar a biodiversidade e melhorar os serviços dos ecossistemas.

O conhecimento do impacto dos Grandes Incêndios, que marcaram fortemente o território na última década, e que apresentaram uma expressão mais diminuta nas décadas anteriores, salienta a importância de restaurar o equilíbrio e sustentabilidade das paisagens aqui existentes no passado, marcadas pela silvo-pastorícia e utilização muito mais extensa da agricultura.

A implementação da OIGP criará um novo paradigma na gestão de terras abandonadas de minifúndio, utilizando uma abordagem de gestão territorial integrada que respeite os valores e condicionantes naturais.

A obtenção da sustentabilidade económica é essencial para atingir a plenitude deste projeto. No entanto, a preservação e valorização da biodiversidade afigura-se como igualmente essencial para a persecução da sustentabilidade ambiental da intervenção.

Procurar-se-á:

Desenvolver redes de áreas restauradas que funcionem como corredores ecológicos e ilhas que permitam melhorar a dinâmica populacional das espécies vegetais e animais, garantindo sua viabilidade a longo prazo.

Garantir a sustentabilidade das áreas restauradas, evitando a conversão para outros usos do solo e garantindo a sua manutenção.

Obter aumentos significativos de biodiversidade, armazenamento de carbono e outros indicadores de ecossistema.

Consciencializar a população e os principais agentes do setor sobre os valores da biodiversidade e os serviços dos ecossistemas que fornecem.

### c. Conectividade ecológica

As OIGPs oferecem uma abordagem integrada para a gestão da paisagem, permitindo que se considere a conectividade ecológica como um elemento-chave.

A conectividade ecológica permite aos habitats naturais facilitar o movimento e a dispersão de espécies entre diferentes áreas, facilitando a troca genética e a manutenção de populações saudáveis.

Ao planear a localização e o design das OIGPs, é possível identificar e proteger corredores ecológicos essenciais que permitem a conectividade entre áreas naturais. Estes corredores podem incluir cursos de água, faixas de vegetação e áreas florestais, entre outros.

A proteção e a recuperação de habitats-chave dentro das OIGPs contribuem para a manutenção da diversidade biológica e a conectividade ecológica. Estes habitats podem fornecer abrigo, alimento e rotas de dispersão para várias espécies. Por outro lado podem criar descontinuidade na paisagem através da constituição de povoamentos de espécies arbóreas autóctones, com baixa inflamabilidade e combustibilidade.

Serão realizados esforços de restauro ecológico, incluindo a recuperação de áreas degradadas ou a criação de corredores ecológicos, em especial nas áreas de implantação, promovendo a recuperação de habitats.

Será dada uma atenção muito especial, através da cooperação e do envolvimento comunitário, a uma abordagem holística para a gestão da paisagem, tendo em conta os objetivos de conservação e as necessidades das comunidades locais, o que pode ajudar a garantir a aceitação e o apoio às medidas de conectividade ecológica.

#### **d. Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água**

A gestão da paisagem e dos mais diversos tipos de povoamentos florestais/agrícolas será benéfica para o equilíbrio e regulação do ciclo hidrológico, a redução da erosão e melhoria da qualidade da água, reduzindo o risco de inundação e deslizamento de terras.

Sendo o cuidado com a gestão da água uma preocupação transversal e constante a todas as iniciativas, ações e culturas, importa promover a retenção e aprovisionamento de água para disponibilização nas alturas críticas do verão.

As áreas florestais atuam como zonas de proteção dos recursos hídricos, uma vez que o sistema radicular das plantas ajuda na purificação da água, filtrando poluentes, sedimentos e outras ameaças para os ecossistemas aquáticos. Também são consideradas como barreiras florestais, uma vez que absorvem e retardam o escoamento hídrico, reduzindo o risco de erosão, deslizamento de terras e inundações, facilitando gradualmente a escorrência da água para os cursos de água.

O coberto vegetal permitirá manter a humidade do solo, evitando a rápida evaporação da água do solo, agindo assim como reservatório natural e mitigando os efeitos da seca severa que estes territórios atravessam.

A proposta carece de disponibilidade hídrica essencialmente para a agricultura, silvopastorícia e, por conseguinte, para a funcionalidade dos açudes, socalcos e regadios existentes.

Importa salientar que nesta área existe uma grande necessidade de pontos de abastecimento de grande capacidade, que podem ser utilizados pelos meios pesados de combate, incluindo meios aéreos.

#### **e. Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais**

A estratégia para a mitigação das causas dos incêndios rurais passa pela diminuição das ignições (número de ocorrências), pelo combate precoce dos incêndios e pelo controlo da vegetação que

constitui biomassa inflamável – o “combustível”, reduzindo assim a vulnerabilidade do território ao fogo.

Tendo por base a caracterização do regime de fogo e sua casualidade e análise de risco atual e perspectivas futuras face à proposta, objetiva-se planear e promover uma paisagem diversificada através da reconversão da paisagem tornando-a mais resiliente, diminuindo a carga de combustível à escala da paisagem através da prevenção, protegendo bens e pessoas.

Para mitigar os efeitos dos incêndios rurais, a proposta de OIGP pretende, entre outras valências, alterar a composição e estrutura do coberto florestal. Para o efeito, prevê-se eliminar a área de matos e criar um saft de outras espécies (232,99 hectares), de pinheiro-bravo manter os ( 467,49 hectares) e de invasoras lenhosas (de 12,10 para 0 hectares). Prevê-se igualmente instalar cerca de 223,54 hectares de povoamentos mistos de folhosas autóctones, com o objetivo de criar mosaicos de descontinuidade vegetal, bem como introduzir cerca de 244,13 hectares de agricultura, pastagens e sistemas agroflorestais.

Embora os uso do pinheiro-bravo continua a ser os dominantes, a transformação da paisagem apresenta potencial para reduzir a vulnerabilidade face a incêndios rurais, como demonstra o resultado das simulações de comportamento do fogo, ao prever um aumento da heterogeneidade das espécies (por via da instalação de mosaicos de gestão de combustível) e a diminuição da continuidade horizontal e vertical da vegetação, reduzindo a carga combustível. Em resultado da sua aplicação, prevê-se que a OIGP suscite uma redução geral da probabilidade de arder, em especial nos espaços mais a sul da área de intervenção, bem como uma atenuação da velocidade de propagação de incêndios, da intensidade da frente de fogo e do comprimento da chama. Deste modo, a proposta poderá contribuir para atenuar as condições para a propagação de incêndios e para facilitar as operações de supressão.

– O que, a par com intervenções de fogo controlado e com o aumento da reserva estratégica 1 novo ponto de água situado na quinta da Boavista que vai servir para a rega dos prados permanentes e olival, proteção das aldeias e apoio ao combate a incêndios, contribuirá para promover uma maior segurança de pessoas e bens.

No que respeita à redução da vulnerabilidade ao fogo são propostas um conjunto de sistemas culturais capazes de aumentar a resiliência do território e que objetivam a diminuição da continuidade horizontal e vertical da vegetação, através de:

- I. Gestão da vegetação para alterar a estrutura e carga combustível de áreas relevantes e localizadas estrategicamente;
- II. Operações que promovam a regeneração natural de espécies autóctones;
- III. A redução de densidades e a condução de povoamentos para alto fuste;
- IV. Desramações;
- V. Controlo de matos com recursos a corta matos e grade de discos e tratamentos moto manuais;
- VI. Instalação de pastagens;

No que se refere à instalação de áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível são propostas pelas seguintes iniciativas:

Numa área total de cerca de 151.65 ha assumindo como um uso compatível a instalação de um sistema silvopastoril de culturas arvenses de sequeiro, como sendo o feijão (*Phaseolus sp.*) e a tremocilha (*Lupinus luteus*); esta proposta contribui para a Meta 3 do PSA - reconversão da ocupação;

Num troço da rede primária, cuja instalação é da responsabilidade do ICNF, entre Sameice e a aldeia de Travancinha será realizada sementeira das mesmas espécies anteriormente referidas para aumento do suporte alimentar da fauna selvagem; esta proposta contribui para a Meta 3 do PSA- reconversão da ocupação;

Controlo de invasoras lenhosas em 12,10 hectares, através do corte pincelagem de cepos e aproveita a regeneração natural de Sobreiro e adensamento dos mesmos. Esta intervenção é repetida a cada dois anos em áreas contíguas, mas não contínuas, de modo a manter algum nível de ensombramento e com intervenção de controlo nas áreas antes intervencionadas. Esta proposta contribui para a Meta 4 do PSA -Redução da Biomassa;

Ações de rearboreização com floresta mista de folhosas autóctones. Esta proposta contribui para a Meta 3 do PSA- reconversão da ocupação;

Operações de controlo da vegetação espontânea em áreas de especial relevância-. Esta proposta contribui para a Meta 4 do PSA- Redução da Biomassa;

Ações de reconversão de matos para SAFT de Outras Espécies - Esta proposta contribui para a Meta 3 do PSA- reconversão da ocupação;

Ao nível da pré-supressão as iniciativas previstas de contingência passam essencialmente por um aumento da capacidade de vigilância e patrulhamento nos períodos mais severos, com foco em dias com o FWI muito alto e extremo, sensibilizar a população para comportamentos de risco, melhorar a

comunicação e manter operacionais infraestruturas florestais: rede rodoviária, aceiros e pontos de água.

A proposta prevê a criação de sistemas culturais capazes de aumentar a resiliência do território, tendo em conta o conhecimento das características do território e a forma como o fogo pode progredir. Apresenta assim potencial para reduzir a vulnerabilidade do território a fogos rurais, ao diminuir a continuidade do espaço florestal e diversificar a sua composição, privilegiando o aproveitamento da regeneração natural de pinheiro-bravo, pinheiro-manso, e medronheiro e outras folhosas como carvalhos e castanheiros, à custa da redução de matos, de eucalipto e do controlo e irradicação das áreas ocupadas por invasoras lenhosas. De igual modo, prevê-se o aumento das áreas agrícolas existentes nas imediações dos aglomerados populacionais, ocupadas por agricultura tradicional ou pastagens, as quais terão a função de proteger o interface urbano-florestal assegurando a salvaguarda de pessoas e bens.

Foi usado um conjunto de dados de entrada relativa à topografia, vegetação e condições meteorológicas, tendo em conta a intensidade das chamas, a velocidade de progressão e o comprimento de chama, permitindo assim demonstrar o impacto da ocupação propostas, em termos de redução da vulnerabilidade, por comparação com a ocupação atual.

Além disso, foram tidos em conta os pontos de abertura e os Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis (MPGC), de acordo com o *Decreto-Lei n.º 982/2021, de 13 de outubro*.

Estas áreas estratégicas de MPGC visam minimizar os efeitos e dimensão dos incêndios rurais, através da sua implementação em locais estratégicos, condicionando o comportamento e a progressão do incêndio na paisagem e minimizando os seus impactos. Estes possuem dimensão variável e correspondem a locais onde os tratamentos têm o maior efeito na redução da progressão do incêndio na paisagem. Além disso, o planeamento, a instalação e a manutenção dos mesmos deve ter em consideração entre outros, o histórico e tipologia dos grandes incêndios e o seu comportamento previsível em situações de meteorologia que favorece a progressão do fogo, a localização de pontos críticos de abertura do fogo na paisagem e as características fisiográficas e as particularidades da paisagem local.

Para a Rede Primária definida e proposta no (PRA), a mesma vai respeitar os usos compatíveis ou os critérios de instalação da mesma quando não são considerados usos compatíveis.

## **f. Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais**

As intervenções previstas para as áreas envolventes aos núcleos populacionais permitirão reduzir fortemente o risco para as populações.

De forma a minimizar outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais nesta OIGP, é importante realizar uma monitorização constante, promover um planeamento e uma gestão integrada, envolver a população e investir na educação ambiental.

Estas medidas contribuirão para o desenvolvimento sustentável do território e para a proteção dos recursos naturais e da biodiversidade.

Em Seia é hoje consensualizado que nos encontramos num ciclo de grandes incêndios de que só será possível sair através da minimização dos riscos existentes e potenciais.

Todo o desenvolvimento deste projeto procurará contribuir para a redução das vulnerabilidades e riscos existentes:

- Uso de máquinas e equipamentos adequados e nas épocas ideais, de forma a minimizar a compactação do solo.
- Cortes seletivos e/ou por manchas, de forma a não retirar por completo o coberto vegetal, o que irá reduzir a erosão do solo. Esse controlo da erosão do solo será complementado através do aproveitamento de sobrantes provenientes das operações, deixando alguma biomassa no local, de forma a criar barreiras contra a perda de solo fértil.

Nos leitos e margens dos cursos de água:

Preservação da conservação dos habitats naturais associados à linha de água, nomeadamente com a manutenção da vegetação ripícola, evitando operações de mobilização do solo;

Não mobilização do solo nas margens dos cursos de água;

As ações não poderão interferir com a estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa, devendo garantir o ciclo hidrológico, nomeadamente no que se refere aos movimentos de transbordo e retorno das águas.

Nas áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos:



- A utilização de químicos e de fertilizantes não orgânicos não poderá constituir fator de poluição das águas, quer superficiais quer subterrâneas, pelo que a sua utilização deverá seguir o código das boas práticas agrícolas;
- Evitar derrames de matérias poluentes;
- Minimizar as áreas a impermeabilizar.

Nas áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo que, devido às suas características de solo e de declive, estão sujeitas à erosão excessiva de solo por ação do escoamento superficial:

- As ações no solo devem ser realizadas por forma a potenciar a infiltração das águas pluviais em detrimento da escorrência superficial, sendo que eventuais operações de mobilização do solo devem sempre ser executadas segundo as curvas de nível;
- Deverá ser evitada a gradagem generalizada do terreno, com operações de ripagem efetuadas preferencialmente apenas nas linhas de plantação, a uma profundidade máxima de 60 cm.

A proposta prevê transformar as áreas ocupadas por invasoras lenhosas em áreas de pastagens/silvopastoris, de forma a controlar naturalmente também esta vulnerabilidade.

### **g. Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais**

As Áreas Integradas de Gestão da Paisagem envolvem o planeamento e ordenamento do território de forma integrada, considerando os diferentes elementos naturais e humanos, mas devem também contribuir para promover a preservação de patrimónios culturais e naturais, como os diversos sítios arqueológicos, áreas com importância cultural e histórica, assim como os diversos habitats naturais de espécies ameaçadas que são elementos estruturais do território.

A proteção paisagística contempla como não podia deixar de ser, os diversos elementos naturais e culturais que a compõem, como a fauna, a flora, a hidrografia e a arquitetura vernacular.

Pretende-se, através de ações de preservação e beneficiação, potenciar e preservar este património histórico, promovendo a colocação de sinalética adequada.

O Rio Seia apresenta elevado interesse paisagístico, nomeadamente a sua galeria ripícola e também para atividades de recreio e turismo de natureza, nomeadamente o Açude do Pífaros em Tourais e Lages/parque de merendas e baloiço.

O percurso pedestre e passadiços identificado pode constituir um instrumento de potenciação do valor patrimonial.

#### **h. Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes**

A promoção de uma floresta composta por povoamentos diversificados contribuirá significativamente para o aumento do valor ambiental, uma vez que irá favorecer a conservação da biodiversidade e oferecer habitat para um alargado leque de espécies.

Por sua vez, também a multifuncionalidade do sistema aumenta a estabilidade e resiliência às diversas perturbações como os incêndios, a seca, as pragas e as doenças.

Todo este projeto tem por objetivo materializar a promoção de povoamentos florestais ordenados, biodiversos, multifuncionais e resilientes.

Sendo claros os objetivos, e conhecidos os constrangimentos da sua aplicabilidade, procura-se ao longo de todo este projeto evidenciar os estrangulamentos existentes e propor formas de os ultrapassar.

No quadro abaixo é possível a observação das áreas de ocupação atual diferenciando-se com a ocupação proposta.

*Tabela 10 - T1.3 Espécies principais*

Componente arbórea (F+SAF)	Área (ha)	
	Atual	Proposta
Pinheiro-bravo	467,49	467,49
Eucaliptos	59,24	59,24
Sobreiro	0,00	24,71
Carvalhos	52,67	52,67
Pinheiro-manso	18,17	18,17
Acácias	12,1	0,00
Outras folhosas	223,54	223,54
Outras resinosas	2,53	2,53

As áreas de matos dominadas por espécies arbustivas e que apresentam um potencial de regeneração de espécies arbóreas resilientes, tendem a ser reconvertidas em áreas florestais, nomeadamente florestas de pinheiro-bravo, pinheiro manso e medronheiro e outras folhosas, sendo que alguns desses povoamentos de pinheiro-bravo serão transformados e adensados (**onde existam bolsas de terra**) para povoamentos mistos de pinheiro-bravo com medronheiro, sobreiro e carvalhos.

#### **i. Fomento da agricultura, da silvo pastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem**

As Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, através das ações propostas nesta OIGP, podem desempenhar um papel importante no fomento da apicultura da agricultura, da silvopastorícia e da cinegética, promovendo essas atividades económicas e contribuindo para a diversificação e mosaico da paisagem.

O incentivo e promoção de práticas sustentáveis de produção, tais como o uso de sistemas agroflorestais e a rotação de culturas, permitem um uso mais eficiente dos recursos naturais.

A diversificação das atividades económicas na área, como a produção de diferentes culturas incluindo a produção animal, e a atividade cinegética, contribuem para a formação de um mosaico de paisagens e habitats, o que favorece a conservação da biodiversidade e aumenta a resiliência do ecossistema.

A silvopastorícia oferece benefícios como a diversificação da produção, a melhoria da qualidade do solo, a conservação da biodiversidade e a valorização da paisagem.

O papel extraordinário desempenhado pelos rebanhos de pequenos ruminantes no controle de combustíveis finos na Paisagem é virtualmente insubstituível. Apesar das enormes dificuldades envolvidas no sua gestão e manejo, considera-se essencial garantir a existência destes rebanhos para o sucesso do projeto.

Para além dos animais, está também prevista a beneficiação e implementação de vedações de significativas áreas destinadas ao pastoreio.

As áreas agrícolas existentes nas imediações dos aglomerados populacionais ocupadas por agricultura tradicional com pomares ou pastagens terão a função de proteger a interface urbano/florestal.

A cinegética apresenta um papel relevante porque a área maioritariamente está inserida na associação de caça e pesca de Sameice, Zona de Caça de Vila Chã e Zona de Caça de Paranhos.

#### **j. Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor**

De forma a aumentar o valor do território e de dinamizar a economia regional, a floresta continuará a ser a principal atividade económica com potencial para produção de material lenhoso (pinheiro-bravo, pinheiro manso, castanheiro, carvalho, sobreiro e medronheiro) associado à exploração de produtos não lenhosos, tais como o mel, o pinhão a castanha, medronho, a pera de São Bartolomeu e a cortiça.

A pastorícia com gado ovino e caprino possibilita a obtenção, no curto prazo, de retornos financeiros decorrentes dos produtos animais delas resultantes (carne e leite). Estes retornos assumem especial importância no ordenamento do espaço rural, ao criarem condições para a fixação das populações, particularmente importantes fora das zonas de grande aptidão de produção de madeira e em que os sistemas pastoris jogam um papel decisivo na salvaguarda dos equilíbrios ambientais, territoriais e de uso do solo.

De forma a promover o desenvolvimento das atividades económicas rurais de proximidade e reforçar a geração de valor, pretende-se identificar os produtos locais, certificando-os e criando redes de cooperação, promovendo as rotas turísticas, o empreendedorismo e fortalecimento da cadeia produtiva. Estas estratégias contribuirão para a valorização dos produtos locais, o aumento da competitividade e o desenvolvimento económico destas áreas.

As Áreas Integradas de Gestão da Paisagem apresentam um enorme potencial para impulsionar o desenvolvimento das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e reforçando a geração de valor.

Este projeto poderá facilitar o desenvolvimento de cadeias de valor locais, promovendo a ligação entre produtores, transformadores e consumidores. Ao estabelecer parcerias e redes de colaboração entre os diversos atores locais, a OIGP pode promover a comercialização de produtos agrícolas, agroalimentares e outros produtos rurais, valorizando a produção local e garantindo a sua sustentabilidade económica, pela adequada escala que aportam a muitos destes processos.

O Turismo rural e de natureza, aproveitando os recursos naturais, patrimoniais e culturais da região, assim como a promoção de experiências autênticas e sustentáveis, como visitas, passeios pela

natureza, atividade agrícola e artesanal, podem atrair turistas interessados em vivenciar a vida rural e apoiar as atividades económicas locais, potenciando o desenvolvimento económico do território.

Urge valorizar os produtos tradicionais e de qualidade, a produção de alimentos e produtos artesanais com características distintivas da região, alguns com DOP e IGP, como os Queijos de Cabra e Ovelha, o Cabrito, a Azeitona Galega o mel e os famosos presuntinhos de Sameice que são feitos através da desidratação da pera ao sol.

A promoção destas certificações de origem e de denominações de qualidade, assim como o apoio à adoção de boas práticas de produção, embalagem e comercialização, ajudam a diferenciar os produtos e a criar valor agregado nestes territórios.

Novas iniciativas económicas e negócios sustentáveis poderão surgir, alavancadas pela implementação do Projeto e existência de apoios ao seu financiamento.

A diversificação de atividades económicas rurais, explorando novas oportunidades de negócio que complementem a produção agrícola e silvo pastoril, poderá incluir a criação de serviços de turismo rural, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, e a promoção de produtos e serviços ligados à conservação da natureza e à gestão sustentável da paisagem.

É importante ressaltar que o desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade requer a participação ativa da comunidade local, a cooperação entre os diversos intervenientes e a criação de parcerias estratégicas. As AIGP, e em especial este Projeto de OIGP de Rio Seia, fornecem um enquadramento propício para esse tipo de colaboração, permitindo o aproveitamento dos recursos locais de forma sustentável e geradora de valor.

## A2.3. ARTICULAÇÃO COM O QUADRO LEGAL

A sustentação da proposta foi articulada com o quadro legal e regulamentar aplicável, bem como com outros planos, programas ou projetos, que abrangem a AIGP, nomeadamente:

### a. Instrumentos de Gestão Territorial:

- O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Rio Seia (PRGP) visa obter uma paisagem reordenada, com uma ocupação do solo menos propícia à progressão do incêndio, reduzir a severidade do fogo e a dimensão da área afetada e reduzir danos em pessoas e

património. A presente proposta OIGP vai ao encontro do preconizado neste programa, em particular no que diz respeito á seleção e colocação das espécies.

- Programas Especiais das Áreas Protegidas (e outros): não aplicável.

Relativamente às principais espécies a privilegiar podem ser consideradas as seguintes, de acordo com as cartas de aptidão florestal: pinheiro-bravo, pinheiro-manso, medronheiro, carvalho-português, carvalho-alvarinho, sobreiro, castanheiro (Grupo I). Estas espécies estão bem adaptadas às condições edafoclimáticas locais a proposta vai de acordo com as espécies a privilegiar e com as medidas de adequação e compatibilização com o PROF CI, nomeadamente:

- Aumento do rendimento potencial através do aproveitamento da regeneração natural, da seleção de espécies com boa aptidão produtiva e mais resilientes, adaptáveis a sistemas de silvo pastorícia, valorizadoras da paisagem tradicional e de forma a melhorar a gestão dos povoamentos existentes;
- Diminuição da perigosidade de incêndio florestal através do aumento da fração dos sistemas e espécies florestais com menor suscetibilidade ao fogo e ajustamento do regime silvopastoril à função de gestão de combustível;
- Conservação do solo e da água através da aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais;
- Conservação da biodiversidade através da promoção da diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar.

As metas previsionais também estão asseguradas através da diminuição da área de invasoras com a expansão da área de SAF de outras espécies.

Plano Diretor Municipal (PDM) de Seia está em vigor e foi tido em conta em matéria de condicionantes e ordenamento.

A proposta está devidamente enquadrada nas classes e categorias de espaço abrangidas, essencialmente agrícola e florestal o território da AIGP abrange as seguintes categorias:

- Solo Rural: espaços agrícolas, espaços florestais, aglomerados rurais, áreas de edificação dispersa, espaços de ocupação turística;
- Solo Urbano: áreas residenciais consolidadas – habitação unifamiliar, áreas residenciais em colmatação.

De um modo geral, o uso do solo proposto está em conformidade com o disposto no PDM para as categorias de espaço agrícola e florestal.

### **b. Instrumentos de gestão integrada de fogos rurais:**

O Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental definiu as suas regras de funcionamento sobre o DL n.º 82/2021, de 13 de Outubro, onde são também constituídas as Comissões Sub-regionais de Gestão Integrada de Fogos Rurais e as Comissões Municipais de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Assim é possível estabelecer que a estratégia definida nesta OIGP está em linha com as grandes orientações estratégicas do PNA em especial a OE1 - Valorizar os Espaços Rurais, OE2 - Cuidar dos Espaços Rurais e com os princípios prioritários apresentados pelos projetos chave do **PRA centro** nomeadamente: a Implementação de Sistema de informação cadastral simplificada, a gestão agregada de territórios rurais, gestão da paisagem e potencialmente a remuneração dos serviços dos ecossistemas.

Programa Regional de ação de gestão integrada de fogos rurais (PRA) do Centro está aprovado sendo as metas a atingir até 2030 as seguintes:

- Aumentar o VAB Florestal do Centro e serviços conexos para 8% e assegurar que 30% dos proprietários prestadores de serviços de ecossistemas sejam remunerados com base numa gestão efetiva;
- Apoiar mais de 100 projetos em regime individual e/ou coletivo na área da diversificação e qualificação da economia rural, bio economia e multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais;
- Aumentar o rendimento dos proprietários que prestam serviços de ecossistema tendo por base uma gestão ativa;
- Proceder à gestão agregada de território em múltiplas figuras pretendendo alcançar a cobertura de 60% do território da região centro com ferramentas de gestão agregada (AdB, AIGP, UGF, ZIF e outras);
- Assegurar a gestão efetiva de 700 mil hectares de vegetação;
- Reduzir o número de ignições em 80% nos dias de elevado risco de incêndio;
- Garantir que a área ardida acumulada seja inferior a 280 000 hectares.

A OIGP assenta nos diferentes eixos estratégicos, nomeadamente no eixo “Cuidar dos espaços rurais”, planeando e promovendo uma paisagem diversificada e diminuindo a carga de combustível à escala da paisagem. A rede primária de faixas de gestão de combustível proposta para prevenção e apoio na supressão de incêndios está de acordo com o PRA, tendo em conta os usos compatíveis nos termos da lei.

Programa Sub-regional de ação de gestão integrada de fogos rurais (PSA) da Região das Beiras e Serra da Estrela está em fase de elaboração.

É um objetivo estratégico deste documento, no âmbito das AIGP, planear e promover paisagem diversificada através da reconversão/diversificação da uma paisagem sustentável ambientalmente diversificada fito-sociologicamente e humanizada pela reintegração dos proprietários florestais no território e na gestão ativa e racional do território agroflorestal e equilíbrio no ecossistema.

Programa municipal de execução de gestão integrada de fogos rurais (PME) de Seia só pode ser iniciado após aprovação do PSA. No entanto a OIGP está articulada com o PMDFCI de Seia, em vigor.

### **c. Servidões e restrições de utilidade pública:**

A proposta OIGP Rio Seia visa promover a recuperação do potencial produtivo das áreas, reduzir os riscos de rosão e aumentar a resiliência da área aos fogos rurais e às pragas e doenças.

- Áreas Protegidas: Relativamente á AIGP Rio Seia a mesma não se encontra dentro de áreas protegidas.
- Património geológico: A área da AIGP em causa encontra-se dentro do limite administrativo Estrela Geoparque, tendo apenas enquadramento em instrumentos jurídicos internacionais (al. f), n.º 2, do artigo 27.º, do Regime Jurídico de Conservação da Natureza e Biodiversidade) apresentando relevância internacional. O nosso objetivo é promover e valorização desse território.
- Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC): não aplicável.
- Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumimos pelo Estado Português: não aplicável.
- Reserva Ecológica Nacional (REN): A finalidade da R.E.N. é a salvaguarda de determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais.



As ações/intervenções a implementar encontram enquadramento na lista de usos e ações compatíveis do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) na redação dada pelo *Decreto-Lei n.º124/2019, de 28 de agosto* e consideradas compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais visto que não colocam em causa a salvaguarda e a preservação dos valores fundamentais, a prevenção e mitigação de riscos para pessoas e bens.

Algumas das ações podem estar sujeitas a comunicação prévia, a verificar caso a caso no Anexo II do RJREN, na redação dada pelo *Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto* tais como:

- As intervenções relativas às podas, desramações e controle de matos e instalação de vedações e sebes, a executar em áreas de REN, constituem ações que não colidem com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais d áreas integradas em REN, não configurando qualquer ação interdita do artigo 20.º do RJREN.
- As intervenções relativas à componente de matos e pastagens, nomeadamente sementeiras ou plantação e respetivas intervenções culturais e de manutenção, enquadram-se nas exceções da alínea e) do n.º 1 do artigo 20.º do RJREN, não consubstanciando, assim, qualquer ação interdita.
- Operações de florestação e reflorestação”, estando sujeitas a comunicação prévia à CCDRC face às tipologias de REN em presença, podendo ser admitidas, desde que não envolvam técnicas de preparação de terreno e/ou de instalação que contribuam para o aumento da erosão do solo, conforme estipulado na alínea f) do Item III do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. - A infraestrutura de defesa da floresta conta incêndios, nomeadamente o estabelecimento das faixas de gestão de combustíveis, em áreas de REN, constituem ações com enquadramento na alínea g) do Item III do Anexo II do RJREN
- Ações de prevenção estrutural de defesa da floresta contra incêndios, na vertente de infraestruturação, desde que devidamente aprovadas pelas comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios”, estando isentas de comunicação prévia à CCDRC face às tipologias de REN “áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos” e “áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo”, mas sujeitas a comunicação prévia nas áreas de REN correspondentes à tipologia “leitões e margens dos cursos de água”, sem requisitos específicos a cumprir, conforme estipulado na alínea g) do Item III do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro.

- As operações de controle de espécies invasoras têm enquadramento na alínea h) do Item III, estando isentas de apresentação de comunicação prévia nas tipologias “áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos” e “áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo” e sujeitas a comunicação prévia em “leitos e margens dos cursos de água” sem requisitos específicos a cumprir, nos termos da alínea h) do Item III do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro.
- Espaços verdes equipados de utilização coletiva”, estando isentas de comunicação prévia à CCDRC face às tipologias de REN “áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos” e “áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo”, mas sujeitas a comunicação prévia nas áreas de REN correspondentes à tipologia “leitos e margens dos cursos de água”, devendo neste último caso dar cumprimento aos requisitos constantes da alínea e) do Item VII do Anexo I da portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro:
- Reserva Agrícola Nacional (RAN): O objetivo da RAN é a proteção de áreas que sejam constituídas por solos de maiores potencialidades agrícolas, ou por terem sido objeto de importantes investimentos destinados a aumentar a capacidade produtiva, mostrando-se assim mais vocacionados para uma agricultura moderna e racional. Esta restrição pública tem pouca expressividade na área.

Em relação às áreas integradas na RAN e sendo o solo da AIGP maioritariamente com aptidão florestal, estas vão manter-se na totalidade, estando desta forma assegurada a sua compatibilização com a proposta, de modo a preservar e potenciar a atividade agrícola. As áreas RAN existentes e consideradas de agricultura tradicional não vão ser alvo de investimento, serão apenas consideradas para esse efeito as áreas de pastagens espontâneas.

Os regadios existentes são regadios tradicionais, de acordo com o Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola, que não constituem condicionantes ao uso do solo, no entanto será incrementada a atividade agrícola.

Nas áreas de regadio, haverá necessidade de recuperar a vegetação das galerias ripícolas com vegetação ripícola autóctone.

- Marcos geodésicos: Todos os vértices geodésicos pertencentes à Rede Geodésica Nacional (RGN) e todas as marcas de nivelamento pertencentes à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP), são da responsabilidade da Direção-Geral do Território (DGT). A RGN e

a RNGAP constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em território nacional e encontram-se protegidas pelo *Decreto-Lei nº 143/82, de 26 de abril*. Da análise da localização da AIGP Rio Seia, verificou-se que, embora dentro do limite da sua área de intervenção exista 1 vértice geodésico, da Quinta da Boavista, pertencente à folha 20-A da Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000, este projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas desenvolvidas pela DGT, desde que seja respeitada a zona de proteção destes marcos. Relativamente à RGN, deverá ser respeitada a zona de proteção dos marcos, que é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio e assegurado que as infraestruturas a implantar não obstruem as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação. No que respeita à RNGAP, informa que dentro do limite da área desta AIGP não existem marcas de nivelamento.

- Sítios arqueológicos: A AIGP Rio Seia não se encontra dentro de áreas protegidas.
- Domínio hídrico: A rede hidrográfica delimitada na área da OIGP respeita a cartografia 1:10 000. O curso de água com maior expressão é o Rio Seia seguindo-se os seus afluentes da margem esquerda e direita. Estes afluentes são cursos de água permanentes e temporários, estes últimos assim considerados por terem leito definido, vegetação ribeirinha e água pelo menos metade do ano ou após períodos de precipitação intensa. Constituem domínio hídrico os leitos e margens das linhas de água fluviais, os quais estão sujeitos à servidão do domínio público hídrico (margem 10m).
- Regime cinegético: Zona de Caça e Pesca de Sameice, Zona de caça de Vila Chã, e Zona de caça de Paranhos

As entidades gestoras de zonas de caça e pesca, clubes e associações de caça, externas ao ICNF, IP fazem a gestão cinegética do espaço. No decorrer da implementação da OIGP a entidade gestora da AIGP vai integrar, a entidade gestora da zona de caça e pesca, no planeamento das intervenções por forma a evitar efeito negativo da redução de áreas de refúgio da fauna cinegética provocada com a eliminação de matos e as vantagens que resultarão do aumento e dispersão das áreas cultivadas.

- **Planos de Gestão Florestal:**

No ponto 4 do art.º 17º do DL nº 28- A/2020, na sua atual redação, estipula o seguinte: **O conteúdo dos PGF preexistentes na área abrangida pela OIGP é incorporado na proposta de OIGP, podendo**

**sofrer alterações decorrentes da aprovação desta;** assim, se conclui que a existência deste tipo de planos em vigor na área da OIGP não constitui qualquer entrave na definição do modelo de exploração.

## **A2.4 AÇÕES DE DIVULGAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO JUNTO DOS ATORES LOCAIS E PROPRIETÁRIOS**

Inicialmente apostou-se na publicitação através dos diversos meios de comunicação social, nomeadamente jornais locais e regionais (papel e digital). A mobilização dos proprietários e demais interessados, dado a Entidade Gestora possuir uma completa base de dados fez-se através de imensos contactos diretos, presenciais e por telefone. A mesma continua a ser dinamizada, em parceria com o Município de Seia e União de Freguesias Sameice e Santa Eulália, Freguesia de Travancinha, União de Freguesias de Tourais e Lajes, Freguesia de Santa Comba e na Freguesia de Santiago.

Continua-se a apostar no contacto porta a porta, inclusive em cafés e associações locais, efetuados pela Entidade Gestora, no seguimento do preenchimento e assinatura das respetivas declarações de compromisso.

Além disso, continuam a dar-se respostas a proprietários, de forma presencial e por telefone, e na sensibilização através de folhetos informativos, tendo em conta o passar da palavra a familiares e amigos que se encontram a residir fora das localidades abrangidas. A existência de cadastro e o conhecimento pessoal dos proprietários, e a parceria estabelecida com o Município de Seia contribui para o alcance significativo de proprietários.

# CAPÍTULO B - PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO

## B1. UNIDADES DE INTERVENÇÃO (UI)

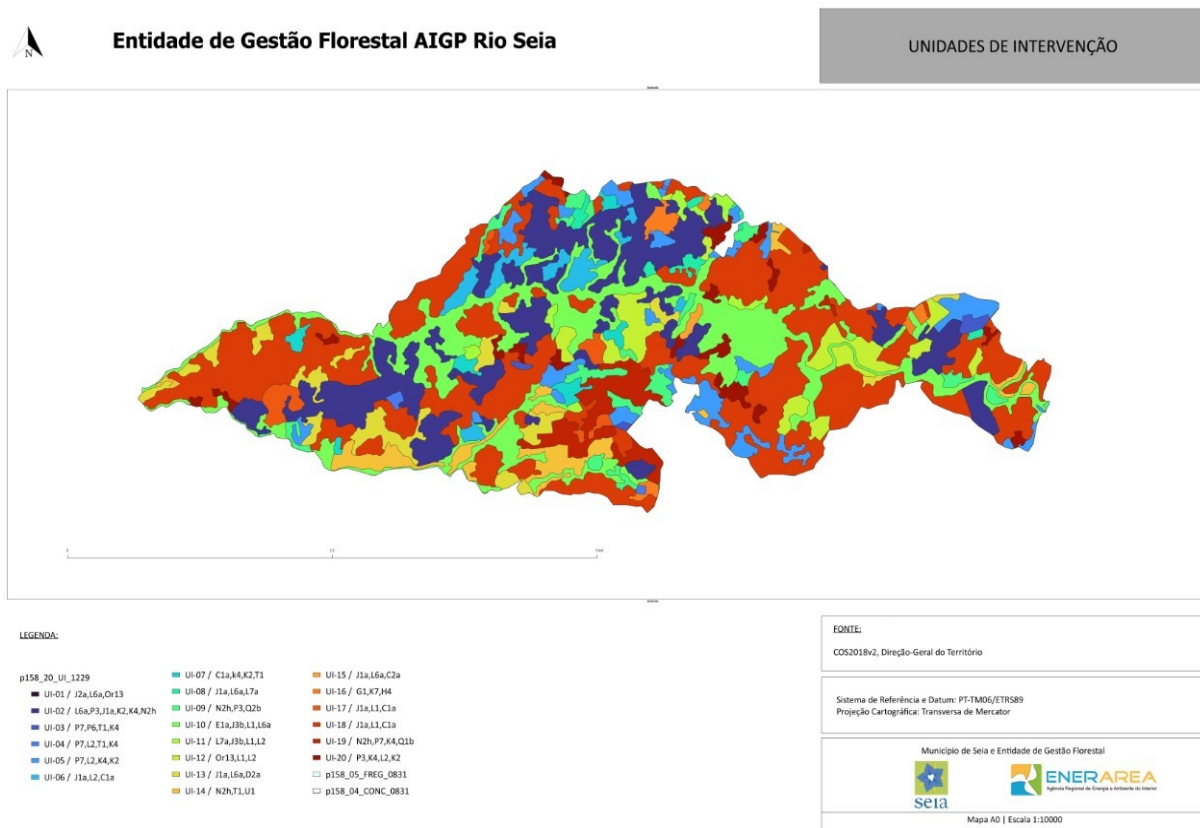


Figura 29 - Unidades de Intervenção

O mapeamento das unidades de intervenção teve por base as diferentes tipologias de ocupação de solo proposta bem como a sua função principal assim, para a área total desta AIGP foram definidas 20 unidades de intervenção, que cobrem todo o território.

Importa salientar que existem unidades de intervenção inferiores a 0,5 hectares. Esse facto deve-se à sua origem incidir em ocupações do solo diferentes e possuírem detalhes associados à Estrutura Ecológica e Estrutura de Resiliência, contudo esses polígonos dizem respeito a conjuntos de áreas que no seu total perfazem uma determinada cultura/ocupação.

Para todas as **UI**, com ocupação de solo a manter ou com propostas, incluindo nas Estruturas da Paisagem, a perspetiva das ações a realizar nas mesmas foram em função da prevenção e mitigação

do risco de incêndio e das perspetivas de aumento do rendimento para os proprietários pelos bens e serviços gerados através de processos adequados de gestão. Para isso considerou-se:

- Privilegiar o uso agrícola ou silvo pastoril nos vales dos cursos de água e nas áreas de maior aptidão, sem prejuízo da vegetação ripícola;
- Manter ou recuperar a vegetação ripícola autóctone ao longo das linhas de água;
- Privilegiar o uso florestal em áreas com regeneração natural de espécies folhosas autóctones, fomentando a instalação de povoamentos com baixa inflamabilidade e combustibilidade. Esta opção é favorável face às condições do território.
- Identificar e valorizar as áreas de grande valor natural e/ou outros aspetos particulares e identitários da paisagem;
- Nas áreas de matos com elevada incidência de fogo definir propostas de forma a diminuir a carga, continuidade e intensidade do fogo.

Tabela 11 - Quadro das Unidades de Intervenção (Quadro 2 do QR - Quadro das Unidades de Intervenção)

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)	Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I da OT)	Ocupação atual do solo (COS)	Ocupação do solo (COS) proposta	Função Principal proposta2	Dimensão**		
							Área (hectares)	Extensão (metros)	Volume (m3)
UI_01	Valorização	J2a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras sem adensamento : Declive<25%	Cursos de Água	Cursos de Água	Conservação			
		L6a	Podã de formação DensP_ha=450						
		Or13	Controlo da vegetação espontânea através de meios mecânicos e motomanuais;						
UI_02	Reconversão	L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400	Matos	SAF de outras espécies	Produção	232,99		
		P3	Lavoura profunda + Trator com destruidor (120 cv)						
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
		K2	Instalação de culturas melhoradoras do solo com preparação do terreno						
		K4	Tratamento do solo – fertilização/adubação						
UI_03	Valorização	N2h	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização + Desmatado	Vinhãs	Vinhãs	Produção	5,31		
		P7	Escarificação / Gradagem + Trator com escarificador / grade						
		P6	Despedrega + Tração e mão de obra						
UI_04	Valorização	T1	Vedações com rede ovina	Pomares	Pomares	Produção	2,39		
		K4	Tratamento do solo – fertilização/adubação						
		P7	Escarificação / Gradagem + Trator com escarificador / grade						
UI_05	Valorização	L2	Podã de formação DensP_ha=450	Olivais	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	Produção	67,66		
		T1	Vedações com rede ovina						
		K4	Tratamento do solo – fertilização/adubação						
UI_06	Reconversão	J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%	Vegetação esparsa	SAF de outras espécies	Produção	30,79		
		L2	Podã de formação DensP_ha=450;						
		C1a	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750						
		C1a	Limpeza de matos com corta matos ou grade						
		K4	Tratamento do solo – fertilização/adubação						
UI_07	Valorização	K2	Instalação de culturas melhoradoras do solo com preparação do terreno	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Produção	15,87		
		T1	Vedações com rede ovina						
UI_08	Conservação	J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%	Territórios artificializados	Territórios artificializados	Conservação	10,14		
		L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400						
		L7a	Controlo de invasoras lenhosas – corte e pincelagem (inclui produto) (declive < 25%)						
UI_09	Reconversão	N2h	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização + Desmatado	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	Produção	38,78		
		P3	Ripagem cruzada + Máquina pesada (190 cv)						
		Q2b	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Pereira – Densidade: 1200						
UI_10	Valorização	E1a	Controlo de invasoras lenhosas – corte (Apenas aplicável a espécies arbóreas) DensP_ha=750	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	Produção	223,54		
		J3b	AproveitaRegNatural Sobreiro/Azinheira com adensamento: Declive=25%						
		L1	Desramação DensP_ha=450						
UI_11	Valorização	L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400	Florestas de espécies invasoras	Florestas de Sobreiro	Produção	12,10		
		L7a	Controlo de invasoras lenhosas – corte e pincelagem (inclui produto) (declive < 25%)						
		J3b	AproveitaRegNatural Sobreiro/Azinheira com adensamento: Declive<25%						
UI_12	Valorização	L1	Desramação DensP_ha=450	Florestas de Eucalipto	Florestas de Eucalipto	Produção	59,24		
		L2	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400						
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
UI_13	Valorização	L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400	Florestas de outros carvalhos	Florestas de outros carvalhos	Produção	52,67		
		D2a	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem e Vala e Cômoro (declive < 25%) DensP_ha=750						
		N2h	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira direta + Aplicação calcário + Aplicação de fertilização + Desmatado						
UI_14	Valorização	T1	Vedações com rede ovina	Pastagens melhoradas	Pastagens melhoradas	Produção	45,82		
		U2	Charcas sem impermeabilização						
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
UI_15	Valorização	L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400	Florestas de outras resinosas	Florestas de outras resinosas	Produção	2,53		
		C2a	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750						
		G1	Limpeza de matos com motorrodadora e abertura de covas com broca DensP_ha=1300						
UI_16	Valorização	K7	Proteções individuais de plantas para conciliar com a presença de gado ou fauna selvagem DensP_ha=950	Pastagens Espontaneas	Florestas de Sobreiro	Produção	12,61		
		H4	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450						
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
		L1	Desramação DensP_ha=450						
UI_17	Valorização	C1a	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Florestas de pinheiro manso	Florestas de pinheiro manso	Produção	18,17		
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
		L1	Desramação DensP_ha=450						
UI_18	Valorização	C1a	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	Produção	467,49		
		N2h	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização + Desmatado						
		P7	Ripagem cruzada + Máquina pesada (190 cv)						
UI_19	Valorização	K4	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	Produção	45,21		
		Q1b	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira						
		P3	Lavoura profunda + Trator com destruidor (120 cv)						
UI_20	Valorização	K4	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Produção	31,72		
		L2	Podã de formação DensP_ha=450						
		K2	Instalação de culturas melhoradoras do solo com preparação do terreno						



Conforme mencionado acima, o quadro 2 (quadro das unidades de intervenção) em anexo identifica as várias UI com a indicação do uso atual e futuro, a função principal, as operações a realizar quer de valorização quer de reconversão, que permitirão a concretização da proposta e a área de cada UI.

Relativamente à descrição da componente florestal e aos programas operacionais, e a fim de facilitar a perceção deste ponto, as UI foram agrupadas em parcelas de acordo com a ocupação futura, já que é sobre esta que se executarão as operações de condução e gestão futuras. Por outro lado, esta agregação facilita a leitura e interpretação dos quadros.

### Ui\_01 – Povoamentos Ripícolas

As intervenções nas galerias ripícolas deverão ser as mínimas suficientes para garantir o seu bom desenvolvimento, devido à sensibilidade ecológica destes espaços florestais.

Assim, a primeira intervenção a realizar deverá ser a eliminação do material sem interesse ecológico e remoção de eventual material ardido presente nas margens das linhas de água. Igualmente os resíduos florestais que estejam no leito deverão ser também removidos para impedir a sua obstrução e promover o livre escoamento das águas. Caso não haja possibilidade de retirar este material vegetal das margens (frequentemente estes locais são de difícil acesso), o mesmo deverá ser colocado em cordão no limite exterior da margem, de modo a constituir uma estrutura de contenção dos solos e zona de refúgio da fauna. Deverão ser igualmente eliminados os exemplares de invasoras lenhosas, maioritariamente acácias, mas sem que tal implique mobilização do solo ou uso de herbicidas.

A recuperação das galerias ripícolas contribuirá para o restabelecimento das importantes funções ecológicas associadas a estas estruturas naturais, de onde se destacam:

- A regulação da temperatura da água, através do controle da luminosidade;
- O ensombramento do leito, fundamental para as espécies aquáticas, nomeadamente para os peixes;
- Abrigo para a fauna;
- Diminuição da velocidade da água em situação de cheia;
- Proteção das margens contra a erosão;
- Controlo dos nutrientes provenientes da agricultura, através da sua filtragem, remoção e absorção;

- Retenção de sedimentos arrastados pelas águas de escorrência, aquando da ocorrência de chuvas;
- Fator de riqueza e diversidade paisagística e valorização cénica da paisagem.
- Constituem barreiras passivas à progressão de incêndios

### **Ui\_02 e UI\_06 – Povoamento misto de sobreiro, medronheiro e Carvalho.**

Nesta UI pretende-se reverter uma área florestal com ordenamento deficiente, tal como anteriormente descrito, criando um povoamento misto com funções de conservação de biodiversidade e valorização paisagística.

Para atingir esse objetivo deverá ser primeiramente realizado o corte dos matos e aproveitamento da regeneração natural existente, conservando os exemplares destas espécies de maior dimensão que apresentem interesse do ponto de vista de valorização estética da paisagem. Por outro lado, as manchas de pinhal que ainda apresentem algum vigor vegetativo e boa formação poderão permanecer na parcela.

Esta opção será tomada não só pela valorização dessas manchas como também podem favorecer o melhor desenvolvimento da regeneração de sobreiro e medronheiro e Carvalho a aproveitar.

Simultaneamente proceder-se-á á sinalização da regeneração natural e ao controlo da vegetação espontânea em concorrência direta com as plantas das espécies selecionadas. Sempre que se afigure necessário será feita rolagem ou podas (conforme a altura das plantas) nos exemplares de sobreiro, por forma a facilitar a formação de fuste e copa mais equilibrados e desramação nos jovens medronheiros com o mesmo objetivo assim como o carvalho.

Após a fase de instalação, durante a condução do povoamento instalado, as intervenções a realizar serão as mínimas necessárias para garantir a sobrevivência e bom desenvolvimento das plantas instaladas, desta forma pretende-se reduzir as passagens de maquinaria ou pessoal de modo a evitar erosão do solo e preservar o carácter de conservação da área.

Assim, será efetuado no ano seguinte o controlo da vegetação espontânea, de forma localizada, por forma a eliminar a concorrência com as plantas de medronheiro e sobreiro e carvalho. Nos anos seguintes deverá ser reduzida a frequência de limpezas de matos, a fim de melhor mimetizar uma área

natural. Eventualmente poderão ser benéficas operações de podas ou desramações, mas tal deverá ser avaliado consoante o desenvolvimento do povoamento.

Regra geral, após a instalação bem sucedida do povoamento, serão realizadas operações silvícolas mínimas, consistindo principalmente no controlo da vegetação espontânea, com uma periodicidade não inferior a 5 anos e, caso se verifique necessário para o bom desenvolvimento do povoamento e bom estado fitossanitário, serão realizadas podas e desramações e/ou desbastes de forma mais localizada.

### **UI 3, 4, 5, 7, 9, 19 – Agricultura Pomares de Pereiras e vinhas entre ( outros)**

Estas parcelas são constituídas por várias áreas não contínuas. Corresponde a áreas agrícolas já existentes, na proximidade imediata das povoações e a áreas para conversão agrícola adjacentes aquelas já existentes.

Pretende-se alargar esse tipo de ocupação não só como forma de diversificação das produções na AIGP, mas também de modo a constituir uma área alargada de proteção contra incêndios.

As áreas em questão englobam as FGC de 100 m em redor aos aglomerados populacionais, onde já se verifica uma predominância da ocupação agrícola, e as áreas entre essas FGC, com algumas culturas, mas onde predominam áreas de matos e manchas florestais de pinheiro bravo e eucalipto de reduzida dimensão e maioritariamente com deficiente gestão e ordenamento.

Tratam-se de povoamentos dispersos, intercalados com áreas de matos, muito heterogéneos quanto à idade e às variáveis alturas e diâmetros, não sendo possível apontar valores médios que reflitam adequadamente a realidade.

No caso dos povoamentos de Olival, encontram-se com idades diferentes, mas maioritariamente já com vários anos. As áreas de Olival, constituem uma minoria de povoamentos com ordenamento e gestão mais ativa por parte das populações. A reconversão destas áreas em particular poderá ser realizada de forma faseada dando a possibilidade aos proprietários de recuperarem o investimento na instalação de culturas melhoradoras do solo com preparação do terreno e pastagens melhoradas. De notar que nas FGC, a ocupação florestal está fortemente condicionada pelos critérios de gestão de combustíveis previstos legalmente para essas áreas, pelo que a opção pela agricultura torna-se também mais vantajosa.

Além das áreas agrícolas já existentes nas proximidades das povoações, preconiza-se, nas áreas alargadas, a cultura de Olival.

## UI\_8 Territórios artificializados

Atualmente esta área predomina a ocupação da espécie Acácia Dealbata (Mimosa).

Esta espécie desenvolve-se mais abundantemente como resultado dos incêndios florestais que destruíram os povoamentos de pinheiro bravo e Carvalho (maioritariamente) anteriores, não se tendo verificado condições para o surgimento de regeneração natural desta espécie. Neste contexto, proliferou, Acácia Dealbata (Mimosa) ocupando quase toda a parcela.

A presença desta espécie aumenta o risco de incêndio da área, por aumento da carga de combustível vegetal, constituindo um perigo também para os povoamentos adjacentes, dada a sua facilidade de propagação.

Por outro lado, compete com espécies autóctones de interesse ecológico (neste aspeto ressalve-se a competição com espécies arbustivas de interesse apícola) impedindo o seu desenvolvimento.

A sua dispersão para as linhas de água e para o interior de povoamentos de espécies autóctones com elevado interesse de conservação e de manutenção de biodiversidade deverá ser travada, reduzindo o perigo que estas invasoras representam para essas áreas mais sensíveis.

A presença desta espécie na área da AIGP é uma grave ameaça tanto do ponto de vista da perda de biodiversidade como do incremento do risco de incêndio.

A sua erradicação é fundamental para o restabelecimento do equilíbrio ecológico e para o aumento da resiliência ao fogo.

Pretende-se recuperar o potencial produtivo da área para o Carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) e Pinheiro Bravo que anteriormente aos incêndios ocupava o espaço, constituindo povoamentos bem adaptados.

## UI\_10 - Florestas de outras folhosas

Aplica-se, nesta UI, o modelo de silvicultura previsto no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior.

As florestas de outras folhosas são assim designadas por apresentarem espécies características de regiões tropicais juntamente com outras espécies mais típicas de regiões temperadas.

Assim pretendemos fazer um aproveitamento da regeneração natural existente com adensamento para que assim possamos dar continuidade á floresta de outras folhosas selecionando as varas com melhor vigor vegetativo.

### Desramação

Pretende-se melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. A efetuar nas plantas com tendência para ramificar junto ao solo. Não ultrapassar 1/3 da altura total da árvore.

### UI\_11 e UI\_16 –Povoamento de Quercus súber

Aplica-se, nesta área, o modelo de silvicultura previsto no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior.

Povoamento de sobreiro cujo objetivo principal é a produção de cortiça.

A função principal dos espaços florestais nestas parcelas é a função de produção vamos efetuar a plantação e o aproveitamento da regeneração natural existente. Povoamento puro regular a explorar em alto fuste.

### Intervenção Descrição da Intervenção Plantação.

É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Realizar no período de repouso vegetativo. Densidade inicial entre 400 e 700 árvores por ha.

### Controle de vegetação arbustiva.

Pretende-se reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais.

Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Inicialmente controlar apenas em redor das mesmas, pelo efeito protetor da vegetação acompanhante.

Poda de Formação remover todos os ramos laterais até uma altura de 3 m, não retirando mais de 30 % da copa viva, com o objetivo de promover o crescimento de um fuste mais direito e contribuir para uma copa mais equilibrada.

### Desramação

Pretende-se melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. A efetuar nas plantas com tendência para ramificar junto ao solo. Não ultrapassar 1/3 da altura total da árvore.

### Desbaste

O objetivo é proporcionar condições de desafoço necessárias às árvores de futuro. Deve retirar-se as árvores defeituosas, doentes, debilitadas e as que estiverem em concorrência com as mais bem conformadas e com as melhores produtoras de cortiça. Grau de coberto das copas após desbaste: 40 % a 50%.

### Desbóia e Descortiçamento

O DAP (perímetro do tronco a 1.30 m do solo) mínimo é de 70 cm e a altura máxima a descortiar não pode exceder o dobro do DAP. Respeitar as alturas máximas de descortiçamento e a idade mínima de criação de cortiça fixadas pela legislação em vigor. O intervalo mínimo entre descortiçamentos é de 9 anos.

### Poda de Manutenção

Efetua-se com objetivos sanitários, removendo-se os ramos secos e enfraquecidos, ou para melhorar a iluminação interna da copa. Efetuar sempre que necessário e nunca nos 3 anos imediatamente anteriores ou posteriores ao descortiçamento.

Retanchas A realizar no ano seguinte à plantação para reposição de plantas que não sobreviveram.

### UI\_12 – Povoamento de *Eucalyptus globulus*

Nesta UI aplica-se o modelo de silvicultura previsto no Programa Regional de Ordenamento Florestal Centro Interior povoamento puro de eucalipto cujo objetivo principal é a produção de lenho para trituração e varas.

Esta área é já ocupada por povoamentos de eucalipto, constituindo plantações ordenadas, com densidades adequadas à estação e na sua grande maioria com um nível de gestão adequado, apresentando bom estado vegetativo e fitossanitário.

Sendo estes povoamentos de distintos proprietários, existe ainda lugar a melhorias na gestão praticada com vista ao pleno aproveitamento do potencial de produção da área para esta espécie, sendo exemplos a aplicação de planos de e execução de seleção de varas.

Estes povoamentos apresentam diferentes rotações e classes de idade muito variadas, porém, é legítimo afirmar que a maioria se encontra entre a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> rotação a função principal dos espaços florestais nesta parcela é a função de produção.

Povoamento puro regular a explorar em talhadia.

### Controlo de vegetação espontânea

Esta operação deve ser realizada para diminuição da competição entre a vegetação espontânea (maioritariamente heliófila) e as árvores. É também relevante em termos da redução do risco de incêndio por diminuição da carga combustível mais facilmente inflamável e eliminação de continuidades verticais e horizontais de combustíveis.

Deverá ser realizada no mínimo de 5 em 5 anos. Devendo ser mais frequente nos casos em que o grau de coberto florestal é menor. Como indicação poderá ser feita entre os 2-3 anos após plantação ou corte de exploração e posteriormente aos 4-5 anos.

### Seleção de varas

A seleção de varas é realizada aos 2-3 anos, mantendo, preferencialmente um número de varas por hectare correspondente à densidade inicial de plantação. Nas árvores de bordadura poderão deixar-se mais varas (3-4) desde que apresentem bom desenvolvimento e fustes retos.

Corte de exploração O corte de exploração deverá ocorrer entre os 10-12. Poderão fazer-se 3-4 cortes.

### UI\_14 Pastagens Espontâneas

A área desta UI é ocupada por povoamentos agrícolas, nomeadamente povoamentos com as seguintes ocupações: agricultura com espaços naturais e seminaturais, Culturas temporárias de sequeiro e regadio, Mosaicos culturais e parcelares complexos, Pomares e Olivais. Estas áreas serão para manter e valorizar. Nestas áreas existem várias culturas que se encontram geridas pelos seus proprietários.

### UI\_15, UI\_17, UI\_18 - Povoamento de e outras resinosas, Pinus Pinea Pinus pinaster.

Para esta UI foi adotado o modelo de silvicultura constante no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Canto Interior para povoamentos de pinheiro bravo, pinheiro manso e outras resinosas com o objetivo principal de produção de lenho e fruto.

A função principal é a de produção. Povoamento puro regular a explorar em alto fuste.

### Controle de vegetação espontânea

Esta operação deve ser realizada para diminuição da competição entre a vegetação espontânea (maioritariamente heliófila) e as árvores. É também relevante em termos da redução do risco de incêndio por diminuição da carga combustível mais facilmente inflamável e eliminação de continuidades verticais e horizontais de combustíveis.



Particular atenção deve ser tomada ao controle da espécie invasora, que mesmo após mobilização do terreno, poderá surgir, uma vez que permanecem no solo os propágulos. Dever-se-á proceder ao seu corte/destroçamento quando os exemplares ainda sejam jovens e com maior intensidade até existir um grau de cobertura mínimo conferido pelas copas de pinheiro bravo.

### Desramação

Pretende-se melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho sem nós. Desramação das árvores selecionadas previamente como árvores de futuro, feita até aos 3-4 m de altura. Realizar em 2 a 3 intervenções. Desramam-se árvores com DAP compreendido entre os 10 e os 15 cm. Não se devem cortar ramos com mais de 2 a 3 cm 80 de diâmetro de base. Na segunda desramação faz-se a escolha definitiva das árvores de futuro, até 300-500 por hectare.

Desbaste Seleção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Remover árvores mortas, doentes e mal conformadas (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical). Permite obter receitas intermédias.

## B2. MODELO DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Para todas as unidades de intervenção com ocupação do solo a manter ou proposta correspondente à tipologia da COS floresta, superfícies agroflorestais (SAF), matos e pastagens espontâneas é apresentado o modelo de gestão e de exploração.

O modelo de exploração que se apresentam nas tabelas ( T1.1, T1.2, T1.3, T2.1, T2.2, T2.3, T3, T4.1, T4.2, T4.3, T4.4, e T5), que constituem anexos a este documento, inclui a organização de gestão e zonamento funcional dos espaços florestais e identifica os modelos de silvicultura aplicáveis a cada tipo de povoamento florestal e as intervenções florestais necessárias à adequação aos modelos de silvicultura (condução de povoamentos), identificadas em cada unidade de intervenção.

Para efeitos da explicitação do Modelo de Exploração Florestal, apresenta-se a informação de caracterização detalhada nas tabelas seguintes:

## T1: Resumo, Identificação e Localização

Tabela 12 - T1.1. Dados de Referência para Localização

Designação da OIGP	OIGP do Rio Seia
Entidade gestora	ENERAREA ( Agência regional de energia e ambiente do interior)
Técnico Responsável pela elaboração da componente florestal e silvo pastoril e outros recursos associados	Eng <sup>a</sup> Marta Inês Fernandes Craveiro da Silva Jóia Eng <sup>a</sup> Helder Alves Pinto
Localização (DICOFRE)	091235, 091231, 091224, 091216, 091213

Tabela 13 - T1.2. Usos de Solo

	Área (ha)	
	Atual	Proposta
Floresta	835,74	848,34
Superfícies Agroflorestais	0,00	263,79
Matos	232,99	0,00
Pastagens espontâneas	12,61	0,00
Agricultura	15,87	15,87
Outros Usos	277,82	247,02
TOTAL	1375,02	1375,02

Tabela 14 - T 1.3 - Espécies principais

Componente arbórea (F+SAF)	Área (ha)	
	Atual	Proposta
Pinheiro-bravo	467,49	467,49
Eucaliptos	59,24	59,24
Sobreiro	0,00	24,71
Carvalhos	52,67	52,67
Pinheiro-manso	18,17	18,17
Acácias	12,1	0,00
Outras folhosas	223,54	223,54
Outras resinosas	2,53	2,53

Tabela 15 - T 2.1 - Descrição da componente florestal

UI	Área (ha)	Composição (puro ou misto)	Espécies (principal, outras espécies e % relativas)	Estrutura (regular ou irregular) Regime (alto-fuste ou talhadia)	Condição/vitalidade do povoamento (ex: boa condição, afetado por pragas, incêndios, outros)	fase ex: ardido ou cortado, em regeneração, bastio, fustadio	Sistema de especial interesse ecológico e de resiliência	Habitat Classif. (código)	Idade média	Densidade média (n.º arv/ha) ou grau de cobertura (%)	Hd (*)	DAP ou PAP médio
UI_10	223,54	Misto	Florestas de outras folhosas	irregular	boa condição	em regeneração	SIM	PTCON0014	18	70%	12	15cm
UI_11	12,10	Misto	Florestas de espécies invasoras	irregular	boa condição	em regeneração	SIM	PTCON0014	6	70%	6	5cm
UI_12	59,24	Puro	Florestas de Eucalipto	regular	boa condição	em bastio	SIM	PTCON0014	6	70%	6	5cm
UI_13	52,67	Misto	Florestas de outros carvalhos	irregular	boa condição	em regeneração	SIM	Não aplicável	6	70%	4	5cm
UI_15	2,53	Misto	Florestas de outras resinosas	irregular	boa condição	em regeneração	SIM	PTCON0014	10	70%	4	5cm
UI_17	18,17	Misto	Florestas de pinheiro manso	irregular	boa condição	em regeneração	SIM	PTCON0014	18	70%	4	5cm
UI_18	467,49	Misto	Florestas de pinheiro bravo	irregular	boa condição	em regeneração	SIM	PTCON0014	18	70%	4	5cm

Tabela 16 - T 2.2 - Descrição da componente matos e pastagens

UI	Área (ha)	Composição	Espécies (herbáceas e arbustivas)	Condição (ex: boa condição, afetado por pragas, infestantes, ardido, outros)	Árvores fora de povoamento	Sistema de especial interesse ecológico e resiliência ao fogo (S/N)	Habitat Classificado (código)
UI_02	232,99	Matos	arbustivas	ardido	não	sim	PTCON0014
UI_14	45,82	pastagens	herbáceas	ardido	não	sim	PTCON0014
UI_20	31,72	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Herbáceas e arbustivas	ardido	não	sim	PTCON0014

Tabela 17 - T 2.3 - Descrição da componente arbórea (UI a reconverter)

UI	Área (ha)	Ocupação atual (POSA)	Ocupação futuro (POSP)	Composição anterior (puro ou misto)	Espécies (principal, outras espécies e percentagens relativas)	Condição (ex: afetado por pragas, infestantes, ardido, em más/boas condições vegetativas, em fim de rotação, outros)
UI_02	232,99	Matos	SAF de outras espécies	puro	Quercus pyrenaica / arbutus unedo / Pinus pinaster	Ardido em 2022/ boas condições
UI_11	12,10	Florestas de espécies invasoras	Florestas de Sobreiro	misto	Acacia dealbata/ Eucalyptus globulus	Ardido em 2022/ más condições
UI_16	12,61	Pastagens Espontaneas	Florestas de Sobreiro	misto	Quercus suber	outros
UI_06	30,79	Vegetação esparsa	SAF de outras espécies	puro	Quercus suber / arbutus unedo / Pinus pinea	Ardido em 2022/ más condições

Tabela 18 - T.3 - Organização e zonamento funcional

UI	Área (ha)	Uso do solo (floresta/ mato/ pastagem/ agroflorestal)	Tipo de Povoamento (*)	Função	Objetivos da gestão/ subfunções	Modelo de silvicultura (**)
UI_01	118,02	Floresta Ripícola	Floresta Ripícola	Proteção	Conservação da rede hidrográfica	RI
UI_02	232,99	Matos	Não aplicável	Produção	Produção de Fruto / Lenho	PB/ MD / CT / SB / CN / CA / CR / NG / CB
UI_03	5,31	Vinhas	Não aplicável	Produção	Produção de Fruto	
UI_04	2,39	Pomares	Pomares	Produção	Produção de fruto	
UI_05	67,66	Olivais	Olea europaea	Produção	produção de fruto	
UI_06	30,79	Vegetação esparsa	Não aplicável	Produção	Produção de Fruto/lenho	PM/SB/MD
UI_07	15,87	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Não aplicável	Produção	Suporte à pastorícia	
UI_08	10,14	Territórios artificializados	Não aplicável	Produção	Produção de lenho	CA
UI_09	38,78	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	Não aplicável	Produção	Agricultura tradicional	
UI_10	223,54	Florestas	Florestas de outras folhosas	Produção	Produção de lenho	PB.MD/ PB.SB / PB.CT / PB.CN / PB.CA / PB.CR
UI_11	12,10	Florestas	Florestas de Sobreiro	Produção	Produção de lenho	SB
UI_12	59,24	Florestas	Florestas de Eucalipto	Produção	Produção de Lenho	EU
UI_13	52,67	Florestas	Florestas de outros carvalhos	Produção	Produção de lenho	CA
UI_14	45,82	Pastagens melhoradas	Não aplicável	Produção	Suporte à pastorícia	
UI_15	2,53	Florestas	Florestas de outras resinosas	Produção	produção de lenho	PB
UI_16	12,61	Florestas	Florestas de Sobreiro	Produção	Produção de Lenho	SB
UI_17	18,17	Florestas	Florestas de pinheiro manso	Produção	Produção de Fruto / Lenho	PM
UI_18	467,49	Florestas	Florestas de pinheiro bravo	Produção	Produção de Lenho	PB
UI_19	45,21	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	Não aplicável	Produção	Agricultura tradicional	
UI_20	31,72	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Não aplicável	Produção	Agricultura tradicional	

Tabela 19 - T 4.1 - Programa de gestão e intervenção na componente florestal

UI	Área (ha)	Arborização/rearborização			Plano de intervenções culturais e de manutenção				Programa de Cortes			Gestão de recursos não lenhosos			
		Ano / Periodicidade	Tipologia	Tipo de Instalação (regeneração natural, sementeira, plantaço)	Área	Ano / Periodicidade	Tipologia	Natureza da intervenção (ex: limpeza, podas, adensamentos, desramação, controle matos e invasoras)	Área	Ano / Periodicidade	Tipo de corte (final ou cultural)	Área	Ano / Periodicidade	Natureza da Intervenção	Área
UI_06	30,79	1	Aproveitamento Natural Resinosa e folhosas madeiras com adensamento. Declive < 25% Podas de formação DensP_ha=450; Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Aproveitamento da Regeneração Natural	30,79	3, 7, 11 e após cada 10 anos	Condução de povoamentos jovens	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbastes Podas de formação Eliminação de Árvores Mortas	30,79	12 a 20 e após cada 10 anos/Quando as árvores atingem idade > 100 anos	Desbastes Podas de formação	30,79	1,3,7,11 e após cada 10 anos	Desbastes Podas de formação	30,79
UI_10	223,54	1	Desramação DensP_ha=450 Aproveitamento Natural Sobreiro/Azinhêira com adensamento: Declive > 25% Seleção de varas (declive < 25%   DensP_ha=1400	Aproveitamento da Regeneração Natural	223,54	3, 7, 11 e após cada 10 anos	Condução de povoamentos jovens	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbaste Podas de formação Eliminação de Árvores Mortas	223,54	12 a 20 e após cada 10 anos/Quando as árvores atingem idade > 100 anos	Recolha de lenho Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbaste Podas de formação	223,54	1,3,7,11 e após cada 10 anos	Recolha de fruto Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbaste Podas de formação	223,54
UI_11	12,10	1	Controlo de invasoras lenhosas – corte (declive < 25%) Aproveitamento Natural Sobreiro/Azinhêira com adensamento: Declive < 25% Desramação DensP_ha=450 Podas de formação DensP_ha=450	Aproveitamento da Regeneração Natural	12,10	3, 7, 11 e após cada 10 anos	Condução de povoamentos jovens	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbaste Podas de formação Controlo de Invasoras Eliminação de Árvores Mortas	12,10	12 a 20 e após cada 10 anos/Quando as árvores atingem idade > 100 anos	Desbaste Podas de formação Controlo de Invasoras	12,10	1,3,7,11 e após cada 10 anos	Desbaste Podas de formação Controlo de Invasoras	12,10
UI_12	59,24	1	Escarificação / Gradagem + Trator com escarificador / grade Desramação DensP_ha=450 Seleção de varas (declive < 25%   DensP_ha=1400	Aproveitamento da Regeneração Natural	59,24	3, 7, 11 e após cada 10 anos	Condução de povoamentos jovens	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbaste Desramação Eliminação de Árvores Mortas	59,24	12 a 20 e após cada 10 anos/Quando as árvores atingem idade > 100 anos	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbaste Desramações Recolha de lenho	59,24	1,3,7,11 e após cada 10 anos	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbastes Desramações	59,24
UI_13	52,67	1	Aproveitamento Natural Resinosa e folhosas madeiras com adensamento. Declive < 25% Seleção de varas (declive < 25%   DensP_ha=1400 Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Aproveitamento da Regeneração Natural	52,67	3, 7, 11 e após cada 10 anos	Condução de povoamentos jovens	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbaste Desramações Eliminação de Árvores Mortas	52,67	12 a 20 e após cada 10 anos/Quando as árvores atingem idade > 100 anos	Desbaste Desramações Recolha de lenho	52,67	1,3,7,11 e após cada 10 anos	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbastes Desramações	52,67
UI_15	2,53	1	Seleção de varas (declive < 25%   DensP_ha=1400 Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Aproveitamento da Regeneração Natural	2,53	3, 7, 11 e após cada 10 anos	Condução de povoamentos jovens	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbastes Desramações Eliminação de Árvores Mortas	2,53	12 a 20 e após cada 10 anos/Quando as árvores atingem idade > 100 anos	Desramações Recolha de lenho	2,53	1,3,7,11 e após cada 10 anos	Desramações Recolha de lenho	2,53
UI_16	12,61	1	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinhêira Acer DensP_ha=450 Retancho	Plantação	12,61	3, 7, 11 e após cada 10 anos	Condução de povoamentos jovens	Eliminação de mato manual Desbastes Podas de formação Eliminação de Árvores Mortas	12,61	12 a 20 e após cada 10 anos/Quando as árvores atingem idade > 100 anos	Eliminação de mato manual Desbastes Podas de formação Recolha de lenho	12,61	1,3,7,11 e após cada 10 anos	Eliminação de mato manual Desbastes Podas de formação Recolha de lenho	12,61
UI_17	18,17	1	Aproveitamento Natural Resinosa e folhosas madeiras com adensamento: Declive < 25% Desramação DensP_ha=450 Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Aproveitamento da Regeneração Natural	18,17	3, 7, 11 e após cada 10 anos	Condução de povoamentos jovens	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbastes Podas de formação Eliminação de Árvores Mortas	18,17	12 a 20 e após cada 10 anos/Quando as árvores atingem idade > 100 anos	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbastes Recolha de lenho	18,17	1,3,7,11 e após cada 10 anos	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbastes Recolha de fruto	18,17
UI_18	467,49	1	Aproveitamento Natural Resinosa e folhosas madeiras com adensamento: Declive < 25% Desramação DensP_ha=450 Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Aproveitamento da Regeneração Natural	467,49	3, 7, 11 e após cada 10 anos	Condução de povoamentos jovens	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbastes Podas de formação Eliminação de Árvores Mortas	467,49	12 a 20 e após cada 10 anos/Quando as árvores atingem idade > 100 anos	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbastes Podas de formação Recolha de lenho	467,49	1,3,7,11 e após cada 10 anos	Limpeza de matos com corta matos ou grade Desbastes Podas de formação Recolha de lenho	467,49

Tabela 20 - T 4.2 - Programa de gestão e intervenções na componente matos e pastagens

UI	Área (ha)	Sementeiras ou plantaço			Plano de intervenções culturais e de manutenção				Silvopastorícia		
		Ano / Periodicidade	Tipologia	Espécies a fomentar	Área	Ano / Periodicidade	Tipologia	Natureza da Intervenção (ex: fertilização, controle infestantes)	Área	Tipo de gado	Encabeçamento (CN/ha)
UI_02	232,99	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Pastagens permanentes	Gramíneas e herbáceas associadas ao pastoreio	232,99	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Instalação de culturas temporárias, culturas cereíferas e culturas forrageiras	Sementeira direta Lavoura de conservação Rotação e combinações de culturas Incorporação de matéria orgânica Estabelecimento de um coberto vegetal	232,99	Cabra Serrana / Ovelha da raça Bordaleira Serra da Estrela	0,2
UI_14	45,82	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Pastagens permanentes	Gramíneas e herbáceas associadas ao pastoreio	45,82	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Instalação de culturas temporárias, culturas cereíferas e culturas forrageiras	Sementeira direta Lavoura de conservação Estabelecimento de um coberto vegetal Rotação e combinações de culturas Incorporação de matéria orgânica	45,82	Cabra Serrana / Ovelha da raça Bordaleira Serra da Estrela	0,2
UI_06	30,79	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Pastagens permanentes	Gramíneas e herbáceas associadas ao pastoreio	30,79	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Instalação de culturas temporárias, culturas cereíferas e culturas forrageiras	Sementeira direta Lavoura de conservação Incorporação de matéria orgânica Rotação e combinações de culturas Estabelecimento de um coberto vegetal	30,79	Cabra Serrana / Ovelha da raça Bordaleira Serra da Estrela	0,2

Tabela 21 - T 4.3 - Programa de Gestão da Biodiversidade

UI	Área (ha)	Povoamento / Formações vegetais	Habitat natural, espécie animal ou vegetal ou geossítio	Regime de proteção (SNAC, Rede Natura)	Orientações de gestão previstas no Plano Aplicável	Identificação das principais operações calendarizadas			Medidas de compatibilização com orientações de gestão
						Ano / Periodicidade	Natureza da Intervenção (ex controle invasoras, corte de matos, adensamento, desbaste)	Área	
UI_01		Vegetação ripícola lenhosa	Galeria ripícola do Rio Seia	PTCON0014	Melhoria do escoamento, infiltração e drenagem pluvial	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras sem adensamento : Declive<=25% Poda de formação DensP_ha=450 Controlo da vegetação espontânea através de meios mecânicos e manuais;		Garantir e promover os Princípios de Boas Práticas da Sustentabilidade ambiental
UI_02 / UI_06	263,78	SAF de outras espécies	Vegetação Natural de Especial relevância para a Conservação da natureza	PTCON0014	Instalação de de povoamentos de medronheiro, Carvalhos e sobreiro	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25% Lavoura profunda + Trator com destruidor (120 cv) Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400 Instalação de culturas melhoradoras do solo com preparação do terreno Tratamento do solo – fertilização/adubação	263,78	Garantir e promover os Princípios de Boas Práticas da Sustentabilidade ambiental
UI_05 / UI_19	112,87	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	Vegetação Natural de Especial relevância para a Conservação da natureza	PTCON0014	Instalação de Pastagens Permanentes Semeadas Biodiversas Ricas em Leguminosas	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Escarificação / Gradagem + Trator com escarificador / arad Poda de formação DensP_ha=450 Tratamento do solo – fertilização/adubação Instalação de culturas melhoradoras do solo com preparação do terreno	112,87	Garantir e promover os Princípios de Boas Práticas da Sustentabilidade ambiental
UI_10	223,54	Florestas de outras Folhosas	Vegetação Natural de Especial relevância para a Conservação da natureza	PTCON0014	Instalação de de povoamentos de medronheiro, Carvalhos e sobreiro	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Aproveitamento de regeneração natural (incluindo podas de condução ou de formação em folhosas Controlo de vegetação espontânea de matos; Preparação manual do terreno e abertura de covas; Plantação de Medronheiros / Sobreiros e carvalhos	223,54	Garantir e promover os Princípios de Boas Práticas da Sustentabilidade ambiental
UI_11 / UI_16	24,71	Florestas de Sobreiro	Vegetação Natural de Especial relevância para a Conservação da natureza	PTCON0014	Reabilitação de áreas ardidas em 2021 / Plantação de espécies autóctones e Aproveitamento da regeneração natural	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Controlo de invasoras lenhosas – corte e pincelagem (inclui produto) (declive < 25%) Limpeza de matos com motorizada e abertura de covas com broca DensP_ha=1300 Proteções individuais de plantas para conciliar com a presença de gado ou fauna selvagem DensP_ha=950 Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450 AproveitaRegNatural Sobreiro/Azinheira com adensamento: Declive<25%	24,71	Garantir e promover os Princípios de Boas Práticas da Sustentabilidade ambiental
UI_15/UI_17/UI_18	488,19	Floresta de Resinosas	Vegetação Natural de Especial relevância para a Conservação da natureza	PTCON0014	Reabilitação de áreas ardidas em 2021 / Plantação de espécies autóctones e Aproveitamento da regeneração natural	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Controlo de vegetação espontânea de matos; Desbaste e seleção de árvores de futuro Desramações	488,19	Garantir e promover os Princípios de Boas Práticas da Sustentabilidade ambiental
UI_14/UI_09/UI_07	100,47	Pastagens permanentes	Vegetação Natural de Especial relevância para a Conservação da natureza	PTCON0014	Instalação de Pastagens Permanentes Semeadas Biodiversas Ricas em Leguminosas	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Sementeira direta Lavoura de conservação Estabelecimento de um coberto vegetal Rotação e combinações de culturas Incorporação de matéria orgânica	100,47	Garantir e promover os Princípios de Boas Práticas Florestais e da Sustentabilidade ambiental

Tabela 22 - T 4.4 - Outros Programas relevantes (cinegética, recreio, biomassa...)

UI	Natureza da intervenção	Modelo de Silvicultura (*)	Unidades ( Km, nº, Área)	Ano / Periodicidade	Descrição das operações	Observações
UI_01	c) Elementos Estruturais e de preservação e valorização da Paisagem	Floresta Ripícola	118,02	1, 2, 3 Ano	Conservação da rede hidrográfica	

Tabela 23 - T 5 - Programa de Infraestruturas DFCl e rede viária

Lista de UI onde se localizam	Tipo de intervenção (instalação ou beneficiação)	Unidades Área	Calendarização (tipologia e periodicidade)	Observações
Todas as UI	Beneficiação	23,04	1, 3, 7, 11 e após a cada 10 anos	Serão realizadas as melhorias nas infraestruturas (DFCl ou RV) que demonstrem uma maior necessidade.
Todas as UI	Beneficiação	26,33		Serão realizadas as melhorias nas infraestruturas (DFCl ou RV) que demonstrem uma maior necessidade.
Todas as UI	Beneficiação	18,03		Serão realizadas as melhorias nas infraestruturas (DFCl ou RV) que demonstrem uma maior necessidade.
Todas as UI	Beneficiação	27,77		Serão realizadas as melhorias nas infraestruturas (DFCl ou RV) que demonstrem uma maior necessidade.

### B3. MODELO DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS AGRÍCOLAS

Relativamente à intervenção nas áreas agrícolas, irá se efetuar dois tipos de abordagens: uma que tem em vista a recuperação, reabilitação e conservação de áreas existentes; outra que visa a instalação de novas áreas agrícolas, principalmente de melhoria de pastagens permanentes de sequeiro e da inclusão de, culturas com grande história no concelho de Seia e particularmente na área desta OIGP como é o caso dos famosos presuntinhos de Sameice que são produzidos através da pera de São Bartolomeu.

Assim relativamente às áreas existentes, é intenção executar-se a manutenção e recuperação de áreas de olival, vinha, culturas temporárias de sequeiro de forma a reabilitar estas parcelas, que se encontrem sobretudo no perímetro das aldeias, funcionando como uma faixa de proteção entre a área urbana e a área florestal. Esta estratégia de intervenção é fundamental para a proteção das populações em relação ao potencial risco de incêndio rural. Estas áreas irão igualmente potenciar a reabilitação de muitas aldeias, podendo contribuir para um aumento de riqueza às populações das mesmas.

Em relação às novas áreas a instalar de Olival e Pera, estas têm um objetivo de rentabilização de investimento e a máxima rentabilidade possível, estando prevista a sua instalação nos locais com maior potencial produtivo.

Produtos como o Azeite a Pera o Mel e o Pinhão possuem uma valorização económica interessante e uma elevada procura, quer em termos nacionais quer em termos de mercado de exportação, o que os torna economicamente atrativos.



Por fim, importa referir que, embora não seja uma cultura puramente agrícola, pretende-se o aproveitamento da regeneração natural de medronheiro ( *Arbutus unedo* ) com adensamento em algumas áreas. A cultura do medronho, que possui um potencial elevado associado à sua transformação em aguardente e produtos licorosos.

Para as unidades de intervenção com ocupação do solo a manter e proposta correspondentes às tipologias da COS agricultura e pastagens, o modelo de intervenção é essencialmente baseado na agricultura tradicional e de pastagens espontâneas.

## CAPÍTULO C- INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

### C1. AÇÕES DE RECONVERSÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM

As ações de reconversão e valorização da paisagem (investimento inicial) são financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nos termos aprovados por este plano.

Atendendo aos apoios de financiamento disponíveis no PRR para o investimento inicial ( 217M€), a OIGP deve apresentar a estimativa dos valores de investimento globais necessários para a realização das ações previstas nas diferentes unidades de intervenção da OIGP, considerando as ações elegíveis e respetivos valores unitários de referência, identificados na orientação Técnica (OT) Nº 4/C08I01.01/2023 “Operações Integradas de Gestão da Paisagem”.

De acordo com a referida OT, para efeitos deste financiamento, é celebrado um contrato entre o Fundo Ambiental e a Entidade Gestora, que remete para uma franquia, 50% do total da área da OIGP nas seguintes condições:

- Com acordo dos proprietários;
- Integrada nas estruturas de resiliência e ecológica – faixas e áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustíveis aprovadas e leitos e margens de cursos de água, bem como eliminação e controlo de invasoras.

Ainda nos termos desta OT:

- O financiamento público global não deverá ultrapassar, por área da OIGP a intervencionar, um custo médio de 2.500 € por hectare.

Com a assinatura do contrato de financiamento fica assegurado o compromisso de 60% do investimento máximo admissível, calculado com base no valor referência definido no ponto anterior.

Quando aplicável, o remanescente do investimento aprovado para a OIGP será objeto de um segundo contrato, condicionado pela execução física e financeira do contrato 9 inicial e decorrente de um procedimento concursal balizado pela disponibilidade financeira, o qual deverá ser celebrado até ao prazo máximo de 31 dezembro de 2024.

Por último, de acordo com esta OT, o prazo máximo para os beneficiários concluírem a execução física e financeira das intervenções, é 30 de novembro de 2025.

Considerando os apoios disponíveis para a gestão e manutenção das OIGP a médio e longo prazo, com o objetivo de promover a resiliência aos fogos rurais e, desse modo, assegurar a prestação dos serviços dos ecossistemas, devem ainda ser identificadas as unidades de intervenção elegíveis para apoios anuais, respetivos sistemas culturais e montantes estimados, considerando o disposto na Orientação Técnica (OT) dos apoios a 20 anos.

Nos termos desta OT, estes apoios compreendem as seguintes tipologias:

Apoio à gestão conjunta das OIGP incluindo a monitorização e controlo das ações de manutenção e gestão dos ecossistemas;

Apoios dirigidos aos sistemas culturais identificados na referida OT, sendo atribuído um valor-base, majorado em função dos seguintes fatores: declive; integrar a estrutura da paisagem; integrar determinadas tipologias da Reserva Ecológica Nacional (REN).

### **a. Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem**

A informação respeitante a este capítulo está contida no Quadro 3 do “Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas que é incluído em anexo à presente proposta de OIGP.

Para cada unidade de intervenção identificou-se, o tipo de intervenção, o grupo e a denominação das operações a realizar, com a devida correspondência com as ações elegíveis para financiamento público, nos termos do Anexo I da Orientação Técnica (OT) do investimento inicial, bem como informação relativa à dimensão ou extensão da área a intervir e estimativa dos custos.

Para os custos de referência não constantes na referida OT, foram utilizadas as tabelas CAOF mais recentes, como o caso das operações Or13 Controlo da vegetação espontânea através de meios mecânicos e moto manuais.

Tabela 24 -Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem (Quadro 3 do QR - Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem)

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)	Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I da OT)	Função Principal proposta	Dimensão**			Custo unitário de referência (€)	Estimativa do custo total (€)
					Área (hectares)	Extensão (metros)	Volume (m3)		
UI_01	Valorização	J2a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras sem adensamento : Declive<25%	Conservação					
		L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400						
		Or13	Controlo da vegetação espontânea através de meios mecânicos e motomanuais;						
UI_02	Reconversão	L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400	Produção	227,18			439,00 €	99 732,02 €
		P3	Lavoura profunda + Trator com destruidor (120 cv)						
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
		K2	Instalação de culturas melhoradoras do solo com preparação do terreno						
		K4	Tratamento do solo – fertilização/adubação						
UI_03	Valorização	N2h	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização + Desmatção	Produção	5,81			861,38 €	5 007,20 €
		P7	Escarificação / Gradagem + Trator com escarificador / grade						
		P6	Despedrega + Tração e mão de obra						
		T1	Vedações com rede ovina						
UI_04	Valorização	K4	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Produção	2,39			90,00 €	215,10 €
		P7	Escarificação / Gradagem + Trator com escarificador / grade						
		L2	Podas de formação DensP_ha=450						
UI_05	Valorização	T1	Vedações com rede ovina	Produção	67,66			585,00 €	39 581,10 €
		K4	Tratamento do solo – fertilização/adubação						
		K2	Instalação de culturas melhoradoras do solo com preparação do terreno						
UI_06	Valorização	P7	Escarificação / Gradagem + Trator com escarificador / grade	Produção	30,79			261,00 €	17 659,26 €
		L2	Podas de formação DensP_ha=450						
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
UI_07	Valorização	L2	Podas de formação DensP_ha=450	Produção	15,87			621,00 €	19 120,59 €
		C1a	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750						
		C1a	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750						
UI_08	Valorização	k4	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Produção	10,14			122,00 €	1 936,14 €
		K2	Instalação de culturas melhoradoras do solo com preparação do terreno						
		T1	Vedações com rede ovina						
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
UI_09	Reconversão	L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400	Produção	22,78			1 247,00 €	12 644,58 €
		L7a	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive < 25%)						
		N2h	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização + Desmatção						
UI_10	Valorização	P3	Ripagem cruzada + Máquina pesada (190 cv)	Produção	16,00			780,00 €	12 480,00 €
		Q2b	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Pereira - Densidade: 1200						
		E1a	Controlo de invasoras lenhosas — corte (Apenas aplicável a espécies arbóreas) DensP_ha=750						
		J3b	AproveitaRegNatural Sobreiro/Azinhreira com adensamento: Declive<25%						
UI_11	Valorização	L1	Desramação DensP_ha=450	Produção	223,54			500,00 €	111 770,00 €
		L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400						
		L7a	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive < 25%)						
UI_12	Valorização	J3b	AproveitaRegNatural Sobreiro/Azinhreira com adensamento: Declive<25%	Produção	12,10			572,00 €	6 921,20 €
		L1	Desramação DensP_ha=450						
		L2	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400						
		Or13	Controlo da vegetação espontânea através de meios mecânicos e motomanuais;						
UI_13	Valorização	L2	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400	Produção	59,24			1 334,40 €	79 049,86 €
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
		L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400						
UI_14	Valorização	L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400	Produção	52,67			439,00 €	31 278,72 €
		D2a	Ripagem/subsolagem e Vala e Cômoro (declive < 25%) DensP_ha=750						
		N2h	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira direta + Aplicação calcario + Aplicação de fertilização + Desmatção						
UI_15	Valorização	T1	Vedações com rede ovina	Produção	45,82			861,00 €	13 508,12 €
		U1	Charcas com impermeabilização						
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
UI_16	Reconversão	L6a	Seleção de varas (declive < 25% ) DensP_ha=1400	Produção	12,61			1 247,00 €	9 903,19 €
		C2a	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750						
		G1	Limpeza de matos com motorizadora e abertura de covas com broca DensP_ha=1300						
UI_17	Valorização	H4	Proteções individuais de plantas para conciliar com a presença de gado ou fauna selvagem DensP_ha=950	Produção	18,17			19,00 €	239,59 €
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
		L1	Podas de formação DensP_ha=450						
UI_18	Valorização	H4	Proteções individuais de plantas para conciliar com a presença de gado ou fauna selvagem DensP_ha=950	Produção	467,49			647,00 €	8 158,67 €
		C1a	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750						
		J1a	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras com adensamento: Declive<25%						
UI_19	Reconversão	L1	Podas de formação DensP_ha=450	Produção	37,83			1 247,00 €	582 960,03 €
		C1a	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750						
		N2h	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização + Desmatção						
UI_20	Valorização	P7	Escarificação / Gradagem + Trator com escarificador / grade	Produção	7,38			780,00 €	5 757,18 €
		K4	Tratamento do solo – fertilização/adubação						
		Q1b	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400						
		P3	Lavoura profunda + Trator com destruidor (120 cv)						
UI_20	Valorização	K4	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Produção	31,72			122,00 €	900,48 €
		L2	Podas de formação DensP_ha=450						
		K2	Instalação de culturas melhoradoras do solo com preparação do terreno						

## b. Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem

A informação respeitante a este capítulo está contida no Quadro 4 do “Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas” (versão de agosto, 2023) e é incluído em anexo à presente proposta de OIGP.

A descrição destes investimentos é, assim, patente no Quadro 4 em anexo.

Os custos globais apontados resultam da agregação dos vários custos parciais para cada UI com ocupação do solo proposta igual. Os custos de referência para o cálculo dos custos associados às UI são os constantes na Orientação Técnica Nº 03/ C08-I01.01/2023 (2.ª republicação), ponderados em função das densidades relativas em causa para cada operação e, para os custos de referência não constantes na referida OT, foram utilizadas as tabelas CAOF mais recentes, como o caso das operações Or13.

*Tabela 25 - Investimento global estimado em ações de transformação e valorização da paisagem (Quadro 4 do QR - Investimento global estimado em ações de transformação e valorização da paisagem)*

Ocupação do solo (COS) proposta	Estimativa do custo total
Vinhas	27 755,22 €
Pomares	14 024,83 €
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	56 333,48 €
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	250 452,41 €
Florestas de outras folhosas	487 764,28 €
Florestas de Eucalipto	136 334,94 €
Florestas de outros carvalhos	149 740,81 €
Pastagens melhoradas	196 097,62 €
Florestas de outras resinosas	6 393,31 €
Florestas de pinheiro manso	44 571,12 €
Florestas de pinheiro bravo	1 146 752,97 €
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	148 257,00 €
Mosaicos culturais e parcelares complexos	43 392,96 €
Florestas de Sobreiro	61 994,24 €
SAF de outras espécies	641 442,49 €
Territórios artificializados	26 242,32 €
<b>Total do global estimado</b>	<b>3 437 550,00 €</b>

## C2. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos serviços de ecossistemas

### a. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas

Tabela 26 - Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas (Quadro 5 do QR Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas)

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema cultural (incluindo a espécie, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Área (ha)	Área em declive 15 a 25%	Área em declive > 25%	Área inserida em EP (ha)	Área inserida nas tipologias da REN identificadas	Código serviço de ecossistemas	VBG (€/ha, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Valor Total	Valor total / ano:
UI_01	Floresta Ripícola	118,02	0,00	0,00	30,42	0,00	SE11c	100,00	3 803,00 €	80 782,69 €
UI_02	Superfícies agroflorestais	232,99	0,00	0,00	73,90	0,00	SE05c	100,00	9 237,50 €	
UI_03	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Vinhas	5,31	0,00	0,00	0,27	0,00	SE06c	125,00	42,19 €	
UI_04	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Pomares	2,39	0,00	0,00	0,00	0,00	SE06a	100,00	239,00 €	
UI_05	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	67,66	0,00	0,00	12,48	0,00	SE06c	125,00	1 950,00 €	
UI_06	Superfícies agroflorestais	30,79	0,00	0,00	0,00	0,00	SE05c	100,00	3 079,00 €	
UI_07	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	15,87	0,00	0,00	0,10	0,00	SE06c	125,00	16,00 €	
UI_08	Habitats naturais ou semi-naturais	10,14	0,00	0,00	0,85	0,00	SE13c	100,00	106,00 €	
UI_09	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	38,78	0,00	0,00	4,58	0,00	SE06c	125,00	716,00 €	
UI_10	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	223,54	0,00	0,00	78,70	0,00	SE03c	175,00	17 216,00 €	
UI_11	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	12,10	0,00	0,00	5,49	0,00	SE01c	200,00	1 373,00 €	
UI_12	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	59,24	0,00	0,00	14,40	0,00	SE03c	175,00	3 150,00 €	
UI_13	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	52,67	0,00	0,00	22,58	0,00	SE03c	100,00	2 823,00 €	
UI_14	Prados e pastagens permanentes	45,82	0,00	0,00	1,74	0,00	SE12c	100,00	218,00 €	
UI_15	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	2,53	0,00	0,00	0,12	0,00	SE03c	175,00	26,00 €	
UI_16	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	12,61	0,00	0,00	0,57	0,00	SE01c	200,00	143,00 €	
UI_17	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Culturas frutícolas: castanheiro, medronheiro e pinheiro manso	18,17	0,00	0,00	0,26	0,00	SE06c	125,00	41,00 €	
UI_18	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	467,49	0,00	0,00	160,17	0,00	SE03c	175,00	35 037,00 €	
UI_19	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	45,21	0,00	0,00	7,64	0,00	SE06c	125,00	1 194,00 €	
UI_20	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	31,72	0,00	0,00	2,39	0,00	SE06c	125,00	373,00 €	

Identificou-se, por cada unidade de intervenção, o sistema cultural elegível nos termos do Anexo I da OT dos apoios a 20 anos, a área total, as áreas inseridas em declives entre 15% e 25% e superiores a 25%, a área inserida em Estruturas da Paisagem, a área inserida nas tipologias da REN identificadas e os valores de remuneração estimados.

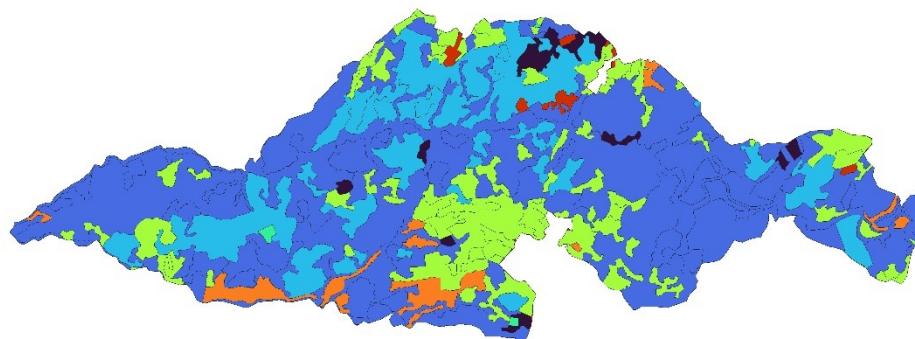
Assim a informação respeitante a este capítulo está contida no Quadro 5 do “Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas” (versão de agosto, 2023) e é incluído em anexo à presente proposta de OIGP.

Os sistemas culturais elegíveis para remuneração dos serviços de ecossistema são os constantes na Figura 30.



Entidade de Gestão Florestal AIGP Rio Seia

SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS



## LEGENDA:

P158_21_Seco_1229	SE06a	SE13c
SI 01c	SE06c	p158_05_INF0_0831
SE03c	SE11c	p158_01_COMC_0831
SE05c	SI 12c	

## EDITE:

COS2018v2, Direção-Geral do Território

Sistema de Referência e Datum: PT-TM06/ETRS89  
Projeção Cartográfica: Transversa de Mercator

Município de Seia e Entidade de Gestão Florestal



Mapa A0 - Escala 1:10000

Figura 30 - Serviços dos Ecossistemas

Os valores monetários associados tomaram como base os valores constantes na orientação técnica específica e as majorações relativas a declive, área inserida em EP e estrutura de paisagem REN.

O Quadro 5 do QR Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas do apresenta uma estimativa de VGB de **1.615.653,80€**, para pagamento/apoio a 20 anos à remuneração dos ecossistemas identificados nesta OIGP. Significa que o apoio a atribuir à manutenção das áreas identificadas no quadro 5, é de **80.782,69€/ano**, considerando a totalidade da área da AIGP Rio Seia.

### C3. DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA PROPOSTA

A demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta, teve em conta:

- As contas de cultura das espécies ou sistemas produtivos integrados.
- Os custos de instalação, rendas, encargos de manutenção e gestão.

Diferencial de rendimento expectável da nova paisagem (comparação do valor atual e do valor futuro estimados, incluindo o incremento do rendimento resultante do investimento produtivo, a redução das perdas por risco ao fogo e a renumeração dos serviços de ecossistemas.

Espera-se que a 20 anos a AIGP produza proveitos, de forma à obtenção de um saldo positivo, ou seja, os proveitos terão que ser superiores aos custos de instalação.

Estes proveitos, compatibilizados com a POSP, virão essencialmente da multifuncionalidade da floresta da pastorícia e da agricultura. Desta forma, faz-se uma estimativa com os custos de mercado.

## CAPÍTULO D – GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO

### D1. LEVANTAMENTO CADASTRAL E DA SITUAÇÃO DE ADESÃO

O concelho de Seia possui cadastro predial, promovido pelo Município de Seia e DGT em áreas de cadastro diferido onde consta.

- Mapeamento dos prédios rústicos considerando os seguintes atributos: - Com perspetivas de adesão (com declaração de compromisso de início dos trabalhos da OIGP)
- Ainda sem perspetivas de adesão (prédios com dono conhecido)
- Com desconhecimento da titularidade

*Tabela 27- O Quadro Seguinte representa o número de proprietários inscritos na AIGP*

<b>N.º de proprietários da AIGP estimados</b>	488
N.º de proprietários com perspetivas de adesão (com declaração de compromisso de início dos trabalhos da OIGP)	9
% Área da AIGP com perspetivas de adesão (Sem adesão+ sem cadastro)	850,22
<b>N.º de proprietários ainda sem perspetivas de adesão (não aderentes)</b>	479



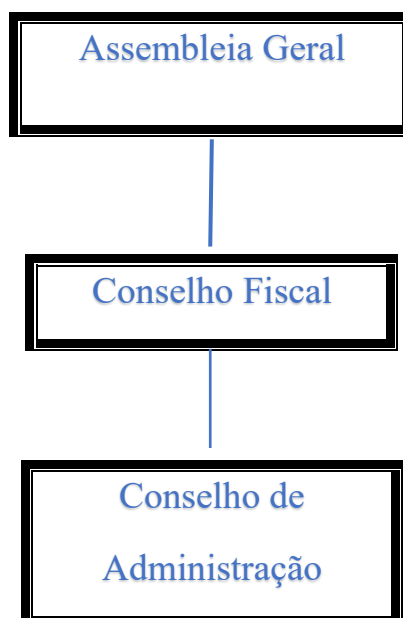
% Área da AIGP ainda sem perspectivas de adesão (sem adesão é os com cadastro, mas sem assinatura de interesse em aderir à OIGP)	570,36
N.º de prédios da AIGP	1170
Área sem dono conhecido para efeitos de início do procedimento	211,76
% Área da AIGP com desconhecimento da titularidade	15,40

## D2. MODELO DE GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO

### a. Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora

A ENERAREA, configura uma Entidade de Gestão Florestal Entidade sob o n.º de registo 34/EGF/2023.

Trata-se de uma entidade privada sem fins lucrativos com os respetivos órgãos sociais.



A ENERAREA possui um corpo técnico, constituído por;

2 – Licenciados em Economia.

1 – Licenciado em Ordenamento dos Recursos Naturais; Pós-Graduação em Sistemas de Informação Geográfica.

1 – Licenciado em Agricultura e Florestas.

1 – Licenciado em Eng<sup>a</sup> Florestal.

1 – Licenciado em Engenharia Eletrotécnica.

1 – Licenciado em Geografia/ Área de especialização em Estudos Ambientais.

1 – Licenciado em Proteção Civil; Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica.

## - **MISSÃO E VALORES**

A ENERAREA tem como objetivos contribuir para o aumento da eficiência energética, através da utilização racional da energia e da conservação de energias, e para o melhoramento do aproveitamento dos recursos endógenos na Beira Interior.

Deste modo esta agência tem vindo promover a introdução de conceitos de eficiência energética e ambientais nos processos de planeamento e ordenamento do território, fomentar a utilização de soluções e tecnologias adequadas à conservação de energia e de menor impacte ambiental promovendo a criação de novas atividades económicas e emprego, contribuindo deste modo para o desenvolvimento sustentado da região.

## - **ÁREA GEOGRAFICA DE ACTUAÇÃO**

A área de atuação da **ENERAREA** abrange toda a área geográfica dos 14 municípios pertencentes à AMCB: Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso com cerca de 6.000 km<sup>2</sup> e uma população de 220.535 habitantes, podendo, no entanto, a sua atividade, no todo ou em parte, estender-se a outros municípios e regiões sendo Seia e Gouveia.

## - **ACTIVIDADES PRINCIPAIS**

Com vista à prossecução dos seus objetivos, a **ENERAREA** pretende desenvolver as seguintes atividades:

- Propor, colaborar ou realizar estudos de planeamento energético que consiste fundamentalmente em: levantamento das condições de utilização de energia; caracterização do potencial de conservação de energia e de utilização de energias renováveis; programação das ações necessárias para a realização do potencial identificado;
- Apoiar os Associados e outros na definição de políticas energéticas e ambientais, no planeamento e ordenamento do território, na organização da gestão de energia e de utilização de energias renováveis;
- Apoiar e aconselhar os agentes económicos em questões energéticas, particularmente no que se refere à resolução de problemas de natureza técnica e de apoio à decisão de investimento;
- Apoiar e aconselhar os consumidores de energia, em geral, privados ou públicos na escolha de equipamentos, na conceção de edifícios e sistemas e na sua utilização;
- Promover a valorização dos resíduos sólidos urbanos e das lamas provenientes das Estações de Tratamento de Águas Residuais, integrando a componente energia na gestão integrada destes resíduos e efluentes;
- Cooperar com empresas distribuidoras de energia na adoção de programas de gestão da procura e de planeamento integrado de recursos;
- Procurará articular a sua atividade com instituições afins, podendo filiar-se em organizações de âmbito Municipal, Regional, Nacional ou Internacional da especialidade.
- Na vertente florestal pretendemos melhorar a produção florestal, incrementando a rentabilidade das propriedades, através de apoio de iniciativas de âmbito florestal e seu múltiplo uso, de forma a contribuir para a preservação da biodiversidade e para um desenvolvimento sustentado.

#### **b. Modelo de acesso e execução dos financiamentos**

ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, Entidade Gestora da AIGP Rio Seia, assumirá o compromisso perante os proprietários de apresentação de candidaturas às diversas fontes de financiamento disponíveis ao longo do tempo (PRR, PDR2030, entre outras) e responsabilidades na sua condução e contratualização.

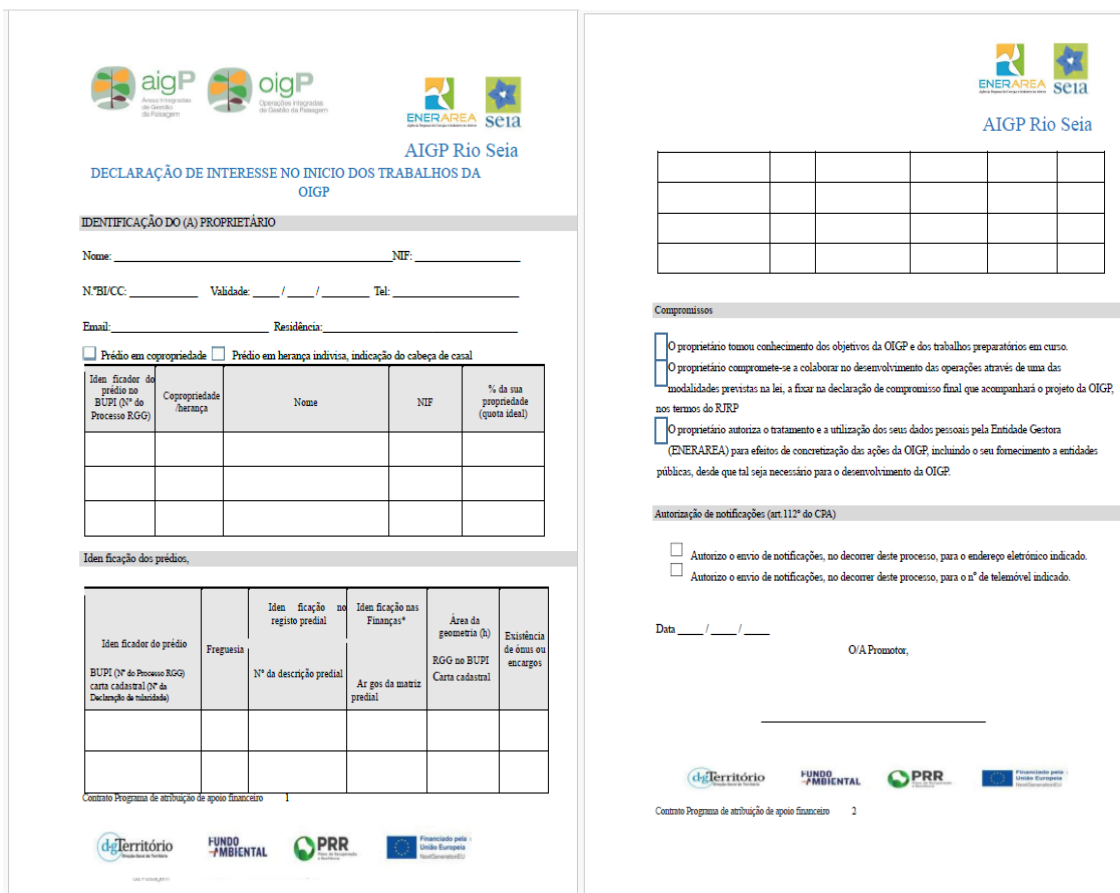
No entanto, se houver proprietários aderentes que decidam executar as operações com gestão própria, tem que respeitar as regras de adesão e existirá um compromisso individual entre a Entidade Gestora e o proprietário.

### c. Modelo de contratualização de compromissos

No início da divulgação do processo da AIGP, foi explicado aos aderentes qual os grandes objetivos da mesma. Após a concordância dos proprietários, estes assinaram uma declaração de intenção de adesão, cujo modelo segue em anexo. Neste documento são descritos os dados do titular e os dados da propriedade, com Cadastro.

Posteriormente á aprovação da OIGP serão assinados os contratos com uma descrição pormenorizada das ações a realizar, e qual a escolha do proprietário na realização das mesmas, ou seja, se este pretende executar ele próprio as ações (tendo gestão própria da propriedade) ou se quer fazer a transmissão do direito de gestão à Entidade Gestora.

Neste momento e com os dados já recolhidos, já conseguimos obter uma ideia de qual a modalidade de gestão que o proprietário pretende.



**DECLARAÇÃO DE INTERESSE NO INÍCIO DOS TRABALHOS DA OIGP**

**IDENTIFICAÇÃO DO (A) PROPRIETÁRIO**

Nome: \_\_\_\_\_ NIF: \_\_\_\_\_

N.º/BICC: \_\_\_\_\_ Validade: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Tel: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_ Residência: \_\_\_\_\_

Prédio em copropriedade  Prédio em herança indivisa, indicação do cabeça de casal

Iden. ficator do prédio no BUPI (N.º do Processo RGG)	Copropriedade herança	Nome	NIF	% da sua propriedade (quota ideal)

**Iden. ficação dos prédios.**

Iden. ficator do prédio BUPI (N.º do Processo RGG) carta cadastral (N.º da Declaração de identidade)	Freguesia	Iden. ficação no registo predial N.º da descrição predial	Iden. ficação nas Finanças* Ar gos da matriz predial	Área da geometria (h) RGG no BUPI Carta cadastral	Existência de outros on encargos

**Compromissos**

O proprietário tomou conhecimento dos objetivos da OIGP e dos trabalhos preparatórios em curso.

O proprietário compromete-se a colaborar no desenvolvimento das operações através de uma das modalidades previstas na lei, a fixar na declaração de compromisso final que acompanhará o projeto da OIGP, nos termos do RJRP

O proprietário autoriza o tratamento e a utilização dos seus dados pessoais pela Entidade Gestora (ENERAREA) para efeitos de concretização das ações da OIGP, incluindo o seu fornecimento a entidades públicas, desde que tal seja necessário para o desenvolvimento da OIGP.

**Autorização de notificações (art. 112.º do CPA)**

Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.

Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o n.º de telemóvel indicado.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

O/A Promotor,

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Figura 31 - Declaração de Interesse

#### d. Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado

As áreas com dono conhecido mas cujo mesmo não pretenda aderir, as propriedades passam para o arrendamento forçado e a sua gestão será assegurada pela entidade gestora.

As áreas sem dono conhecido passam a ser geridas pela empresa pública.

#### e. Modalidades de adesão (QUADRO n.º9)

Síntese com a identificação dos proprietários, respetivos prédios e modalidades de contrato.

*Tabela 28 - Modalidades de adesão (Quadro 9 do QR - Quadro 9 Modalidades de contratos)*

Proprietário	Identificadores dos Prédios	Área Total dos prédios (ha)	Tipo de vinculação
Este quadro será devidamente preenchido depois de definido o modelo de contratualização de cada proprietário aderente			

## CAPÍTULO E – MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Neste capítulo, e segundo as orientações técnicas da OIGP, pretende-se identificar o conjunto de indicadores de execução física e financeira e metas a considerar, incluindo a incidência de incêndios, número de ocorrências e áreas ardidas, com metas de avaliação a 2 anos e de cinco em cinco anos até 20, para acompanhamento do grau de concretização das ações de reconversão e valorização da paisagem e das ações de manutenção e gestão face aos grandes objetivos da OIGP.

O documento da OIGP tem um horizonte temporal de 20 anos e pese embora seja um documento dinâmico e com necessidades de revisão constante, importa estabelecer os princípios quantificáveis de execução e implementação dos objetivos e medidas estabelecidas. Assim considerando que para os objetivos que a OIGP deve contribuir são os seguintes:

- Reduzir a vulnerabilidade do território a fogos rurais;
- Valorizar a aptidão dos solos e melhorar os serviços prestados pelos ecossistemas;
- Aumentar o valor do território e dinamizar a economia.

É importante estabelecer parâmetros quantificáveis de verificação do desenvolvimento do processo assim seguindo, no entanto há necessidade de estabelecer um nível de avaliação com um horizonte temporal de 5 anos e nalguns casos uma avaliação intermédia a cada dois anos, ou seja, esta avaliação intermédia permite verificar e ajustar procedimentos em caso de desvios estruturais ou pontuais na planificação de execução da OIGP.

É, pois, essencial acompanhar a evolução da implementação das medidas/ ações, da Operação Integrada da Gestão da Paisagem do Rio Seia, utilizando indicadores de realização identificados para cada uma das intervenções programadas.

A situação de referência, constitui-se como o ano zero da execução num cenário e não intervenção, ou seja, estabelecendo a não intervenção como uma avaliação da implementação destas OIGP.

É essencial compreender que os princípios lapidares deste OIGP são a conservação dos espaços florestais em especial aqueles que por serem compostos de espécies florestais autóctones, que sejam importantes para a diversidade específica e a riqueza florística e faunística resultem na preservação dos valores ecológicos e biológicos.

É ainda importante assegurar a conservação dos habitats prioritários ameaçados, favorecendo as diferentes fases das sucessões ecológicas naturalizando os espaços uma vez que os ecossistemas mediterrânicos são manifestamente mais resilientes aos incêndios.

Este processo permite acompanhar a evolução dos resultados dos indicadores ao longo de 5 anos de implementação, mas estabelecendo metas de avaliação intercalares para aferição de eventuais desvios materializando os resultados que se pretendem obter para a prossecução dos objetivos estratégicos definidos pela Entidade gestora em conjunto com a Autarquia de Seia.

De acordo com a política de transparência no processo será implementado um sistema de controlo interno que garante a rastreabilidade dos processos e o envolvimento das partes interessadas na execução da AIGP.

Com a proposta de OIGP considera-se importante estabelecer três momentos de avaliação, designadamente ao fim do primeiro ano de implementação da OIGP donde será importante realizar todas as ações técnicas de intervenção das unidades de intervenção, elaboração de projetos, contratualização das ações.

Será, pois, considerado 2 anos para implementação direta das ações no terreno com a execução dos projetos de reconversão nas Unidades de intervenção e um período consequente predominantemente de acompanhamento e gestão da paisagem pese embora haverá sempre espaço e necessidade de realizar intervenções nomeadamente identificando as unidades de intervenção elegíveis para apoios anuais. Para investimentos no âmbito das operações florestais o financiamento será através do PRR, FEADER ou outros fundos.

Para os serviços de ecossistemas, priorizando as Estruturas de Paisagem, que contribuem ativamente para a conservação da biodiversidade, redução da perigosidade de incêndio rural, controlo da erosão, sequestro de carbono, regulação do ciclo hidrológico e melhoria da qualidade da paisagem será com o financiamento do Fundo Ambiental.

Metas/indicadores a dois anos					
Unidades de Intervenção	Meta proposta (ha)	Meta aprovada (ha)	Meta Executada (ha)	Desvio	Taxa de realização (%)
UI_01					
UI_02					
UI_03					
.....					

Indicadores de execução material e financeira a dois anos					
UI	Operações previstas	Área prevista (ha)	Área executada (ha)	Desvio	Taxa de realização (%)
UI_01	Op1				
	Op2				
UI_02	Op1				
	Op2				
.....					

Indicador de Execução Financeira						
UI	Operações previstas	Investimento proposto (€)	Investimento aprovado (€)	Investimento realizado (€)	Desvio	Taxa de realização (%)
UI_01	Op1					
	Op2					
UI_02	Op1					
	Op2					
.....	.....					
.....	.....					

### Indicadores e metas a considerar de cinco em cinco anos até vinte anos

Metas	Ano 5	Ano 10	Ano 15	Ano 20
N.º ignições	Redução do valor em 10% face ao período anterior	Redução do valor em 10% face ao período anterior	Redução do valor em 10% face ao período anterior	Redução do valor em 10% face ao período anterior
Área ardida (ha)	< 200	<100 ha	<50 ha	< 20 ha

Indicadores	Ano 5		Ano 10		Ano 15		Ano 20	
N.º ignições	N.º de ignições registadas no período	Desvio face à meta	N.º de ignições registadas no período	Desvio face à meta	N.º de ignições registadas no período	Desvio face à meta	N.º de ignições registadas no período	Desvio face à meta
Área ardida (ha)	Área ardida contabilizada no período	Desvio face à meta	Área ardida contabilizada no período	Desvio face à meta	Área ardida contabilizada no período	Desvio face à meta	Área ardida contabilizada no período	Desvio face à meta



## LISTAGEM DE ANEXOS:

- Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da ocupação do solo atual à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da ocupação do solo proposta à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base, a EE, ER e elementos estruturais);
- Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado das unidades de intervenção à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão sobre a ocupação do solo proposta, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base, a EE, ER e elementos estruturais);
- Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão sobre as unidades de intervenção, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado dos serviços dos ecossistemas à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão sobre os serviços dos ecossistemas, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- Shapefile da área de intervenção e elementos de referência (nos termos do modelo de dados);
- Shapefile da estrutura ecológica (EE);
- Shapefile da estrutura de resiliência (ER);
- Shapefile dos elementos estruturais;

- Shapefile da planta da ocupação do solo atual (POSA);
- Shapefile da planta da ocupação do solo proposta (POSP);
- Shapefile das unidades de Intervenção (UI) e valores de investimento;
- Shapefile dos serviços dos ecossistemas;
- Shapefile da situação cadastral e de adesão;
- Ficheiro Excel e PDF dos Quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do QR;
- Ficheiro Excel e PDF dos Quadros do Anexo 3 do QR - Modelo de exploração Florestal.



**ENERAREA**

Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior